

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 56 - Série VII - N.º 668
16 de Outubro de 1986
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Novas derrotas do Governo

CNP NÃO SERÁ EXTINTA

EPAC CONDENADO DESMANTELAMENTO

Guerra das estrelas de Reagan impede acordos decisivos

A aposta de Reagan na militarização do Cosmos, na miragem da impossível obtenção da superioridade militar, fez gorar as possibilidades de um rápido acordo de redução de armamento em áreas essenciais.

Semana

Álvaro Cunhal em Almada

«NÃO SE PODE
DESLIGAR
ESTAS ELEIÇÕES
DAQUILO QUE O
GOVERNO ESTÁ
FAZENDO
EM RELAÇÃO
ÀS AUTARQUIAS»

Semana



JCP
define
tarefas
em reunião
da Direcção
Nacional



Plenário de Quadros no Porto

Fazer convergir
as lutas
e o protesto

Regionalização

Continua o debate promovido pelo PCP sobre projecto de regionalização. Desta vez no Algarve, com Carlos Brito e Margarida Tengarrinha

CHILE

Pinochet
em isolamento
crescente.

Parlamento europeu condena ditadura no Chile, por iniciativa dos comunistas portugueses



Em Foco

Avante!
Ano 56 - Série VII
N.º 668
16 de Outubro de 1986
3.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente

Só num quilómetro de Lisboa



Para lá da fachada, a Bataista Russo recolhe 11.400 pontos de dívida por salários aos seus trabalhadores de Lisboa

QUATRO MIL EMPREGOS EM «TRITURAÇÃO»

Il Albano Lima

Quando o suposto leitor compra um sapato novo, se não é rico, se tem poucos sapatos e se está a andar por uma calçada, preocupa-se naturalmente com a sua duração e, nos primeiros dias, com o facto de se ter comprado um sapato novo.

Um leitor que não tem em conta para nada o factor social do desemprego e só vê na frente quadros, quando muito gráficos que variam sucessivamente mesmo quando, como é o caso de hoje, a situação não tem de ter sido a mesma directamente quatro mil postos de trabalho, numa situação que medeia entre o princípio e o fim de uma avenida de grande Lisboa, mais exactamente o quotidiano que vai do fim de Mouraria ao quotidiano que vai do fim de Mouraria.

Autarquias APU e Juventude



Falam os jovens:

Em Foco

a vontade de trabalhar e a demagogia do Governo

LEIRIA

Dois escândalos a 80 km de Lisboa

- Escola Secundária de Óbidos: tem tudo e não abre
- Euroáudio (Caldas): Não paga salários há 28 meses

Em Foco

Editorial

Avante!

Ano 56 — Série VII
N.º 668

16 de Outubro de 1986

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Verdade política e política de verdade

O cidadão português que viveu todo este primeiro ano de «consulado» cavaquista diariamente bombardeado pela comunicação social de maior audiência — como a TV, governamentalizada, partidarizada e manipulada por Cavaco Silva e a sua gente;

Que tem sido submetido a uma constante «lavagem ao cérebro» da propaganda oficial exaltando as «bondades» e as «belezas» da gestão de Cavaco e do seu Governo e as «maldades» da oposição democrática;

Que ouve e lê os mais estranhos conceitos, análises, comentários e «sondagens» de certos comentadores políticos encartados;

Que, por outro lado, tem sofrido na própria carne e na sua existência diária os efeitos do agravamento real das condições materiais de vida e as consequências nefastas de uma prática governativa objectivamente centrada na agressão e no atropelo das instituições e da legalidade democrática e dos interesses vitais do povo;

O cidadão português — dizíamos — não pode deixar de muitas vezes se formular a si próprio estas obsidianas interrogações:

Na política portuguesa actual quem fala verdade e quem mente?

O que é a verdade política e o que vem a ser uma política de verdade?

Evidentemente, a verdade e a mentira são — como todos os outros — conceitos dialécticos. O que é verdade para uns, não o é necessariamente para outros e é também conhecido o aforismo de que uma mentira muitas vezes repetida acaba por ganhar foros de verdade...

Contudo, a mentira não resiste à realidade objectiva. A verdade política acaba por impor-se, por triunfar, e o cidadão português dos dias actuais vai tendo na marcha dos acontecimentos uma base irrefutável para responder com segurança às suas interrogações.

Por exemplo, a verdade política da fraqueza do Governo Cavaco/PSD é incontestável.

O Governo minoritário de direita do PSD tem hoje contra si a oposição democrática maioritária da Assembleia da República e a hostilidade da grande maioria do povo que se expressa na amplitude e na combatividade do movimento popular de massas.

Mas Cavaco e a sua gente tentam dar-se os ares de um governo «forte» que tem já como favas contadas o largo apoio do povo português. É uma mentira política visivelmente em queda.

Cavaco e os seus abrem fogo no plano institucional contra a Assembleia da República que não domina. Privilégio principalmente nos seus ataques o Partido Comunista Português.

O «privilegio» tem razão de ser: no terreno político como no terreno ideológico os comunistas batem-se com denodo pela verdade.

O PCP enquadra-se de maneira destacada na grande força maioritária da oposição democrática e está no âmago do movimento popular de massas com toda a sua capacidade mobilizadora e organizativa.

Não é, porém, fácil a batalha dos comunistas pela verdade política.

O PCP, as suas propostas e iniciativas, quando não são pura e simplesmente silenciadas pela comunicação social estatizada de maior audiência de massas, inconstitucionalmente manipulada pela máquina de propaganda cavaquista — e é o mais frequente — são em geral apresentadas pela negativa, adulteradas, deformadas, amputadas dos elementos mais esclarecedores e válidos.

Para os que violam grosseiramente a Constituição da República, falseando a verdade na comunicação social estatizada de massas, o PCP é um partido «conservador», «imobilista», «sectário», «ultrapassado», «fechado às realidades», sempre do «contra», sempre empenhado na tarefa de «tomba governos» (!!!).

Os comentadores da direita quimicamente pura e da direita envergonhada e disfarçada, bordam o tema em todos os tons.

Uns e outros assumem com a maior desfaçatez e falta de ombridade a mentira política.

Mas de maneira crescente o povo português se dá conta de que as propostas, as iniciativas e a acção dos comunistas visam a defesa intransigente das conquistas principais de Abril, visam o ataque à política antipopular, antidemocrática e antinacional do Governo minoritário de direita Cavaco/PSD, visam a solução dos agudos problemas do povo e do País criados e agravados pela política da direita restauracionista, visam consciencializar o povo português de que é necessário e possível substituir por outro o actual Governo minoritário e impor um novo rumo à política nacional numa verdadeira alternativa democrática.

O ano de 1986 foi um ano que pôs vitoriosamente à prova a força e a influência políticas do PCP, a sua capacidade de resposta nos planos político, social e institucional para os preocupantes problemas gerados pela política de direita e aos indeclináveis desafios da hora actual.

Profundamente enraizados nos trabalhadores e no povo em geral os comunistas reafirmaram-se como verdadeiros campeões na luta pelas aspirações populares mais sentidas.

No plano institucional, depois de uma dinâmica intervenção nos debates e questões na Assembleia da República, o Grupo de Deputados do PCP retomou a iniciativa na reabertura dos trabalhos parlamentares, apresentando-se e propondo-se apresentar um leque de questões das mais candentes do momento actual, destacadamente:

Baixa dos preços dos combustíveis. Medidas urgentes no plano social, como os dos preços do leite e do pão. O dos salários em atraso. O da revogação das taxas moderadoras. Incentivos ao investimento produtivo e melhoria da situação financeira das empresas. Reposição da legalidade democrática e defesa do sector público. Combate às ilegalidades e a situações escandalosas. Acções urgentes em relação às autarquias locais. Defesa da independência e soberania nacionais.

A chamada à ratificação dos decretos de extinção da CNP e da EPAC, em convergência com os outros partidos da oposição democrática, encontrou um largo eco no seio dos trabalhadores daquelas duas empresas públicas e de todas as empresas do Sector Empresarial do Estado ameaçadas de reprivatização.

Na linha da sua acção dinâmica de reforço do Poder Local, em que os eleitos comunistas têm dado magníficos exemplos de trabalho, competência, honestidade e experiência, o Grupo Parlamentar do PCP submeteu à AR uma proposta de Lei de Regionalização que tem suscitado o interesse e o apoio de vastos círculos democráticos.

As ruinosas consequências da adesão de Portugal à CEE, previstas pelo PCP — sobre que incidiram as atenções do seu Comité Central expressas num documento de elevado teor político — têm confirmado aos olhos de milhares de portugueses iludidos pelas falsas promessas do Governo minoritário Cavaco/PSD a justeza das denúncias do PCP.

A visita de Cavaco Silva aos Estados Unidos e as decisões da CEE desfavoráveis a Portugal, arrastaram ainda mais o nosso país para o vulcão da nova e mais aguda fase da crise geral que mina as entranhas do sistema capitalista mundial.

Por iniciativa do Governo Cavaco/PSD, Portugal poderá ser sacrificado aos superlucros e aos interesses das grandes potências capitalistas a braços com a mais grave crise desde os anos 30.

Tal como no passado, particularmente na grande crise de 1929/32, as grandes potências industrializadas capitalistas tentam descarregar sobre os povos mais fracos e dependentes as consequências e o peso principal da crise.

Nos Estados Unidos, o papel tentacular do complexo militar-industrial está a minar em pleno a economia americana. Um Déficit Orçamental de 230 000 milhões de dólares; uma Dívida Pública de 7000 biliões de dólares (Reagan já pediu mais dinheiro emprestado que todos os presidentes dos EU nos últimos 200 anos!); uma Dívida Externa de 124 000 milhões de dólares; desde 1980 quadruplicou o número de falências — o mais elevado desde os anos 30 — que atingiu no 1.º semestre deste ano 52 000 firmas!; grandes bancos como Illinois e o Bank of América sob a ameaça da falência e em todos os EU foram encerrados os «guichets» de 150 Bancos!

Entre as seis maiores potências financeiras do mundo capitalista agravam-se drasticamente os desequilíbrios, acirra-se a luta entre os EU, o Japão, o Canadá e os três principais parceiros da CEE: a RFA, a Inglaterra e a França.

Da CEE, em vez das miríficas «ajudas» dos Fundos «comunitários» vêm ordens terminantes que o Governo Cavaco/PSD leva servilmente à prática de limitar a produção de artigos «excedentários» dos países da Comunidade na indústria e na agricultura.

Em obediência a tais ordens foram já deixadas apodrecer na terra mais de 100 mil toneladas de tomate, encara-se a redução da nossa já tão baixa produção leiteira, decreta-se e fomenta-se o arranque dos vinhedos, estudam-se projectos de eucaliptização de vastas áreas de aptidão agrícola e a redução da nossa deficitária produção cerealífera.

O Governo propõe-se subsidiar o arranque dos vinhedos e a reconversão dos terrenos de produção «excedentária» para que fiquem improdutivos!

No momento em que é tão baixa — a mais baixa da CEE — a nossa captação do consumo do leite e em que milhões de seres morrem de fome no mundo por carên-

Resumo

8

Quarta-feira

A Comissão Parlamentar de Economia confirma que o actual preço dos combustíveis é superior ao previsto na lei do Orçamento. O Governo impede comissões parlamentares de ouvir esclarecimentos de ministros. Ordem dos Médicos condena a adjudicação a uma empresa privada de um laboratório de análises no Centro de Saúde de Sete Rios. Cavaco Silva recusa-se a receber trabalhadores metalúrgicos de Lisboa. Comissão Política do PSD decide intensificar a propaganda do Governo. RTP inaugura novo Centro de Emissão em Lisboa. Chega a Portugal o Presidente da Venezuela, Jaime Lusinchi. Portugal vota contra uma resolução da Organização de Aviação Civil Interna-



cional apelando à suspensão das ligações aéreas com a África do Sul e aprovada por esmagadora maioria. A explosão de um mina no bantustão de Kangwane serve de pretexto a represálias e ameaças da África do Sul a Moçambique. Jacques Higelin actua no Teatro da Trindade, em Lisboa.

9

Quinta-feira

O Instituto do Comércio Externo Português informa que o balanço das trocas comerciais com Espanha de Janeiro a Agosto é desfavorável ao nosso país em 45 milhões de contos e que a Espanha é o segundo fornecedor de Portugal. Barros Moura, deputado do PCP, afirma no Parlamento Europeu que a livre circulação de trabalhadores é «uma figura de retórica comunitária». CGTP-IN reivindica aumento do salário mínimo e do abono de família. Trabalhadores agrícolas protestam em Sousel contra nova onda de ataques do Governo à Reforma Agrária. A Federação dos Sindicatos da Indústria Química e Farmacêutica afirma que estão à beira da falência cinco empresas que ocupam mais de metade dos trabalhadores do subsector de borracha. Função Pública concentra-se em S. Bento para exigir o desbloqueamento das negociações salariais. Concentração de reformados da CP exige actualização imediata



das pensões, em dívida desde Fevereiro. Sindicato dos Jornalistas acusa o Governo de «eleitoralismo» na cerimónia de assinatura do protocolo que cria o Centro de Formação de Jornalistas. Eugene Hasenfus, o norte-americano capturado pelas tropas nicaraguenses, confirma a sua

ligação à CIA. Governo sul-africano impõe restrições à actividade da Frente Democrática Unida.

10

Sexta-feira

A Assembleia da República condena os planos governamentais de extinção da Anop e desmantelamento da EPAC. Os trabalhadores da EPAC efectuam uma



greve nacional de um dia contra o desmantelamento da empresa. Sindicato e UCPs decidem em Évora acções de resposta à ofensiva do Governo contra a Reforma Agrária. Iniciam-se em Monfortinho as II Jornadas da Beira Interior, organizadas pelo «Jornal do Fundão». JCP informa que apresentou na AR um projecto-lei proibindo a discriminação salarial dos jovens. PRD divulga o programa que vai ser apresentado na sua II Convenção Nacional. Aristides Pereira, Presidente de Cabo Verde, conclui visita privada a Portugal. Terramoto atinge El-Salvador, provocando centenas de mortos e agravando ainda mais «as condições infra-humanas em que vivem milhões de salvadorenhos», como se lê no comunicado em que a Frente Farabundo Martí e a Frente Democrática Revolucionária anunciam a suspensão das acções de guerrilha.

11

Sábado

Álvaro Cunhal participa num almoço-convívio no Pragal e num comício na Cova da Piedade, iniciativas da Concelhia de Almada do PCP. Reúne a Comissão Organizadora do II Congresso dos Jornalistas. Inicia-se na Islândia o encontro de



Mikhail Gorbachev e Ronald Reagan. Segundo o Governo moçambicano, a África do Sul prepara uma agressão armada contra Moçambique. Mais de cem mil pessoas cercam uma base de mísseis norte-americana em Hasselbach, na RFA. O «Los Angeles Times» acusa George Bush de estar envolvido no caso do avião derrubado na Nicarágua.

12

Domingo

JCP divulga conclusões da reunião da sua Direcção Nacional realizada no fim-de-semana. Terminam as II Jornadas da Beira Interior. Presidente venezuelano conclui visita a Portugal. Reagan e a «guerra das estrelas» impedem um acordo em Reykjavik, no encontro com o secretário-geral do PCUS. Os seis Chefes de Estado dos países da linha da frente reúnem-se no Maputo; na reunião participa também o Presidente do Zaire. Termina em Budapeste o primeiro simpósio internacional entre marxistas e católicos. Portugal empata a um golo com a Suécia, em jogo para o Campeonato Europeu de futebol.

13

Segunda-feira

O Banco de Portugal revela que em Junho a dívida externa era de 16 566 milhões de dólares, cerca de 250 contos por cada português. Melo Antunes confirma que foi convidado para integrar a Comissão Directiva do PRD. Reagan é criticado no Congresso e no Senado por ter trocado a redução significativa dos armamentos estratégicos da URSS pelo duvidoso projecto da «guerra das estrelas». Raul Alfonsín, presidente da Argentina, chega a Moscovo para uma visita oficial, a primeira de um chefe de Estado argentino à URSS. São divulgados os resultados das eleições municipais de domingo na Grécia. Morre o poeta e cientista Ruy Cinatti.

14

Terça-feira

Mikhail Gorbachev afirma na TV soviética que a Cimeira de Reykjavik preparou um eventual passo em frente e abriu caminho a um avanço real. Conselho Nacional do Plano considera a proposta do



Governo de Grandes Opções do Plano um documento vago e carente de projectos concretos. Sindicato dos Médicos da Zona Sul divulga lista de 75 doentes do Curry Cabral que sofreram já lesões irreversíveis em consequência de interrupção de tratamento no seguimento do despacho da ministra da Saúde. António Capucho afirma que o PSD considera gravíssimas as declarações de Vítor Constâncio sobre a actuação do Governo. Organização de apoio aos presos sul-africanos denuncia em Joanesburgo que existem naquele país mais de 20 mil crianças presas. Vários bancos centrais europeus intervem em operação de apoio ao dólar para evitar a sua descida. Inicia-se no Afeganistão a saída de oito mil soldados soviéticos.

cias alimentares, o Governo Cavaco/PSD arrastando para a ruína e a miséria os nossos agricultores, da sua anuência e colaboração a este autêntico crime contra a Humanidade e contra o seu próprio país!

É porque visa a liquidação das desigualdades e injustiças na sociedade portuguesa que o PCP prepara activamente a realização da Conferência para a Emancipação da Mulher no próximo dia 15 de Novembro.

O Documento-base saído da última Reunião do CC do PCP para debate no Partido, é uma contribuição notável para uma abordagem responsável dos problemas da Mulher na nossa realidade nacional concreta.

O Documento-base representa uma elevada contribuição teórica sobre o papel da Mulher na sociedade portuguesa e será sem dúvida uma grande contribuição prática na Conferência e depois dela para a consciencialização de todo o Partido e para a mobilização e a luta das mulheres portuguesas pela sua emancipação e pela solução urgente dos seus problemas específicos.

A Conferência do PCP, de âmbito nacional, suscitará certamente o interesse de todos os democratas e progressistas portugueses e principalmente de todas as mulheres do nosso país a quem o Governo de direita e a sua política têm agravado a situação e as carências de direitos sociais.

Na mesma linha de iniciativas do PCP está em preparação o Encontro dos Quadros do PCP na Comunicação Social.

Com ele mais um importante sector de actividade será abordado com profundidade pelos comunistas portugueses.

No momento presente, dezenas de reuniões e plenários das organizações regionais, concelhias, locais, de sectores profissionais, de empresas têm lugar por todo o País. Dinamizar todo o Partido é a tarefa interna fundamental dos comunistas.

O grande colectivo de trabalho que é o PCP ferve e mobiliza-se no ataque aos problemas políticos, sociais, ideológicos, culturais.

Os «teóricos» da chamada «esquerda democrática», cuja «convenção» vai realizar-se sob a égide do PS e no quadro do esforço para alargar a base eleitoralista dos socialistas, ignoram naturalmente o intenso e dinâmico trabalho do PCP.

O caminho da convergência para uma alternativa democrática não é fácil. Não basta o actual secretário-geral do PS mostrar-se disposto «a abrir a crise» da demissão do Governo minoritário de direita Cavaco/PSD, que não depende óbvia e exclusivamente do PS.

É uma declaração sem dúvida positiva mas é para isso necessário o diálogo entre os partidos democráticos, a sua convergência numa plataforma política aceitável, a sua iniciativa institucional concertada para uma alternativa democrática.

Nessa condição a verdade política poderá abrir caminho a uma política de verdade.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista
Português. Rua Soeiro Pereira Gomes -
1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro
Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL. Serviços Centrais: Av. Santos
Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcargova de Baixo, 13 - 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B
- 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heeka
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Setembro: 30 213

Semana

Avante!

Ano 56 — Série VII
N.º 668

16 de Outubro de 1986

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

O Governo — *sempre fora de jogo* diz que o árbitro não o deixa jogar

A segunda sessão da IV Legislatura da Assembleia da República só hoje começa, oficialmente, no entanto há já alguns dias o plenário tem sido palco de debates acesos.

Primeiro, no dia 7 de Outubro, o reexaminar do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, a que já fizemos referência no número anterior. Depois, nos dias 9 e 10

do mesmo mês, a ratificação de três decretos do Governo — o que extingue a Companhia Nacional de Petroquímica (CNP), o que altera o estatuto da EPAC e o que cria a Silopor, estes últimos estreitamente ligados.

Disto pois iremos falar, com o partido do Governo — o PSD — a fazer força para que as irregularidades permaneçam, o CDS recordado da sua apetência pela

reprivatização de tudo e de todos, e a dar nestes casos o seu apoio ao Executivo, e a oposição — desde o PCP ao PRD, passando pelo MDP e o PS — empenhada em repor a legalidade que o Governo, tão a seu gosto, pretende enviesar.

As ratificações destes decretos-leis vão ser votadas esta tarde. E se em relação à CNP, parece não existir dúvidas — a oposição em bloco vai votar pela não ratificação do referido decreto que extingue a CNP — já o mesmo não parece suceder em relação à EPAC, onde a única voz discordante surge da bancada do PS, argumentando que o diploma governativo deve ser suspenso para que se procedam a alterações na respectiva Comissão Parlamentar — alterações essas que o PS adiantou no debate. Os restantes partidos da oposição manifestaram-se

pela não-ratificação. Os assuntos em debate provocaram, como não podia deixar de ser, a grande afluência dos interessados (ou não estivessem em risco os postos de trabalho) e as galerias da Assembleia encheram-se.

Contudo, a preocupação pelo futuro, estampada nas faces daqueles homens e mulheres que das galerias assistiram ao debate, por vezes, foi amenizada por sorrisos ou gargalhadas, mesmo, impossíveis de conter.

Contribuiu para isto — na sessão dedicada à CNP — a actualização (e é o termo exacto) do ministro da Indústria, Santos Martins. Para fugir às grandes questões que lhe foram colocadas, acometeu desabridamente contra os pormenores, saltou os muros do 'mexerico político', caiu no ridículo de criticar certas normas da vivência parlamentar,

que ao correr dos anos se institucionalizaram, e são seguidas por qualquer força política.

Um ministro com os pés para a demissão, caso o Governo tivesse um pouco de decoro. Um ministro que serve para a arruaça e a alcovite política. Um ministro que faz o que o seu chefe de governo não pode fazer. Um ministro, em suma, que justifica a decisão da CEE (e a opinião ouve-se entre as vozes do Governo) em não avançar com o projecto de 150 milhões de contos para o Projecto Europeu de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa (PEDIP).

Mais avisado surgiu o ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, Álvaro Barreto, talvez por temer a perda do lugar numa eventual remodelação. Na defesa que fez da alteração do estatuto da EPAC e da criação da Silopor, surgiu desta feita sem a

arrogância costumeira. Pasmem-se! procurou ser dialogante e se não convenceu, a culpa não lhe pode ser assacada — é que os decretos-leis em discussão não têm ponta por onde se lhe pegue. E quem lhes quer pegar só o faz se se introduzirem alterações.

Para esta tarde a previsão é quase uma certeza: uma derrota para o Governo, no caso da CNP, que não vai ser extinta, ao contrário do que pretendia Cavaco, seguida de uma semi-derrota para o mesmo Executivo, quanto à EPAC e à Silopor, e aqui mercê da ajuda do PS.

Aguardemos pois que o primeiro-ministro apareça dentro de dias na televisão — o seu Muro das Lamentações — a dizer que não o deixam governar, como o futebolista que está sempre fora de jogo mas insiste em dizer que o árbitro não o deixa jogar.



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

No número de Outubro poderá ler:

**Criar uma dinâmica diferente no
acompanhamento e formação dos quadros**



As listas da PIDE

Podemos chamar-lhe provocação. E incompetência. E sabotagem. Podemos até suspeitar de manobras escuras de intestina rivalidade que nada tem a ver com os interesses do Estado. Perante a lacónica nota distribuída pelo MAI podemos pensar tudo.

Menos, evidentemente, que esteja minimamente esclarecido o enigma das listas da PIDE de «suspeitos de actividades terroristas» que deu origem à detenção de dois ministros da República Popular de Angola em Paris.

As contradições são mais que muitas. A polícia francesa, a braços com o precalço diplomático, invoca inocência justificando a sua acção com base em informações recebidas do Governo português no âmbito da colaboração contra o terrorismo; os jornais garantem que a lista data dos anos 60 nela constando nomes de respeitáveis democratas, quer nacionais quer angolanos; asseveram uns que a lista tinha barbas nos arquivos franceses; outros, que tinha acabado de chegar por mão ministerial, renovada com nomes ligados ao processo da «FP-25».

Aos legítimos protestos do embaixador de Angola em Paris, que acusa o Governo português de continuar a manter listas do tempo do fascismo nos seus arquivos de «terrorismo», sem a preocupação sequer delas eliminar os cidadãos angolanos aí classificados de «portugueses», o Governo diz nada. Ao facto grave dos nomes de tais listas aparecerem como «actuais» nos sistemas de informática franceses, o Governo diz nada.

Como se bastasse a clássica frase «são destituídas de qualquer fundamento as notícias sobre» para passar uma esponja sobre o assunto!

O mais estranho, no entanto, é que tenham sido os meios ligados à governação a desdobrar-se em notícias contraditórias, ainda que com a referência comum de que tais listas existem mesmo e estão a ser utilizadas. Enquanto uns invocam incompetência, que explicaria o recurso aos arquivos da PIDE sem pesar as diferenças entre regime fascista e regime democrático, outros insinuam sub-repticiamento que o próprio ministro da Administração Interna terá algo a ver com o caso, dado não ser admissível que desconhecisse o conteúdo de tão importante matéria que pessoalmente teria entregue aos seus homólogos aquando de uma reunião recente efectuada em Londres sob o lema do «combate ao terrorismo».

Seja com for — a situação é preocupante. Porque ou o Governo está a utilizar conscientemente os arquivos da PIDE, que como se sabe visavam exclusivamente os democratas que combatiam o fascismo e o colonialismo, ou está a fazê-lo levemente, sem pesar as consequências do recurso a tais meios.

Em qualquer dos casos, a irresponsabilidade é criminosa. Para provocação a Angola é demasiado torpe, comprometedor e particularmente ineficaz, uma vez que apenas resulta em desabono da credibilidade das autoridades portuguesas. Se alguma «eficácia» daí se pode retirar é o agravamento das relações bilaterais.

O que pode ser um objectivo, ainda que repugne pensar que se pretenda atingi-lo através de expedientes tão condenáveis politicamente.

Para campanha de descrédito de um Ministério, ou melhor dizendo de um ministro — no caso Eurico de Melo — é por de mais grave, mesmo tendo em conta que nas fileiras da direita não se costuma olhar a meios para atingir os fins. Mas o pior de tudo, é que o silêncio governamental sobre o assunto alimenta a especulação sem justificar como é possível tamanha irresponsabilidade.

E deixa em aberto questões preocupantes: quantos portugueses continuarão sem saber classificados de «terroristas», quantos organismos têm acesso a tais listas e como as utilizam?, que dados estão a ser compilados para os novos (?) serviços de informação?, com que objectivos? O mistério das listas da PIDE pode não ser mais do que a ponta do icebergue. O carácter antidemocrático deste Governo pode estar a tentar lançar as suas raízes bem mais fundo.

■ A. F.

Assembleia da República

CNP

O Governo vai mudar de «cassette»?

**Em vez de: «Não nos deixam governar»
passa para: «Não nos deixam destruir»**

«Este foi um processo que nasceu mal. A Companhia Nacional de Petroquímica, por muitos e numerosos defeitos, nasceu mal. Quando alguma coisa nasce mal, é preciso ter a coragem de a dar por concluída» — o ministro da Indústria e do Comércio, Santos Martins, *dixit*. E *dixit* quase no final do debate que na quinta-feira passada ocupou a AR sobre a ratificação, ou não, do decreto-lei que extingue a CNP.

Vindo de um homem do PSD, é estranha esta posição. Contrários à «interrupção voluntária da gravidez», propugnam a «eutanásia». Ou seja, não importa que a «criança» nasca mal-formada, mas no caso de isso suceder, mata-se para não dar mais trabalho. É a lei do mais forte, onde só vence quem tem qualidades. Aí do fraco ou do inválido que surja numa sociedade destas — o seu destino é a vala comum.

Aliás, esta ideia está expressa numa outra ideia do «genial» ministro, que a seguir transcrevemos: «Estamos num mercado de concorrência em que vencem os mais capazes, os mais fortes, sejam públicos ou privados.»

Como se vê, pois, através desta amostragem e que, quer queiramos, quer não, exprime o ponto de vista do Governo Cavaco Silva, nesta sociedade não há lugar para os mais pequenos — que se lixem, que vão às malvas, que não perturbem o negócio dos maiores. Todo o poder às grandes empresas! — é a palavra de ordem que agora se desenha na boca do Governo.

E no entanto... No entanto, se realmente a CNP nasceu mal, o certo é que nos anos recentes tem recuperado, a sua compleição física é mais robusta, há quem lhe augure mesmo — e apesar da Comissão Liquidatária nomeada pelo Governo — um futuro próspero.

Em defesa desta ideia vale a pena transcrever parte da intervenção do deputado comunista Octávio Teixeira, quando diz:

«O interesse económico do

complexo petroquímico de Sines, de que a CNP é unidade fulcral, é um facto comprovado. No último triénio o seu impacto positivo na balança comercial ascendeu a 23 milhões de contos, elevando-se nas exportações a mais de 40 milhões e a substituição de importações a mais de 30 milhões de contos. Foi garantido o abastecimento regular de matéria-prima a mais de 400 unidades industriais do país (empregando mais de 15000 trabalhadores), permitindo-lhes a redução de *stocks* (com as economias inerentes) e subtraindo-as às variações especulativas de preços. Deu emprego directo a cerca de 1300 trabalhadores e contribuiu decisivamente para o desenvolvimento da vida económica dos concelhos de Sines e Santiago do Cacém.»

Mas se isto não for suficiente adiantamos mais um parágrafo da intervenção do deputado comunista:

«Aliás, o próprio estudo oficial em que o actual Governo diz basear-se para decidir a extinção da CNP, de forma clara confirma esse interesse económico: "Do estudo efectuado podemos concluir que a continuação em funcionamento do Complexo Petroquímico de Sines tem interesse macroeconómico, uma vez que a margem bruta (a preços de eficiência económica) e o saldo de divisas (excluindo o serviço da dívida) são positivos."»

Ainda querem mais?

Se ainda querem mais dados em defesa desta ideia, aí vão,

socorrendo-nos para isso da intervenção do deputado atrás citado.

«Não é sério publicitar o elevado passivo da CNP escamoteando, objectiva e ostensivamente, as causas dessa situação, nomeadamente o facto de um investimento de largas dezenas de milhões de contos ter sido feito sem capitais próprios e com financiamento assente fundamentalmente no crédito externo, sem qualquer cobertura de riscos cambiais. Ademais num período de elevadas taxas de juro nos mercados internacionais e de contínua e pronunciada desvalorização do escudo.»

«A verdade é que a extinção da CNP obriga a que o Estado assumia toda a dívida da empresa, não resultando daí a poupança de um único tostão para o erário público!»

Palavra puxa palavra e no decorrer do debate o ministro Santos Martins declarou:

«Nós hoje temos dados! São dados que vos facultámos e que os senhores ignoraram e nem sequer os criticaram.»

Estes dados tinham sido fornecidos poucos momentos antes, prova da «capacidade de diálogo» do Governo com a AR. E com este argumento — os dados fornecidos — o ministro da Indústria foi peremptório: «Isso só vem confirmar que o Governo tinha razão em determinar a extinção no momento em que o fez.»

Em má hora o fez pois o deputado Magalhães Mota (PRD) pegou-lhe na palavra para levantar a questão que a seguir transcrevemos:

«O que lhe perguntaria, sr. ministro, é se quando foi tomada a decisão da extinção da empresa já dispunha destes dados e, no caso de deles não dispor, então

quem é que tomou a decisão não dialogada e nem sequer fundada sobre novos elementos que são importantes para todos. Recordo ainda que o sr. ministro verberou a Câmara por deles não ter tomado conhecimento. Pergunto ainda se só os teve agora ou se já os conhecia quando tomou a decisão, e, se assim foi, porquê só agora eles chegaram às mãos dos deputados?»

Eis uma ocasião em que devia existir um alcapão na bancada do Governo para os governantes se esconderem.

Mas o Governo sabia à partida que o seu projecto de destruição estava gorado. Referindo-se ainda aos dados que pouco antes mandara distribuir pelas bancadas dos grupos parlamentares, o ministro Santos Martins deixou escapar:

«Porém, a grande maioria dos deputados aqui presentes pouca atenção prestou a esses dados. Isso leva-me a afirmar que não viemos aqui para discutir o problema da CNP mas, sim, para de uma forma cega, pôr obstáculos à actuação do Governo.»

Da bancada do PCP ouviu-se uma voz:

«Onde é que eu já ouvi isto?»

Já ouviu e ouvirá tantas vezes quantas a AR chumbar as propostas de destruição do sector público que o Governo pretende levar a cabo. O decreto-lei de Cavaco Silva para extinguir a CNP vai chumbar esta tarde, a não ser que surja forte alteração, pois todos os partidos da oposição, à excepção do CDS, manifestaram já a sua intenção de voto em não o ratificar.

Não tarda nada teremos Cavaco Silva no seu «muro televisivo das lamentações» a dizer que o não deixam governar. Mas o PCP é que usa a «cassette».

EPAC

Se um silo agrada a muita gente dois silos agradam a muito mais...

Outra votação importante que hoje decorre na AR é da ratificação do decreto-lei que altera o estatuto da EPAC e cria a Silopor.

PCP, MDP e PRD manifestaram já no debate que decorreu na sexta-feira passada a sua intenção de não ratificar o referido decreto-lei. Posição diferente tomou o PS que, pela voz do seu deputado José Frazão, defendeu a suspensão do diploma em causa de molde a sofrer alterações em sede de Comissão.

Na discussão deste diploma do Governo surgiu uma frase do deputado socialista António Campos que vale a pena referir.

Dirigindo-se ao ministro e justificando o papel desempenhado pela EPAC, afirmou o deputado socialista:

«Sabe o Governo que com a

entrada de Portugal na CEE a produção nacional de cereais terá tendência para diminuir?»

Comentários para quê?

Mas afinal o que está em causa com esta decisão do Governo, perguntará o leitor mais desatento?

A resposta é simples. Conhecer aquela caixinha do João Soares — esse mesmo, do «Viva o Gordo!» — com o corrupto. Pois aqui não se trata de uma caixinha. São vários silos. Lá dentro estão as multinacionais cerealíferas, espreitando o negócio visto Portugal, que sempre foi um grande importador de cereais, com a entrada na CEE passar a comprar ainda mais. Daí que se dê o negócio a quem pode lucrar. E para este Governo só o capital privado pode lucrar e bem.

Com o argumento da liberalização das importações mais não se fez do que transferir o exclusivo da EPAC «para o exclusivo do oligopólio das duas empresas que dominam o mercado da importação» — respectivamente a Lusograin e a Contiluso — como referiu o deputado comunista Rogério de Brito.

Mas para além das importações a EPAC tinha outros atractivos — e isto mesmo recordou Rogério de Brito — nomeadamente os terminais portuários da Trafaria, do Beato e de Leixões, os armazéns situados no Montijo e no Seixalinho e ainda o edifício Conde Valbom, em Lisboa.

E vá de criar a Silopor — Empresa de Silos Portuários, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada — para onde tran-

sitam todos estes bens da EPAC. Mas só os bens transitam, as dívidas e os serviços da dívida nem pensar.

Assim a EPAC, que recorreu a financiamentos pesados para a construção do terminal portuário da Trafaria vê-se privada daquele empreendimento, mas continua a pagar o que deve pela sua construção. A isto chama-se governar, na gíria do Executivo Cavaco Silva.

A iniciativa privada só tem que gerir e arrecadar os lucros. E ainda há quem duvide da capacidade da iniciativa privada. «Auspiciosa, menino!» — diria o Eça, que não está cá, para sorte sua, pois de outro modo a colaboração nas «Farpas» seria a quintuplicar.

■ TR

Trabalhadores

INDÚSTRIA NAVAL

8.º Encontro (ETIN) defenderá o emprego e o próprio sector

A intervenção dos trabalhadores organizados na vida das empresas continua a ser imprescindível para o êxito da democracia. É esse ponto de vista que preside novamente à realização no próximo sábado, 18, do 8.º Encontro dos Trabalhadores da Indústria Naval, que decorrerá nas instalações da Incrível Almadense (Almada) entre as 9 e as 19 horas. A Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores daquele ramo de actividade (CCCTIN) considera o Encontro (ETIN), que promove, «um marco importante» na luta dos trabalhadores pelos seus «direitos e interesses, nomeadamente pelos postos de trabalho». Reafirma que «é este um meio eficaz e organizado de os trabalhadores reflectirem sobre os problemas apresentados e fundamentarem as suas propostas, as medidas apontadas e as acções a desenvolver».

A CCCTIN sublinha que, desde o 7.º Encontro efectuado em 6 de Novembro de 1982, «passaram-se muitos factos extremamente preocupantes para os trabalhadores e que devem ser analisados em conjunto».

O 8.º Encontro propõe-se, a partir de um documento em discussão, «avançar com um conjunto de novas soluções que permitam pôr este sector ao serviço da economia nacional».

Extinção sem contrapartidas

Quatro anos depois da realização do sétimo Encontro, o que

se tem verificado é a «extinção, encerramento ou estrangulamento financeiro de empresas de reparação naval». Em contrapartida, não houve «qualquer reestruturação do sector da pequena e média reparação, que constituisse resposta adequada à eliminação daquelas unidades produtivas» da indústria naval.

Tanto a Lisnave como a Setenave, os dois maiores estaleiros nacionais, atravessam «momentos críticos da sua existência». Acrescenta a CCCTIN que «factores de ordem política condicionam o actual estado de funcionamento» daqueles estaleiros

e «consequentemente a sua situação económico-financeira».

A capacidade de produção e a capacidade técnica da Lisnave e da Setenave estão «substancialmente reduzidas».

Houve entretanto despedimentos em massa. Desde 1978 que a Setenave não tem encomendas de novos navios para a frota nacional. Os estrangulamentos financeiros afectam o ciclo de produção.

No entanto, desde essa data e mesmo antes, os governos não deixaram de falar na «construção de oito navios em estaleiros nacionais», ou nove navios e posteriormente mais cinco», ou quatro a catorze graneleiros e mais sete a nove navios em 1990, ou ainda «a construção de quinze navios e a aquisição de mais doze em segunda mão», ou também e por último a «aquisição de cinquenta e seis navios, sensivelmente metade deles a construir em estaleiros nacionais».

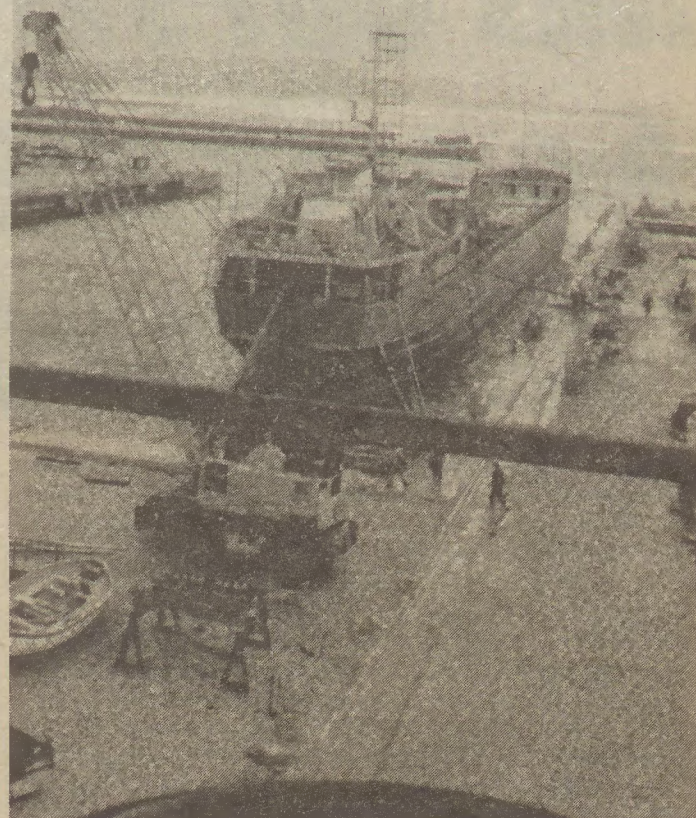
Tudo começa e acaba nas boas palavras

Recorda a CCCTIN que «este Governo continua a afirmar que

a nossa frota mercante é insuficiente», que «está degradada»; reafirma a sua «intenção de modernizá-la», de aproveitar «a capacidade produtiva dos estaleiros». Mas nunca se passou das palavras.

Entretanto, pode-se afirmar, segundo revela a Coordenadora responsável pelo 8.º ETIN, que entre 1980 e 1985 o valor imputável ao pagamento de fretes e afretamento de navios estrangeiros terá passado de cerca de 25 milhões de contos para cerca de 60 milhões, totalizando nesses seis anos cerca de 240 milhões de contos.

Quando muito, o Governo limita-se a reconhecer, em traços gerais, esta situação e a fazer promessas. Neste meio tempo, a frota continua a envelhecer e mesmo a desaparecer; as importações de pescado e derivados crescem «mais de cem milhões de contos em divisas nos últimos cinco anos»; essa tendência não é invertida, nem se vê maneira de a inverter; na Lisnave continuam os salários em



Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Estável a curto prazo devido às encomendas da URSS

atraso; e a frota continua por reapetrechar.

Em consequência das muitas palavras e nenhuma obras, o total dos trabalhadores da indústria naval é inferior em 9000 ao que era em 1979. Há hoje 17 mil postos de trabalho no sector, quando há sete anos esse total atingia os 26 055.

São menos 34 por cento de empregos só num ramo da indústria. Enquanto que os trabalhadores «continuam a ver crescer a instabilidade dos postos de

trabalho, os salários em atraso, os cortes nas regalias sociais, a iminência dos despedimentos», o «Governo nada faz — frisa a CCCTIN — para aproveitar as potencialidades dos nossos estaleiros e aumentar a incorporação nacional neste sector».

Como os trabalhadores não aceitam a desculpa de que tudo se deve à situação internacional, o 8.º ETIN concluirá certamente pela apresentação de propostas e por um apelo à luta para alterar a situação que se vive na indústria naval.

Acções e lutas sindicais

Anunciada greve dos médicos

Ao fim da tarde de anteontem continuava marcada para depois de amanhã uma greve dos médicos convocada pelo Sindicato do Sul. Nos correios (CTT) mantinham-se as formas de luta anunciadas para o período de 16 a 21 do corrente, designadamente com paralisações de duas horas diárias e concentrações em frente a delegações do Ministério do Trabalho. Ainda no quadro das reivindicações e lutas refira-se a movimentação sindical dos jornalistas (contratação colectiva: portaria de extensão) e registe-se a paralisação marcada para ontem na CP.

Num telex de anteontem, a Federação dos Sindicatos Ferroviários (FSTFP) que convocou aquela forma de luta (paralisação entre as 14 e 30 e as 17 horas) afirmava que a sua acção se destina a «protestar contra a falta de palavra do conselho de gerência da CP, que se recusa a cumprir o protocolo assinado em 25 de Abril» com aquela Federação «acerca do enquadramento escalonar do regulamento de carreiras».

O Governo é responsabilizado pela necessidade de recorrer novamente a formas de luta na CP.

Nas outras acções e movimentações sindicais o Governo está também implicado directamente.

Os ferroviários, através dos dirigentes da Federação sindical, reafirmam «a determinação» verificada na acção reivindicativa desde Setembro de 1984 e acusam de «irresponsável» a atitude dos gerentes que, «tendo assinado o protocolo para pôr fim à greve de 38 dias (Março e Abril deste ano) se negam agora a cumpri-lo, alegando para tal uma interpretação grosseira e absolutamente absurda dos termos do documento».

Paralisação na CP

Os transtornos e prejuízos provocados pela paralisação são da inteira responsabilidade do conselho de gerência da CP e do Governo, afirma a Federação.

O Conselho Nacional da FSTFP acrescenta que durante a paralisação decorrerá um plenário e sublinha:

«Com a paralisação de amanhã (15) os ferroviários pretendem também manifestar a sua solidariedade com os reformados e pensionistas de sobrevivência da CP, que esperam há nove meses pelo aumento das pensões que lhes é devido desde 1 de Fevereiro. O presidente do conselho de gerência disse aos jornalistas que o problema está resolvido, mas a verdade é que até hoje (14) nada se sabe ainda na Segurança Social sobre o desbloqueamento do processo», conclui a FSTFP.

Viana aguenta-se Parry na falência

Com um custo próximo dos 10 milhões de dólares, foi entregue na quinta-feira passada em Viana do Castelo o segundo de uma série de cinco navios mercantes que os estaleiros navais daquela cidade estão a construir para a União Soviética. À cerimónia do hasteamento da bandeira no «Sormovski-3056», encomenda da Sudimport, empresa do comércio externo da URSS, assistiu o embaixador deste país em Lisboa, camarada Valentin Vdovine.

Segundo a APN (Agência de Imprensa Novosti), «os Estaleiros de Viana do Castelo já construíram em 10 anos 14 navios deste tipo «rio-mar» para a URSS, o último dos quais, o «Sormovski-3057», foi lançado à água no passado dia 14 de Setembro».

A mesma fonte indica também que, desde 1976, início da cooperação entre as duas empresas, os contratos de encomenda da Sudimport atingem perto de 150 milhões de dólares americanos.

A APN acrescenta que «isto tem contribuído para a boa situação económico-financeira dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, considerados em 1984 a empresa portuguesa do ramo em melhores condições».

Recorde-se, no entanto, que desde 1980 que os ENVC não recebem qualquer subsídio ou ajuda do Estado português.

Fonte da CT, ouvida em Viana do Castelo, advertia entretanto que a construção naval naquela cidade minhota tem estado dependente das encomendas da União Soviética, esperando-se que a empresa importadora necessite de mais navios — nove foi o número adiantado — e que os mesmos sejam adjudicados aos ENVC.

A qualidade da construção e reparação nos Estaleiros de Viana do Castelo é reconhecida internacionalmente.

Parry em Lisboa hoje

As organizações representativas dos trabalhadores (ORT's) da Parry Son anunciavam, entretanto, que se deslocam hoje a Lisboa, à Direcção-Geral da Indústria, devido ao abandono da empresa por parte dos accionistas do Instituto de Participações do Estado (IPE), Lisnave e Lacerda.

Segundo as ORT's, «o estaleiro naval mais antigo de Portugal corre o sério risco de encerrar no próximo dia 23, lançando no desemprego 600 trabalhadores».

Trabalhadores

PLANO

Nas GOPs o que conta é o peso do patrão

• Primeira apreciação sindical das «opções» governamentais

«O objectivo apresentado pelas GOP's (Grandes Opções do Plano) de fazer crescer o emprego no quadriénio 1987/1990 em apenas 1 ou 2 por cento é manifestamente insuficiente face à gravidade da situação do mercado do trabalho (ver **Em Foco**), além de o Governo pretender a «flexibilização» dos despedimentos, claramente defendida no documento», afirma a Comissão Executiva da CGTP-IN na análise das GOP's recentemente entregues pelo Governo Cavaco Silva ao Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS) e ao Conselho Nacional do Plano (CNP). Sobre a entrega do documento a este último órgão de que a CGTP faz parte, os dirigentes da Central unitária consideram que o Governo manifestou «desrespeito» pelo CNP, pelas suas «funções institucionais e constitucionais».

A crítica manifestada publicamente pela CGTP na passada quinta-feira relaciona-se, quanto a este último aspecto, com o facto de a entrega das GOP's na «Concertação» (CPCS) ter obrigado à deslocação de dois ministros e um secretário de Estado «para ouvir a opinião da CIP, CAP, CCP (associações do grande patronato) e da UGT, o que não aconteceu com a entrega do mesmo documento ao CNP».

A direcção da Central unitária dos sindicatos portugueses lembra que o CNP «é o órgão competente para emitir parecer sobre a matéria, como é o que reflecte de forma mais ampla e representativa os diversos interesses da sociedade portuguesa».

Omissão sobre a CEE

Da sua apreciação global das GOP's, a CGTP destaca o facto de o Governo ter omitido «surpreendentemente» um balanço dos resultados da adesão de Portugal à CEE.

É o seguinte o teor da apreciação global das GOP's distribuída pela Comissão Executiva da CGTP-IN:

«a) O documento é tecnicamente deficiente porque não calendariza, não quantifica, nem concretiza as «opções» do Governo, assim como não as distingue para o período de 1987 e para o período de 1987 a 1990 — o que conduz a uma irresponsabilização do Governo em relação à sua política;

«b) Surpreendentemente o documento não apresenta um balanço dos resultados da adesão à CEE, num momento em que o seu impacto negativo se faz sentir cada vez mais, e tratando-se (como é o caso) de um projecto de médio prazo;

«c) Também não refere uma só linha sobre o sistema estatístico nacional, que vive numa semi-clandestinidade resultante da sonegação pelo Governo de importantes dados estatísticos sobre a realidade económica e social portuguesa;

dos trabalhadores e da maioria da população».

Novos salários mínimos nacionais

No âmbito de uma proposta global que prometeu divulgar em breve sobre política de rendimentos, a Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN reivindica, «como necessário», que os salários mínimos a vigorar depois de 1 de Janeiro de 1987 tenham os seguintes valores: **salário mínimo nacional: 27 200 escudos; salário mínimo para os trabalhadores rurais: 24 200 escudos; salário mínimo para o serviço doméstico: 19 000 escudos».**

De acordo com as orientações da OMS (Organização Mundial de Saúde), a Central unitária reivindica ainda o aumento do abono de família para 1650 escudos mensais, importância equivalente ao preço corrente de um litro de leite por dia durante um mês.

No rescaldo das comemorações

Das diversas iniciativas levadas a cabo por todo o País no quadro das comemorações do 16.º aniversário da fundação da

CGTP-Intersindical Nacional, a que o «Avante!» se referiu na semana passada, destaque-se no próximo sábado, em Torres Novas, uma iniciativa cultural em que participará o Grupo de Teatro Borda d'Água da Chamusca, com a peça que representou na fase final do V Festival de Teatro Amador realizado pela CGTP-IN em Évora.

A iniciativa de sábado, patrocinada pelas União dos Sindicatos de Santarém e de Torres Novas, conta ainda com a participação do grupo de música popular «Cantigas de Cá dos Riachos» de Torres Novas.

Colóquio no Porto amanhã, sobre novas tecnologias

A Comissão de Quadros Técnicos da União dos Sindicatos do Porto anunciava, entretanto, para amanhã, 17, um colóquio no Auditório do Sindicato do Comércio, à Rua Fernandes Tomás, 626, naquela cidade. Subordinado ao tema «As novas tecnologias — o emprego, o ensino e a formação profissional», o colóquio começa às 21 e 30 e nele intervirão Alberto Amaral, Reitor da Universidade do Porto, Carlos Carvalhas, economista e deputado, Trigo de Abreu, engenheiro e investigador, informa a USP.

Movimento sindical Congressos em Coimbra e Leiria pela primeira vez

Sexta e sábado próximos reúne-se o I Congresso da União dos Sindicatos de Coimbra. Em Leiria, também pela primeira vez, o movimento sindical unitário do distrito realizará o seu 1.º Congresso em 30 e 31 de Janeiro do próximo ano. O combate ao desemprego é uma das linhas de acção prioritárias destas grandes assembleias sindicais, as primeiras que se efectuam depois do V Congresso da CGTP-IN.

No resumo do anteprojecto das teses distribuído à Imprensa, a União dos Sindicatos de Coimbra afirma que o seu primeiro Congresso decorre «num momento em que os trabalhadores, em virtude de uma política errada e contrária aos seus interesses e direitos, não vêem os seus problemas resolvidos, mas antes agravados».

Em Leiria, onde já se encontra em funções uma comissão organizadora, os objectivos do 1.º Congresso, entre eles «reforçar a unidade dos trabalhadores, aumentar a sindicalização e alargar a rede dos delegados sindicais», incluem a luta pelo «desenvolvimento económico do distrito». Para a concretização dessas metas é preciso «levar à prática as conclusões da II Conferência de Organização Sindical Descentralizada realizada em Novembro de 1985» e que antecedeu e preparou, em larga medida, o V Congresso da CGTP-IN.

Defesa da unidade

Além dos objectivos centrais reafirmados ainda há dias durante as comemorações do 16.º aniversário da CGTP, as União dos Distritos de Coimbra e de Leiria incluem nas acções internas o

reforço da unidade dos trabalhadores e da unidade sindical.

«A unidade sindical — destaca a União de Coimbra — tem por base a unidade dos trabalhadores e encontra o seu fundamento na existência de anseios e problemas comuns dos trabalhadores, independentemente da profissão e do sector de actividade, das opções político-partidárias e religiosas».

Recorda a União dos Sindicatos de Coimbra que «existem mais de 20 000 desempregados no distrito», segundo números oficiais, e que «o trabalho precário, nomeadamente a prazo e à tarefa e o aluguer de mão-de-obra, atinge níveis verdadeiramente escandalosos».

Na «nossa ligação aos trabalhadores e às empresas», afirma, por seu turno, a União dos Sindicatos de Leiria, «está a chave para a resolução de todos os problemas».

Ambas as organizações sindicais, na preparação dos seus Congressos, apelam à participação empenhada de todos os trabalhadores e designadamente dos sindicalizados para que as tarefas ligadas à preparação sirvam para o reforço da unidade, para o combate ao desemprego, a melhoria das condições de vida e de trabalho naquelas regiões.

PCP

Um retrato a corpo inteiro do distrito de Portalegre

Um retrato a corpo inteiro deste distrito alentejano é o que resalta das conclusões do plenário da Comissão Distrital de Portalegre, do PCP, realizado no último sábado em Avis, e no qual os camaradas que ali dirigem o trabalho do Partido apreciaram a situação que vive nos concelhos e ainda aspectos internos da vida partidária.

Salientando que «o Governo PSD/Cavaco Silva continua a acelerar a política de desastre dos últimos 10 anos» o plenário deu um panorama da situação social agravada durante a vigência deste Executivo minoritário: salários em atraso, desemprego, encerramento de empresas, trabalho precário, repressão patronal, ofensiva contra a Reforma Agrária e contra os pequenos agricultores enganados pela demagogia do Governo, situação no ensino e na saúde, custo de vida, atraso nas diferentes componentes e potencialidades da

vida do distrito, incluindo o turismo.

Depois de denunciar os «objectivos partidários» da recente visita do Primeiro-Ministro ao distrito, o plenário da CD de Portalegre, no documento divulgado após a reunião, mostra o crescimento da luta dos trabalhadores e das populações, concluindo com uma referência à necessidade de melhorar a acção política e o reforço do Partido.

«Por muito que custe engolir alguns analistas», recordam os militantes do PCP do distrito de Portalegre — «o PCP cresce e é

indispensável para vencer a crise actual. Cresce o número de portugueses que assim o entendem. Os resultados eleitorais do distrito nas eleições para a Assembleia da República, que se realizaram há um ano, e em que o PCP/APU passou a ser a força política mais votada, confirmam-no».

O rigoroso levantamento das situações feito por este plenário da Distrital de Portalegre do PCP estará na base de um apontamento desenvolvido sobre os problemas que ali se vivem, a publicar em próxima edição do «Avante!»

Viseu Grande iniciativa de 7 a 9 de Novembro

As conclusões da reunião do CC, o balanço da situação social e política e a definição de tarefas para o reforço orgânico do Partido foram temas salientes da reunião plenária da Comissão Distrital de Viseu do PCP, que teve lugar no último domingo.

Nos primeiros 9 meses deste ano encerraram ou faliram 6 empresas no distrito, deixando no desemprego mais de 130 trabalhadores — revelam os comunistas de Viseu. Detendo-se na análise à acentuada degradação que se manifesta na esfera económica e social do distrito, a reunião de domingo salientou que até finais de Setembro último a dívida em salários em atraso a apenas 870 trabalhadores de 15 das empresas abrangidas por esta «chaga» ultrapassava os 19 mil contos. A situação no sector mineiro (em contínuo agravamento com os recentes acordos com a CEE), que inclui encerramento não só de algu-

mas minas como de empresas transformadoras ligadas ao sector; o trabalho precário, o trabalho infantil, a limitação do exercício das liberdades sindicais, a desilusão entre os agricultores agora que as promessas da CEE se vão desvanecendo, e os problemas da rede escolar foram aspectos intensamente debatidos pelos camaradas de Viseu.

Chamando a atenção para a luta que se desenvolve no distrito (plenários nas empresas, comunicados e manifestos, abaixo-assinados, concentrações, etc.), e que é necessário desenvolver nas várias frentes sociais, o plenário da CD de Viseu marcou uma jornada distrital de esclarecimento junto da população para os dias 7, 8 e 9 de Novembro.

Também em Viseu, o projecto-lei apresentado pelo Partido sobre a Regionalização está a merecer as atenções e o interesse que uma iniciativa deste alcance naturalmente suscita.

CAMINHOS
JOSÉ BARATA-MOURA
DA REPRESENTAÇÃO
À «PRÁXIS»

Trabalhadores

EPAC

A fraude pode evitar-se

Do ponto de vista dos trabalhadores, as manobras em redor da EPAC devem congrega contra o Governo todas as forças democráticas nas várias instituições, pois se trata de «uma autêntica burla» na qual as principais vítimas serão os trabalhadores, o consumidor e a própria economia nacional.

Na sequência da discussão efectuada na última sexta-feira, no plenário da Assembleia da República, do pedido de ratificação apresentado pelos grupos parlamentares do PCP e do PS relativo ao diploma com que o Governo pretende desmantelar a EPAC — trabalhos marcados por uma forte condenação de representantes dos partidos democráticos que constituem a maioria parlamentar (PS, PRD e PCP) e por um nítido isolamento do Executivo — está agendada para hoje, quinta-feira, a votação do referido pedido de ratificação, momento que é aguardado com alguma expectativa, nomeadamente entre os trabalhadores da EPAC, os quais pretendem deste modo ver salvaguardados os seus postos de trabalho e o património da sua empresa das investidas liberalizadoras do Governo PSD.

Com esta votação, cumpre-se assim mais uma etapa no já longo processo de luta dos trabalhadores da EPAC e das forças democráticas em defesa desta empresa pública alvo da cobiça de grandes comerciantes e importadores privados, desejos que o Governo de Cavaco não se tem coibido de satisfazer, como o atestam os dois projectos de lei através dos quais foram alterados os estatutos da empresa pública em causa e criada uma outra empresa (sociedade anónima de responsabilidade limitada) sob a designação de SILOPOR, silos portuários.

Autêntica burla

Ora acontece que o processo que deu origem a esta empresa constitui uma autêntica burla — como lembravam em recente conferência de imprensa na véspera da greve de 24 horas cumprida na última sexta-feira, representantes da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (FEP-CES) —, da qual um dos aspectos mais comprometedores é sem dúvida o facto de cada acção adquirida pelos privados valer logo no acto da compra cinco ou seis vezes mais, situação só possível dada a forte subavaliação do Imobilizado Líquido destacado da EPAC, já que foram utilizados os valores contabilísticos inscritos no Balanço largamente desactualizados.

Para além de transferir inconstitucionalmente património público para o sector privado numa área tão nevrálgica como a do comércio e abastecimento de cereais, o decreto lei (n.º 293-A/86) que constitui a SILOPOR pretende ainda, dessa forma, entregar esse património a preços escandalosamente inferiores ao seu valor real.

Com efeito, irão ser cedidos

aos privados 1715000 acções (correspondentes a 49-por cento do capital social) ao valor nominal de mil escudos por cada uma, conforme estabelece o artigo 5.º n.º 2 dos Estatutos Anexos ao referido decreto-lei, quando o valor real de cada acção é, como já referimos, cinco ou seis vezes superior.

Sanha liberalizadora

Mas ao contrário do que tem pretendido fazer crer quando afirma que da sua política de liberalização saem beneficiados a produção agrícola e industrial, a economia e mesmo os consumidores, a sanha liberalizadora do Executivo de Cavaco Silva com o intuito de afastar a todo o preço a EPAC do comércio de cereais em benefício da ANPOC/CAP já custou ao Estado mais de um milhão de contos, valor correspondente ao subsídio de 15\$00 por quilo concedido à ce-

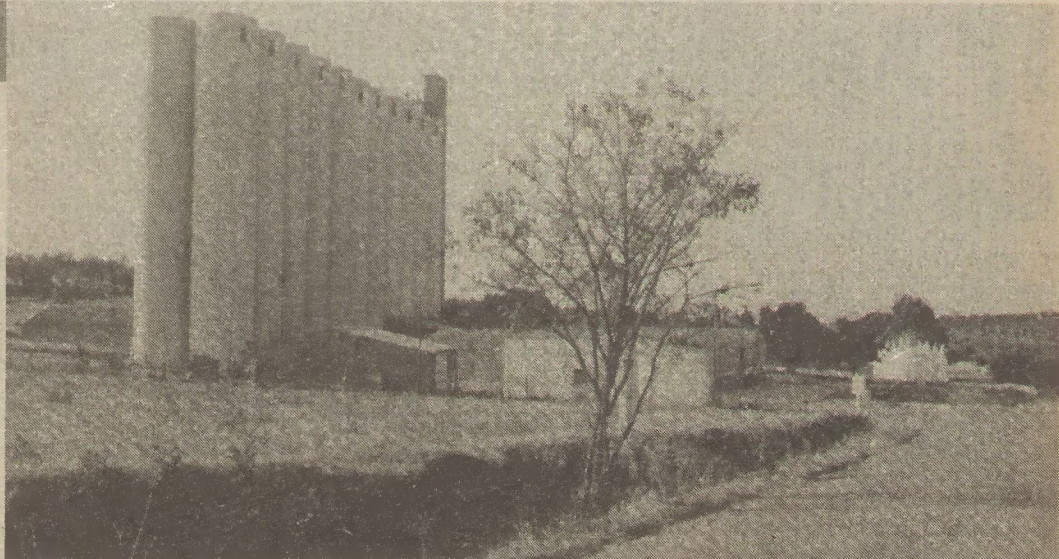
vada dística, criado este ano para promover a liberalização do comércio de cereais.

Destinada essencialmente ao fabrico de cerveja e à torrefacção para o chamado café de cevada, a cevada dística beneficiou assim de um subsídio que resultou de um acordo directo entre os produtores (através da ANPOC/CAP) e a Centralcer, concretizado pela Portaria 366-A/86.

Tudo estaria aparentemente bem se esta operação não tivesse custado ao Estado qualquer coisa como um milhão de contos — sem que tal dispêndio tivesse qualquer repercussão nos preços junto dos consumidores —, tornando-se ainda menos compreensível quando se conhece a recusa anterior do Governo em aprovar a dotação de um milhão de contos para baixar o preço do leite, aprovada pela Assembleia da República.

Escândalos sucedem-se

Mas não se ficam por aqui os escândalos, como o atesta o da comercialização da aveia. De acordo com fontes sindicais, o secretário de Estado da Alimentação deu orientações à EPAC



Um silo em Serpa. A «privada» sem mãos a medir

para vender às grandes fábricas de racções a aveia em armazém (62 mil toneladas) ao preço de 19\$00/quilo quando esta havia sido comprada à produção a 30\$40/quilo. Isto é, o Estado subsidiou este produto agrícola em 11\$40 por quilo, o que até poderia ser interpretado como uma adequada medida de incentivo e apoio se, entretanto, a juntar ao que já referimos, a EPAC não tivesse estado a comprar a 34\$00/quilo grande parte da aveia, que o Governo lhe mandou depois vender a 19\$00/quilo, operação esta que muito legitimamente sugere a interrogação: quanta da aveia que o Governo mandou vender a EPAC a 19 escudos não terá sido vendida posteriormente à EPAC a 34 escudos?

Aliás, também no milho se estão a fazer sentir os resultados da insistência do Governo em afastar a EPAC do comércio de cereais. Numa altura em que se

verifica uma baixa de preços no mercado internacional o Governo obriga a EPAC a vender o milho à indústria a 42\$00/quilo (mais 2\$50 que anteriormente), situação que originou a que, quer a produção agrícola quer a industrial tenham acordado entre si um preço intermédio — mais alto do que anteriormente a EPAC pagava e vendia, mas inferior ao imposto pelo Governo — afastando-a assim da comercialização do milho. Com esta actuação do Governo sublinhe-se, ficam prejudicados consumidores e produtores pecuários que viram o milho subir de preço quando o seu preço internacional está a descer.

Importação de cereais

Quanto à importação de cereais, os concursos já efectuados (quatro concursos para a importação de 275 mil toneladas de milho e 40 mil toneladas de sorgo) indiciam claramente estar-

-se em presença de mais uma descarada tentativa para transformar o propalado desmantelamento do chamado «monopólio» estatal de importação de cereais no interesse privado de duas multinacionais (a Lusograin e a Contiluso).

Importa ainda acentuar que o Governo mesmo depois de ter visto goradas as suas tentativas para impedir a EPAC de participar nos concursos — recorde-se que a Comissão Parlamentar de Integração Europeia num parecer emitido em Julho passado lembrou que o «Tratado de Roma e demais legislação comunitária não fazem distinção quanto à natureza jurídica entre empresas públicas e privadas» — acabou por impor numa inqualificável decisão à EPAC a apresentação de números a concurso que impediram que fosse ela a vencer os concursos, como aliás seria natural atendendo às suas reais possibilidades.

Braga e Guimarães

Bênção do Governo contra os metalúrgicos

• 10 empresas a cair

A passividade e mesmo o estímulo do Governo, através dos seus departamentos distritais (Ministério do Trabalho, Secretaria de Estado do Emprego, Inspecção do Trabalho, Governo Civil, Inspecção de Finanças) permitem que 10 empresas, entre outras, do sector metalúrgico promovam uma situação social insustentável e obriguem os trabalhadores e os seus órgãos representativos a recorrer à movimentação sindical e a acções de luta contra o que se está a passar nos concelhos de Braga e Guimarães. Aqui fica, em resumo, a situação nessas empresas:

Chromolit/Guimarães

— 6 meses de salários em atraso. A empresa paralisou e o patrão aproveitou para dela retirar máquinas e ferramentas. Foi ordenado o leilão da principal máquina que, a concretizar-se, teria levado ao imediato encerramento da empresa.

A firmeza dos trabalhadores pôs, temporariamente, cobro a estas ilegalidades, impedindo o leilão e o roubo de maquinarias.

Metalurgia Ramoa/

/Braga — 2 meses de salários e o subsídio de férias em atraso. O patrão abandonou a empresa e, mais tarde, vendeu as instalações. Tentava transferir maquinaria para uma nova empresa sem acautelar os direitos dos trabalhadores.

Também aqui foi a firmeza e a luta dos trabalhadores que impediu as ilegalidades e impôs a manutenção dos postos de trabalho.

Onça/Braga

— Não foram pagos a tempo os subsídios de férias e, aproveitando esse período de descanso, foram enviadas cartas de despedimento a 2 trabalhadores com contratos a prazo.

Só a pronta e firme denuncia do PCP, levando ao conhecimento geral que a empresa tinha beneficiado de empréstimos oficiais para a manutenção dos postos de trabalho, impediu a concretização destes despedimentos.

Sociedade Agrícola/

/Braga — Obscuras jogadas da gerência levaram à paralisação da fabricação e à venda de parte do património da empresa, perante sérias reservas dos trabalhadores. Estas jogadas indiciam a descapitalização da empresa e a transferência de fundos para empresas paralelas.

Joaquim Pereira Mala/

/Braga — Há trabalhadores que

nunca gozaram férias nem receberam subsídio de férias. Não se passam recibos dos salários, tendo a Inspecção de Trabalho levantado já alguns autos.

Miguel Marques/Guimarães

— Os patrões, espanhóis, não respeitam a legislação portuguesa, reprimem a actividade sindical, descontam verbas nos salários (que chegam a 4 mil escudos por mês) a quem não atinge brutais índices de produção impostos pela gerência. Há 5 meses que não pagam salários a uma trabalhadora que esteve com baixa médica.

Metais Prumo/Braga

— Para além de subsídios e retroactivos em atraso, os salários nunca são pagos a tempo. Foram encerradas as casas de banho, que só podem ser utilizadas se a gerência entender que o trabalhador disso necessita. Mas o delegado sindical não é autorizado a utilizá-las.

Frigoríficos Jordão

— Não são respeitados os direitos do dirigente sindical, a quem não são pagas as horas gastas em actividade sindical. O mapa de férias é elaborado pela gerência e imposto aos trabalhadores.

Horácio e Castro/Guimarães

— Não se pagam subsídios de férias ou de Natal ao delegado sindical, que nem se-

quer é autorizado a almoçar nas instalações da empresa.

Metalurgia Pinheiro/
/Braga — Há 6 anos que não se passam recibos dos salários,

o que significa que não são feitos os descontos para a previdência, não estando portanto os trabalhadores abrangidos pela Segurança Social.

O mesmo ou pior em Vila Real

A União dos Sindicatos de Vila Real citando estatísticas do Serviço Nacional de Emprego, afirma que há 8000 desempregados naquele distrito transmontano.

Em relação ao ano anterior, acrescenta a USVR, o total dos desempregados inscritos no SNE aumentou 15,9 por cento.

Aquela estrutura intermédia da CGTP-IN, que continua a citar dados oficiais, salienta que «o número de trabalhadores inscritos à procura de novo emprego (6110) aumentou um por cento relativamente ao mês anterior e, em relação ao mesmo mês do ano anterior, sofreu um aumento de 17,9 por cento (5182)».

Num quadro, ao qual voltaremos noutra oportunidade, a União dos Sindicatos sublinha que desde Janeiro findo foram despedidos 239 trabalhadores em 7 empresas e que as «ameaças do patronato» incidem em mais 10 empresas com 1059 trabalhadores.

Entre os locais de trabalho onde a situação é pior a USVR destaca a Cavan, Minas da Borralha, Argosel, Sogrape, Vale das Gatas, Minas de Montezinho, SIF, Tabopan, Ferrominas.

Os trabalhadores lutam na maioria das empresas afectadas por salários em atraso, contra despedimentos, pela manutenção de postos de trabalho.

A USVR caracteriza a situação social e económica como «destruição do aparelho produtivo regional» e apela à luta contra essa degradação progressiva, que caracteriza também outras regiões do País.

1.ª Assembleia da Organização Distrital de Aveiro

No próximo dia 8 de Novembro vai realizar-se no Pavilhão Octogonal do recinto das Feiras de Aveiro a 1.ª Assembleia da Organização Distrital do PCP. Está prevista a participação de 250 delegados e cerca de 750 convidados. O secretário-geral do PCP, Alvaro Cunhal, fará uma intervenção na sessão pública de encerramento, marcada para as 18.30 horas.

Os objectivos principais da Assembleia são, segundo uma nota distribuída à imprensa pela Comissão Distrital de Aveiro do PCP: analisar a actividade do Partido no distrito desde 1974, referindo os condicionamentos de ordem económica, política e social em que ela se tem desenvolvido; caracterizar a situação actual e aprovar uma política alternativa de desenvolvimento eco-

nómico, social e cultural do distrito; definir as linhas de orientação do trabalho futuro e eleger o organismo de direcção da Organização Distrital de Aveiro.

A Assembleia realiza-se nesta altura porque, como se afirma na circular que anuncia a iniciativa, «o Partido cresceu, alargou a sua influência e prestígio no distrito, exigindo nas actuais condições medidas de consolidação dos avanços verificados».

Reunião de quadros

No âmbito do trabalho preparatório da 1.ª Assembleia da Organização Distrital de Aveiro do PCP, realizou-se no sábado, 11 de Outubro, uma reunião de quadros, no CT de Aveiro, na qual participaram, entre outros, os camaradas Vidal Pinto, su-

plente da Comissão Política do CC, e César Roussado, suplente do Comité Central.

Na reunião foi feito o ponto da situação do trabalho de preparação da Assembleia. Definiram-se linhas de orientação para a análise e discussão do projecto de Resolução Política e apontou-se a necessidade de intensificar o contacto com todos os membros do Partido, de criar novos colectivos partidários e de dinamizar o recrutamento.

Já se efectuaram muitos dos 170 plenários e reuniões planeados e foram ultrapassados os 30% das metas de recrutamento definidas.

Foram ainda analisados outros aspectos do trabalho preparatório da Assembleia, nomeadamente a mobilização, a propaganda e o funcionamento.

Atalaia (Montijo)

PCP atento à batalha eleitoral

No passado sábado realizou-se nas instalações do Círio da Carregueira a 1.ª Assembleia da Organização da freguesia da Atalaia do PCP, cujo tema principal, a par das questões organizativas e das medidas correspondentes, foi a da preparação das eleições para a Assembleia de Freguesia e a campanha da APU.

O acto eleitoral tem lugar a 14 de Dezembro (como nas outras quatro freguesias do concelho do Montijo), e é previsto que para além da APU venha de novo a apresentar-se uma lista de arranjo entre o PS e o PSD. Em 15 de Dezembro passado, tendo em conta as mesas de voto correspondentes à nova freguesia da Atalaia, dos 712 votantes o PS e o PSD apenas conseguiram 10 votos a mais do que a APU. Contudo, enquanto a APU man-

teve no essencial o seu eleitorado em relação a 1982, a coligação da vergonha PS/PSD viu desaparecer onze por cento do seu, razão pelo qual os camaradas da zona entendem que o reforço do seu trabalho e o prestígio da lista da APU que ajudaram a constituir conduzirão à vitória da Aliança Povo Unido.

É de salientar que a lista da APU, composta por 18 membros, integra 10 independentes, o que comprova a crescente influência do PCP entre os democratas mais apostados em defender Abril e consolidar o Poder Local democrático.

Na Assembleia da Organização todas as votações obtiveram unanimidade dos presentes, sendo calorosamente aplaudida a que elegeu a nova Comissão de Freguesia do Partido.

LEIRIA

As lutas já iniciadas e outras a desenvolverem-se em vários sectores e zonas do distrito de Leiria, a disponibilidade objectiva para a luta no seio dos trabalhadores e as cerca de uma centena de iniciativas — Assembleias de organização, plenários, reuniões e convívios — marcadas pelas organizações do Partido, levam a concluir que os trabalhadores do nosso distrito e a sua vanguarda, o PCP, iniciaram já um vasto plano de luta cujo objectivo principal é o de que o Governo PSD/Cavaco vá para a rua — esta a principal conclusão da reunião da Direcção da Organização Regional de Leiria (DORLEI) do PCP, que decorreu no último sábado, no Centro de Trabalho do Partido na vila operária da Marinha Grande (foto). A acção e o trabalho político dos comunistas neste distrito será tema em foco na próxima edição do Avante!

Assembleia no Redondo

«Reforçar o Partido, desenvolver o concelho» foi o lema que presidiu aos trabalhos da 2.ª Assembleia da Organização do Concelho do Redondo, do PCP, que decorreu no último sábado no cinema da vila, sede de um concelho com duas freguesias e abrangendo, no distrito de Évora, uma área total de 371,44 km².

O debate em torno da proposta de resolução política apresentada pela Comissão Concelhia cessante, a eleição do novo organismo de direcção para a actividade do Partido neste concelho alentejano e a análise da situação política constituíram a ordem de trabalhos da Assembleia, que contou com a participação da camarada **Dias Lourenço**, membro da Comissão Política do Partido, que falou na sessão de encerramento, chamando a atenção para as tarefas imediatas do Partido no plano da organização e no plano político.

Dos 96 delegados presentes, 18 eram mulheres, sendo a nova Concelhia do PCP constituída por 19 membros. O camarada Barroso leu o relatório da CC cessante e, no fim, a camarada Sofia, da Comissão Distrital de Évora e da Direcção Regional do Alentejo, fez a apreciação dos trabalhos.

Além da caracterização do concelho, o documento-base aprovado na Assembleia apre-

Setúbal

A campanha distrital de fundos para o novo CT e, em geral, as questões financeiras do trabalho do Partido estiveram em debate numa reunião alargada da Comissão Concelhia de Setúbal. A reunião realizou-se no dia 4 de Outubro e aprovou uma moção que sintetiza o resultado da discussão.

É proposto a todas as organizações do Partido no concelho que realizem, pelo menos, uma iniciativa de fundos até final deste ano, no âmbito da campanha para o novo Centro de Trabalho. Chama-se a atenção para a necessidade de discutir em todos os organismos o trabalho de fundos sob uma perspectiva política, integrando-o no esforço para reforçar o PCP e com ele a democracia.

Porto

As conclusões do plenário de quadros

A situação política nacional, a evolução política e social no distrito, o trabalho partidário e as tarefas que se colocam para os próximos meses estiveram em foco no Plenário Distrital de Quadros da Organização Regional do Porto do PCP realizado no último fim-de-semana, com a presença do camarada Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do Partido. Nesta iniciativa participaram 600 camaradas de todas as organizações e sectores da actividade partidária no distrito. A discussão desenrolou-se em oito secções e duas sessões plenárias, num total de 136 intervenções.

No âmbito desta realização, que se pode considerar a iniciativa de maior relevo no calendário político destes dias na região do Porto, foi antecipadamente marcado um encontro com a comunicação social para dar a conhecer os resultados do debate. A esta conferência de imprensa não compareceram o «Primeiro de Janeiro», o «Jornal de Notícias» e a RTP.

Regionalização

A apresentação pelo PCP na Assembleia da República do projecto de lei quadro das regiões administrativas, que está agora em debate em todas as Assembleias Municipais do País, colocou a questão da regionalização no centro da actividade política e abriu a possibilidade real da criação já em 1987 da Região Administrativa do Porto.

Os comunistas do distrito do Porto, conscientes da importância desta grande batalha, encontram-se activamente empenhados na divulgação do projecto de lei quadro das regiões. Ao mesmo tempo tudo farão no seio dos órgãos autárquicos, no diálogo da opinião pública, para contribuir para a sensibilização da opinião pública, para contribuir para a plena realização e consolidação do regime democrático e para o desenvolvimento regional.

(das conclusões do plenário de quadros da ORP do PCP)

Comunicação Social em debate na ORL

No último sábado, 129 camaradas de todos os concelhos e sectores profissionais da ORL realizaram no CT Vitória um primeiro encontro distrital sobre comunicação social.

Durante seis horas, registaram-se 108 intervenções nas quatro secções. O debate foi vivo e prendeu os participantes durante todo o encontro. As secções que funcionaram foram:

1. Comunicação social regional (imprensa e rádios locais)
2. Informação autárquica
3. Informação sindical e de outros movimentos
4. Órgãos de comunicação social nacional, meios de interven-

ções associativas estudantis, a comemoração do Dia Nacional do Estudante, a defesa da paz e a solidariedade de fortalecer a Juventude Comunista Portuguesa.

Está marcada para as 16 horas uma conferência de imprensa para divulgação das conclusões do Encontro.



Fazer convergir as lutas e acções de protesto

O desenvolvimento da luta popular de massas, de todos aqueles que são atingidos pela política nefasta do Governo Cavaco, e, antes de mais, da luta da classe operária e dos trabalhadores, assume uma importância decisiva. Trata-se de, nos próximos meses, dar expressão ao descontentamento existente num distrito onde os problemas são muitos e graves — assinala o documento aprovado pela DORP.

Referindo as situações mais graves na área laboral, o debate apontou números e factos a reter:

«Existem no Porto 90 mil desempregados, mais de 18 mil trabalhadores com salários em atraso e mais de 100 mil contratados a prazo. Só de há um ano

a esta parte, mais de 6 mil postos de trabalho foram eliminados no distrito e os trabalhadores lançados no desemprego. Neste momento encontram-se ameaçados mais de 2 mil postos de trabalho em algumas grandes e médias empresas. O Governo boicota activamente através da Inspeção de Trabalho a aplicação da lei dos salários em atraso aprovada na AR. Multiplicam-se as formas de trabalho precário. Intensifica-se a exploração dos trabalhadores.

«A luta travada nos últimos meses pelos trabalhadores do Porto adquiriu uma expressão muito elevada (quer quanto ao número de conflitos e de trabalhadores neles envolvidos, quer quanto às formas de luta, com predomínio das greves). Agora

há que dar novo desenvolvimento à luta dos trabalhadores dando voz e forma de protesto ao profundo descontentamento existente.»

Mais adiante é salientada a necessidade de «desenvolver a luta pela contratação e por cadernos reivindicativos ao nível das empresas, por aumentos de salários reais, contra os tectos salariais do governo, do grande patronato e da UGT. A luta pelas 40 horas, que começa a registar os primeiros sucessos em empresas do sector têxtil e que há que alargar a outros sectores. A luta pelo pagamento dos salários em atraso, e em particular, contra o boicote que o Governo está a fazer à lei aprovada na AR. A luta contra os despedimentos e o desemprego, defendendo os postos de trabalho ameaçados e desenvolvendo a movimentação já iniciada de desempregados pelo direito ao trabalho e pela protecção no desemprego. A luta em defesa das nacionalizações, designadamente contra a desarticulação, reprivatização e encerramento de empresas públicas. A solidariedade com os trabalhadores da Reforma Agrária.»

A situação dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais foi tema abordado em pormenor pela DORP do PCP, que salienta noutra passagem:

«Por toda a parte, graves problemas locais e carências das populações se arrastam sem qualquer solução. O custo de

vida não pára de subir e as populações vivem diariamente sob a ameaça de novos aumentos. A luta popular desenvolve-se. São as movimentações em curso, animadas pelas mulheres do Porto que reclamam o abaixamento do leite e do pão. É o protesto popular que volta a erguer-se perante a tentativa de aumento brutal das tarifas de electricidade em Gondomar (da responsabilidade do PS e do PSD e que ameaça a curto prazo estender-se a outros concelhos do Grande Porto. É a luta da população de Felgueiras contra o aumento astronómico do preço da água, e muitas outras lutas das populações em torno de objectivos concretos muito diversificados.

Trata-se agora de continuar a acompanhar com grande atenção as situações e os problemas. De intervir para unir as populações, organizar e dinamizar a luta popular em torno de objectivos concretos muito diversificados. E de ligar a luta popular por objectivos concretos ao processo de luta mais geral contra o governo de direita e a sua política.

«É possível e indispensável nos próximos meses fazer convergir as lutas e acções de protesto dos trabalhadores e da população, de diversos sectores e camadas, engrossando e unificando o movimento de reclamação popular em torno da exigência comum de demissão do Governo Cavaco», concluiu a DORP.

Responder e intervir

O reforço do Partido foi também tema em foco na reunião de quadros do Porto. Como foi salientado, «há que trabalhar diariamente com a perspectiva de reforçar ainda mais o Partido, de alargar as suas fileiras e melhorar a sua organização, de ligação mais estreitamente às massas, de acompanhar a vida política, económica, social e cultural do distrito em toda a sua complexidade, e de responder e intervir activamente em relação aos múltiplos problemas que se colocam».

Lembrando que a ORP é hoje uma poderosa organização partidária com mais de 26 mil membros, o plenário chamou a atenção para a necessidade da realização mais frequente de iniciativas de debate sobre problemas com expressão política, económica e social da região, e da melhoria do trabalho de informação, propaganda e difusão da imprensa partidária, que permita contrabalançar a manipulação da Comunicação Social que o Governo leva a cabo e a permanente tentativa de silenciamento da posição dos comunistas. O aperfeiçoamento da ligação regular com todos os militantes, o reforço da estruturação orgânica partidária e a melhoria da quotização e da elevação do seu valor médio, bem como uma maior iniciativa dos organismos do Partido nos vários níveis, na resposta aos problemas dos sectores, foram também linhas postas em evidência no sentido do reforço da ORP e da sua actividade e influência no distrito. A dinamização regional de duas importantes iniciativas nacionais do PCP (a Conferência sobre a mulher e o Encontro de Quadros sobre a Comunicação Social) foi tarefa salientada pelos camaradas do Porto.

Em reunião da sua Direcção Nacional JCP define tarefas

Reunida no passado fim-de-semana, a Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa (JCP) «aprofundou a análise dos principais problemas da juventude e do seu movimento», como se referiu na Conferência de Imprensa realizada no final dos trabalhos, definindo, por outro lado, os objectivos imediatos dos jovens comunistas no sentido de intervir e dinamizar as amplas massas de jovens em torno de lutas concretas. Foi igualmente analisado o decorrer dos trabalhos preparatórios de próximas realizações da JCP, nomeadamente o seu encontro nacional sobre o ensino secundário, a realizar em 19 de Outubro no Cine-Plaza da Amadora, procedendo-se, finalmente, à análise do trabalho de direcção e à eleição dos organismos executivos.

A JCP começou por caracterizar a situação actual da juventude portuguesa, enumerando problemas e enquadrando-os na po-

lítica ruínosa e demagógica do Governo de Cavaco Silva: «Os milhares de estudantes que continuam sem aulas, o au-

mento do desemprego juvenil (em Braga de 17 mil aumentou para 27 mil jovens) que atinge 360 mil jovens, a vaga de despedimentos e a intensificação da exploração do trabalho infantil, as precedências e prescrições, o agravamento do apoio social escolar, o recente agravamento no acesso dos jovens ao crédito para compra de habitação, a ameaça de despedimento de 12 mil jovens que se encontram no O.T.J., a exclusão de 9 mil jovens candidatos ao ensino superior, a degradação dos serviços de saúde, o agravamento dos problemas decorrentes da integração na CEE, são exemplos claros que demonstram a falsidade das afirmações do Governo.»

E a JCP prossegue: «O governo propagandela os programas de «ocupação temporária de jovens» abrangendo um reduzidíssimo número de desempregados, mas fomenta os despedimentos, elevando para mais de 360 mil os jovens desempregados. Cria o Cartão Jovem, pago, mas aumenta os preços dos livros escolares, «esquecendo-se» dos descontos nos transportes urbanos e procura vender a ideia de que as bichas que se formam para a sua aquisição são de apoio ao Governo, quando são sobretudo a demonstração do reduzido poder de compra, situação de que o Governo é o principal responsável.»

Mas «existem as condições objectivas para um amplo desenvolvimento da iniciativa, da acção da juventude portuguesa em torno das suas reivindicações e sonhos mais desejados. A luta concreta por objectivos imediatos pode hoje unir, organizar e mobilizar as mais vastas camadas da juventude portuguesa e ultrapassar atrasos e insuficiências na resposta do movimento juvenil à gravidade dos problemas que o rodeiam», pelo que «o objectivo

principal dos jovens comunistas, no momento presente, consiste em intervir e dinamizar as amplas massas de jovens em torno da luta concreta por alguns objectivos imediatos».

Treze prioridades

E a JCP enumera esses objectivos:

— **Por melhores condições de vida**, pela semana de 40 horas, pelo salário mínimo nacional a partir dos 18 anos sem prejuízo de a trabalho igual poder corresponder salário igual.

— **Pelo trabalho, contra o desemprego**, pela criação de novos postos de trabalho, contra os contratos a prazo e o trabalho precário, pela extensão do subsídio de desemprego aos que procuram o 1.º emprego.

— **Pelo direito à habitação**, por uma política que desenvolva a construção de habitação social, contra o recente agravamento das condições de crédito para os jovens, contra o aumento das rendas de casa, pela modificação dos critérios de atribuição de subsídios aos inquilinos.

— **Pelos direitos dos estudantes do ensino secundário**, por melhores condições de estudo, contra a degradação das instalações, pela construção de novas escolas, contra os altos preços dos materiais escolares, pela melhoria do apoio social, pela garantia da prática desportiva.

— **Pelos direitos dos trabalhadores-estudantes**, pela abertura, à noite, de bares, cantinas, bibliotecas e outras instalações, pelo cumprimento do estatuto do trabalhador-estudante, por uma rede de transportes adequada e coordenada com os horários das escolas nocturnas e pela criação de uma apoio social específico.

— **Pela dignificação do ensino superior**, contra a proliferação do ensino privado, contra o regime de prescrições, pela revogação dos recentes aumentos

das cantinas e residências e pela garantia de saídas profissionais para os licenciados.

— **Pela melhoria das condições de prestação do Serviço Militar Obrigatório**, pelo aumento do pré, pela qualidade na alimentação e alojamento, por transportes gratuitos aos fins-de-semana, pela valorização profissional e cultural dos jovens.

— **Pelo direito à saúde**, contra a extinção dos serviços de urgência e outros serviços de cuidados médicos, pela abolição das taxas moderadoras, pelo alargamento da informação e da rede de consultas de planeamento familiar.

— **Por um efectivo apoio aos jovens agricultores**.

— **Pelo direito à cultura**, pela defesa do património histórico e cultural, pelo estímulo e apoio à actividade dos jovens artistas.

— **Pela defesa do ambiente**, contra a poluição e pela criação de mais espaços verdes.

— **Por uma verdadeira política de ocupação dos tempos livres**, apoiando todas as iniciativas e organizações nela envolvidas, designadamente as estruturas juvenis e pelo alargamento efectivo dos programas OTL.

— **Pela defesa da Paz, da democracia e da independência nacional**.

Encontro Nacional do Secundário

A Juventude Comunista Portuguesa realiza no Domingo, 19 de Outubro, um Encontro Nacional do Ensino Secundário, no qual participará cerca de 400 jovens e cujo objectivo principal é definir as linhas gerais da acção da JCP nas escolas no ano lectivo de 86/87.

O Encontro efectua-se no Cine

Plaza, na Amadora, e inicia-se às 10 horas. As questões fundamentais que irão ser abordadas vêm referidas no documento preparatório em discussão nos organismos do Ensino Secundário da JCP e têm a ver com a política do actual Ministério da Educação e a sua repercussão nas escolas, a necessidade de aumentar a diversidade das estru-

PCP

Trabalha-se em Almada para a vitória da APU e do Poder Local democrático

Em oito freguesias do concelho de Almada vão efectuar-se no dia 2 de Novembro eleições para os órgãos autárquicos. Trabalha-se já na preparação da campanha eleitoral. A Aliança Povo Unido vai para esta corrida com o melhor equipamento: trabalho, competência, honestidade e experiência. No passado sábado, durante a breve visita do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, os comunistas deste concelho de Abril afirmaram a sua determinação de trabalhar e mobilizar os activistas e apoiantes da APU para que os resultados eleitorais permitam continuar a servir as populações e reforçar o poder local e a democracia.

Mais alto que o Pragal só o Cristo-Rei. Daqui avista-se praticamente todo o concelho de Almada, e o que a vista não alcança fica na galeria da imaginação e do amor que a gente de cá tem à sua terra. Foi dia de festa no Pragal o sábado que passou, com música, bandeiras, cores, juventude e animação. Até parecia domingo!

Ainda não se adivinhava o cheiro dos panados com salada russa, mas já não havia almoços por vender. «Foi a sala maior que conseguimos arranjar» — di-

zia como que a desculpar-se um dos atarefados camaradas com quem conversámos nos entre-lantos da decoração. Conversa é conversa, trabalho é... outra coisa. Lá fora notava-se algo de novo. Fomos ver para contar aos leitores do «Avante!».

E vimos: não era bem um daqueles engarrafamentos de fim de férias na ponte 25 de Abril, mas o comboio de carros, carrinhas e carros maiores, todos bem carregadinhos de entusiasmo e caras sorridentes, mostrava que a caravana estava a ser

um bom começo para esta maratona do poder local em que se vão empenhar as novas freguesias, com um total de 112 mil eleitores recenseados.

No mesmo tom em que durante o almoço conversou com o cabeça de lista da APU para a Assembleia de Freguesia do Pragal, José Luis Leitão, e que é o tom em que camaradas falam de coisas sérias, o secretário-geral do PCP fez uma breve intervenção, de improviso, sobre as

próximas eleições, que considerou «importantes para o concelho de Almada, importantes para a defesa do poder local democrático, importantes, certamente, pelas consequências que vão ter na situação política nacional».

Álvaro Cunhal, a propósito do lema escolhido para a campanha do Povo Unido — trabalho, competência, honestidade, experiência —, afirmou que tais palavras «são mais que uma promessa, são uma afirmação do que se

tem feito» e uma boa razão para confirmar o voto e a força da APU.

«Estão ainda bem recentes na memória do povo do concelho, como na memória do nosso país, as coligações que foram efectuadas em 1985 entre o Partido Socialista e o PSD com o objectivo de correr a APU das autarquias» — lembrou. Não se ouviu ainda uma autocritica, uma reflexão do PS sobre estes factos. «Mais — acrescentou Álvaro Cunhal —, no Montijo, aqui próximo, por todas as notícias de que dispomos, procuram novamente refazer a coligação que tiveram em 1985» contra a Aliança Povo Unido.

A relação entre estas eleições e a situação política nacional havia já sido referida pelo camarada António Medeiros, vereador da Câmara Municipal de Almada, que opôs à ofensiva governamental contra o poder local democrático uma exigência dos

eleitos: «Que descentralizem trabalho, mas descentralizem também as verbas para o realizar», tanto mais que os projectos centrais para o concelho «foram sempre fruto da iniciativa das populações».

Esta seria também uma das questões tocadas pelo secretário-geral do PCP no comício que se efectuou à tarde na Cova da Piedade.

Apesar da chuva, que, ao contrário do que pensámos ainda na Cooperativa Pragalense, não caiu toda à hora do almoço, o pavilhão da SFUAP comportava um bom milhar de pessoas, de onde realçavam as mulheres — por serem muitas — e a juventude — pela sua participação activa.

Presidiu ao comício o camarada José Vieira, Presidente da Câmara Municipal de Almada, que apresentou os outros membros da Mesa: Carlos Ramildes, suplente da Comissão Política do CC, João Bernardino, suplen-



Intervenção
de **ÁLVARO CUNHAL**

«Não se pode desligar estas eleições daquilo que o Governo está fazendo em relação às autarquias»

Camaradas,

Durante a tarde tem caído uma chuva torrencial, mas esta grande sala está cheia facto que testemunha que o povo do concelho de Almada está decidido a alcançar novas grandes vitórias nas batalhas políticas que se aproximam.

...

O Poder Local democrático é uma das grandes conquistas de Abril. É parte integrante do poder político.

Trata-se de defender esta grande conquista. Defende-se colocando à frente dos órgãos autárquicos e Municípios prontos a defender as populações com trabalho, competência, honestidade e experiência. Defende-se lutando por uma alternativa democrática, ou seja lutando para pôr fim à desastrosa política do Governo de direita que tem, como objectivo, a destruição das conquistas democráticas da Revolução de Abril, entre as quais o Poder Local democrático.

(...)

O povo do concelho sabe bem o que tem sido a gestão da APU na Câmara e nas freguesias e não se deixará enganar por mentiras e promessas.

Ninguém deve esquecer esta realidade e esta experiência nas eleições que agora se vão realizar nas 8 freguesias do concelho de Almada.

Deixem correr as bocas. O facto de que o camarada José Vieira preside a esta nossa sessão desmente por si mesmo essas bocas.

...

Os candidatos do PCP, os candidatos da APU apresentam-se no eleitorado com a fisionomia que têm: São homens e mulheres dispostos a trabalhar e a resolver os problemas.

É significativa a composição das listas.

No total de 236 candidatos da APU que se apresentam nas 8 freguesias, 40,3% são operários, 29,7% são empregados, 13,1% são quadros técnicos e intelectuais, 5,5% são comerciantes, 1,7% são industriais, 2,9% são estudantes e 6,8% são de várias profissões. 22% são mulheres e 17,4% têm menos de 30 anos.

São homens e mulheres que na base de experiências passadas não só prometem, como dão a certeza de que saberão corresponder à confiança que neles depositarem os eleitores (...)

E nós perguntamos:

Em que estão interessados os eleitores? Em maiorias intolerantes, sectárias, incompetentes, ou numa gestão democrática, aberta, respeitadora das opiniões, atenta aos interesses legítimos e frontalmente contrária aos interesses ilegítimos?

Os eleitores têm de optar entre as listas de vários partidos.

Todos têm naturalmente o direito a concorrer. Mas, no que respeita à UDP que não tem qualquer eleito no concelho, não seria maior serviço à democracia apelar ao voto na APU?

E quanto aos outros partidos?

(...) Estas eleições realizam-se numa situação em que a arrumação das forças políticas é diferente da existente quando das eleições autárquicas de Dezembro de 1985. Mas não se podem esquecer as experiências do passado, nem as atitudes assumidas por outros partidos em relação às autarquias.

Não se pode esquecer que, já depois da ruptura da coligação PS/PSD, já depois da demissão do governo PS/PSD, já depois das

eleições de 6 de Outubro para a Assembleia da República, o PS, o PSD e o CDS se aliaram contra a APU, fizeram acordos e alianças em 48 municípios de maioria APU, que avançaram a proposta de lei eleitoral para proibir a APU de usar o seu símbolo e a sua sigla, que impugnaram a participação da APU em tribunais de comarca e no Tribunal Constitucional para impedir a APU de concorrer às eleições e expulsar assim totalmente o PCP e outros democratas da gestão autárquica.

Sofreram, é certo, uma grande derrota.

A APU ultrapassou os 20% nas Assembleias de Freguesia e os 19% nas Câmaras Municipais. Na quase totalidade dos municípios a APU derrotou as coligações PS/PSD. Foi alcançada a maioria absoluta no distrito de Setúbal. E em Almada, como em Loures, como em Vila Franca de Xira, como na Amadora, como em Évora, como na Marinha Grande, PS e direita ligados sofreram grandes derrotas.

Agora a disposição de forças é diferente. PS e PSD concorrem separados. Mas trata-se, porventura, da parte do PS, de uma real viragem na sua política autárquica? As dúvidas são legítimas.

Que se passa aqui no vizinho concelho do Montijo?

O processo não está ainda encerrado. Mas todas as informações disponíveis indicam que PS e PSD negociam activamente um entendimento para impedir a inevitável vitória da APU correspondente aos sentimentos predominantes nesse concelho.

Esta situação indica qual deve ser o bom sentido da opção dos eleitores nas próximas eleições em 8 freguesias do concelho de Almada. E estamos certos que o povo dessas freguesias confirmará a confiança no PCP e na APU. (...)

(...) Não se pode desligar estas eleições daquilo que o governo está fazendo e se prepara para fazer em relação às autarquias.

Três aspectos:

O primeiro. O que se passa quanto às finanças locais? No próximo dia 16 começará o debate na Assembleia da República. O Governo propõe uma verba insuficiente a ser atribuída às autarquias pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro, defendendo a atribuição de 85 milhões de contos na base de um estudo sério, o PCP é o portador da justa reivindicação das autarquias de todo o País.

O segundo. O que se passa quanto aos fundos da CEE (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, FEDER)?

Prometeram às autarquias para 1986, 7 milhões de contos. Mas até meados de Setembro tinha chegado apenas o total de 640 mil contos. Foram apresentados 779 projectos mas até Maio de 1986 apenas 292 estavam para ser financiados e ainda como contrapartidas as autarquias deixam, em benefício da CEE, de poder definir prioridades. Multiplicam-se as ingerências da CEE, do Governo e das CCRs na actividade das autarquias e prolifera o compadrio.

O terceiro. Quais são as intenções do Governo em relação ao Poder Local democrático?

Desta vez não fez entrar na Assembleia da República nenhuma proposta de lei. Mas conhecem-se do passado as ideias das forças reacçãoárias, designadamente do PSD, quanto ao Poder Local democrático.

Só o não destruíram ainda porque não têm força bastante. Por isso, não podemos dar ao Governo PSD de Cavaco Silva o benefício da dúvida. (...)

(...) Não é só contra o Poder Local democrático que actua o Governo actual. É contra todas as conquistas democráticas do povo

português. É contra o regime democrático. É contra a independência nacional.

A sua demissão é urgente. Pela degradação da situação social; pelos golpes contra as nacionalizações; pelos golpes contra a Reforma Agrária; pela sua rebeldia institucional, não respeitando os outros órgãos de soberania; pela governamentalização, partidarização e manipulação da Comunicação Social; pelos gravíssimos golpes que continuam a ser dados na soberania e na independência nacionais; e ainda pela demagogia que envenena a opinião pública.

Daí a urgência da demissão do Governo.

E áqueles que perguntam se há ou não possibilidade de provocar essa demissão, se há ou não possibilidade de uma alternativa democrática, nós respondemos que essa possibilidade existe, e o Governo não está em condições de impedir a sua concretização se para isso os partidos democráticos se puserem de acordo.

Quais os traços fundamentais da arrumação e correlação de forças do momento actual?

O primeiro é a fragilidade do Governo com uma base social que se reduz cada dia e dispendo apenas de 88 deputados no total de 250.

O segundo é a real força da democracia que tem significado e expressão na existência da larga maioria de 140 deputados dos partidos democráticos.

O terceiro é a impossibilidade de um partido sozinho assegurar uma alternativa, do que resulta o carácter imperativo da convergência democrática.

O quarto é o desenvolvimento da luta popular, nomeadamente dos trabalhadores tendo à sua frente a grande central sindical, CGTP.

O quinto é a força, capacidade de realização e influência do PCP que, ao contrário do que querem fazer crer as forças reacçãoárias e os seus propagandistas, não está mais fraco, nem a enfraquecer, antes está lançado na ofensiva em todas as frentes do seu trabalho.

Estes traços fundamentais da arrumação e correlação de forças indicam a possibilidade real de uma alternativa democrática.

Porque não se concretiza então?

Não, não é pela sua força própria que o Governo não é demitido e substituído por um governo democrático mas fundamentalmente pela recusa de alguns partidos democráticos à convergência necessária.

As ideias hegemónicas do PS, a definição como seu objectivo estratégico do enfraquecimento radical dos outros partidos democráticos e não dos partidos da direita, a ambição de um sistema de «alternância», cujo primeiro inspirador foi o embaixador dos Estados Unidos (e em que PS e PSD se revezariam no Poder, sem grandes diferenças no essencial da sua política), não servem certamente os interesses do povo português e de Portugal gravemente atingidos pela política do governo. Não são conducentes a uma alternativa democrática, mas à continuação da política de direita e das suas desastrosas consequências.

E que significado se pode dar a essa chamada «Convenção da Esquerda Democrática» que mais não é do que uma reunião do Partido Socialista com alguns pára-quedistas vindos da direita?

Trata-se do uso abusivo da expressão «Esquerda Democrática», uma vez que não participam nessa iniciativa quaisquer outros partidos democráticos. Trata-se de uma tentativa (demasiado primária para surtir efeito) para convencer o eleitorado de que o PS é no fim de

PCP

te do Comité Central e responsável da organização de Almada do PCP, membros da Concelhia e das Comissões de Freguesia, Carla Rocha, da JCP, cabeças de lista para as eleições de 2 de Novembro nas oito novas freguesias e ainda o Presidente da SFUAP, Fernando Proença.

Incluimos nesta edição do «Avante!» algumas passagens do discurso do camarada Álvaro Cunhal. Das intervenções dos camaradas António Belo, membro da Concelhia, Presidente da

Junta da Cova da Piedade e cabeça de lista da APU para a Assembleia desta Freguesia, Carla Rocha e José Vieira achámos por bem fixar uma ideia bem presente nos que conosco falaram ao longo deste sábado:

— Vamos arregaçar as mangas! Há que ganhar mais gente para a campanha e o voto na APU!

— Almada vai continuar a ser um concelho de Abril, onde dá gosto viver.

— Vamos nesta!



contas a única força democrática, a única força da esquerda.

Estas orientações no PS constituem elemento favorável à continuação da desastrosa política do Governo e ao adiamento de uma alternativa.

Também no PRD há muitas indefinições e atitudes equívocas em relação ao Governo actual e ao seu Primeiro-Ministro.

Que indica esta situação?

Indica que para abrir caminho à convergência democrática e a uma alternativa a força e o reforço do PCP são condição indispensável, além do mais porque o PCP é o único partido democrático do qual se sabe com rigor aquilo que quer. (...)

O reforço da APU nas eleições autárquicas constitui um factor altamente favorável à concretização de tal perspectiva.

O PCP esteve sem dúvida na vanguarda da institucionalização do Poder Local democrático e está na vanguarda da sua realização prática.

Ninguém pode contestar o papel importante do PCP na elaboração do capítulo da Constituição e das primeiras leis sobre o Poder Local.

Ninguém pode contestar a luta do PCP em defesa do Poder Local contra as arremetidas da reacção.

Ninguém pode contestar a oportunidade e o valor dos 5 projectos de lei apresentados pelo PCP sobre o Poder Local para a actual sessão da Assembleia da República: sobre as finanças locais, sobre as competências dos órgãos autárquicos, sobre a tutela administrativa, sobre o regime de permanência dos membros das Juntas de Freguesia e ainda o projecto de lei-quadro das Regiões Administrativas, agora em discussão nas Assembleias Municipais.

Da mesma forma o PCP encontra-se na vanguarda da realização prática do Poder Local democrático, na gestão, na ligação com as populações, na mobilização popular, na solução dos problemas.

O PCP é força essencial do Poder Local democrático. O PCP é força essencial para uma alternativa democrática.

Podemos afirmar:

O único voto útil para a gestão das autarquias é o voto na APU, o voto no PCP e nos seus aliados do MDP, dos Verdes e Independentes.

O único voto útil pela influência na situação política nacional é o voto na APU, no PCP e seus aliados.

Temos que perguntar aos eleitores:

Que quereis?

Que nas AF e JF estejam homens e mulheres dispostos a trabalhar com competência, honestidade e experiência para resolver os vossos problemas, ou pessoas que usarão os órgãos autárquicos para servirem clientelas e interesses privados?

Que quereis?

Que das eleições resulte o reforço daqueles que apoiam o Governo e a sua política antipopular? o reforço daqueles que, deixando continuar a situação, se co-responsabilizam com a política da direita?

— ou daqueles que lutam pela solução dos problemas nacionais?

— Que falem às eleições, se quiserem, os que estão inclinados a votar noutras listas, mas que não falte com o seu voto em só eleitor do PCP, um só eleitor da Aliança Povo Unido.

Poder Local

Loures Os calotes do Governo

Segundo o Departamento de Informação da CM de Loures, em moção aprovada, a Assembleia Municipal de Loures exige que o Poder Central proceda a um acerto de contas com o município.

As dívidas ascendem a um valor superior a um milhão e quatrocentos mil contos e prendem-se com a cedência de terrenos camarários para a construção de escolas, da responsabilidade da administração central, transportes escolares (diferencial entre verbas transferidas e custos efectivos), retenção de importâncias relativas à contribuição predial e que são receitas próprias da autarquia, bem como encargos suportados com a limpeza e regularização dos cursos de água — obras da responsabilidade da Direcção Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos, que a edilidade teve que executar.

A Assembleia Municipal recorda que em Abril deste ano havia aprovado uma outra moção exigindo o pagamento destas dívidas. No entanto, e passados seis meses «não só não foi atendida a reclamação, como não fo-

ram dadas explicações sobre o comportamento dos organismos de Estado — por lei obrigados à entrega atempada das importâncias em causa».

Durante o corrente ano o valor das dívidas do Estado ainda foi

agravado com a inexplicável retenção abusiva pelas Repartições de Finanças do Concelho das importâncias referentes à derrama lançada por este município, cobrada durante 1985. A título de exemplo refira-se que dos 100 mil contos de derrama, o município recebeu até à data apenas 38 mil contos.

Os eleitos da Assembleia Municipal não escondem ainda o seu espanto perante a disparidade dos dados transmitidos ao Município por diferentes organismos de Estado. É o caso, por exemplo, da Direcção Geral das Contribuições e Impostos e do Instituto de Informática do Ministério das Finanças que dão informações sobre a contribuição predial liquidada no concelho, indicando valores que diferem entre si em cerca de 200 mil

contos. Isto apesar de serem organismos dependentes do mesmo Ministério.

«Face às gravíssimas consequências que estas situações têm criado na actividade do município», a Assembleia Municipal exige que o Governo:

- Entregue urgentemente ao Município as elevadas importâncias já cobradas e/ou retidas nos cofres do Estado.

- Esclareça todas as situações menos claras.

- Preste atempadamente informações credíveis, tão necessárias a um correcto relacionamento entre este Município e a Administração Central.

Sobre esta matéria o presidente da Câmara enviou ao ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, no dia 1 do corrente, um extenso documento.

«Santa aliança» contra APU

Segundo informa a APU, passados sete meses sobre a tomada de posse do novo executivo da Câmara Municipal de Vila do Bispo, PS e PSD tentam paralisar toda a actividade da Câmara. É um processo que vem de longe e, naturalmente, nada tem a ver com os interesses quer do município, quer dos munícipes: move-o apenas a obsessão da chicana política dos representantes destes dois partidos contra a APU, indiferentes que sempre foram ao trabalho realizado pela Aliança Povo Unido e que a população bem conhece. E aprecia, como se provou na reeleição da Aliança Povo Unido à frente da gestão deste município algarvio.

«A APU, através do trabalho dos seus eleitos e como força mais votada nas últimas eleições, realiza com honestidade, competência e isenção um trabalho em benefício de toda a população do nosso concelho», refere o comunicado da Aliança Povo Unido emitido a propósito da situação, e que prossegue:

«A decisão tomada pelos vereadores do PS, srs. Vítor Lourenço e Carlos Diogo, e do PSD, sr. Correia Arez, de retirarem todos os poderes delegados ao presidente é de grande gravidade pois levaria à paralisação de todos os serviços da Câmara Municipal. Estes srs. vereadores não gostam do trabalho competente, honesto e isento da Aliança Povo Unido. A atitude irresponsável agora tomada não é um acto isolado, vem no seguimento de toda uma actuação que nada tem a ver com a defesa dos interesses da população.»

E a APU de Vila do Bispo esclarece a opinião pública através de alguns exemplos concretos dessa actuação do PS e do PSD, que nada tem a ver com os interesses da população:

«Propuseram a reabertura da água no parque de campismo do sr. Sousa Cintra, que tinha sido cortada por ordem do presidente da Câmara porque este sr. não pagou trabalhos de abastecimento de água, feitos pela Câmara, que ultrapassam os 3000 contos. Os mesmos vereadores do PS e do PSD contrataram para condutor de uma buldozer, que custou à câmara 13435 contos, o terceiro classificado no concurso... O presidente da Câmara, no âmbito das suas competências e com sentido de responsabilidade, fez a única coisa que deveria fazer:

Chicana política em Vila do Bispo

caminhos rurais em Barão de S. Miguel e Figueira; reparação das escolas primárias; conclusão das obras do campo de futebol na Vila do Bispo e no polidesportivo de Sagres; abertura e reparação de vias em Sagres (estrada nacional); estação elevatória de esgotos no Burgau, etc. Vão iniciar-se as obras da estação elevatória dos esgotos em Salema (está a concurso); polidesportivos de Salema (obra já adjudicada); acesso à praia do Beliche — Sagres — (obra posta a concurso); além de outras que, por administração directa, estão em fase de arranque.»

Dirigindo-se directamente aos vereadores que estão a protagonizar o boicote, o comunicado continua:

«A APU lembra aos srs. do Partido Socialista que parecem já ter esquecido a situação ruino-

sa e degradada em que se encontrava o Concelho, em resultado da gestão PS. Os srs. vereadores do PS, PSD limitam-se a criticar o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal, mas nada fizeram nos pelouros que lhes estavam atribuídos. A Aliança Povo Unido — APU — informa também a população que numa Câmara de poucos recursos, como é a de Vila do Bispo, está eleito um vereador que já recebeu de ajudas de custo e transportes, desde Janeiro, mais de 531 contos. Este vereador, o sr. José Correia Arez, do PSD, custa à Câmara, por reunião, 25 contos. Se esta situação se mantiver até ao final do mandato, este vereador custará à câmara cerca de 5000 contos! Esta nossa afirmação pode ser, naturalmente, comprovada pelas múltiplas ordens de pagamento existentes».

APU no Porto Tudo por alguma coisa

A presença de elementos da APU nos órgãos autárquicos significa sempre defesa dos interesses das populações e melhoria das suas condições de vida. Mesmo se em minoria, os eleitos da APU não deixam de tudo fazer para alguma coisa melhorar. Vem isto a propósito de uma série de pequenas iniciativas que os eleitos da APU na cidade do Porto, na Câmara e nas Juntas de Freguesia, têm vindo a tomar.

Cumprido que foi com êxito o plano de trabalho do pelouro da limpeza e serviços gerais, está agora em discussão o projecto de plano que deverá marcar uma nova fase do trabalho da APU neste sector.

No que respeita ao pelouro dos equipamentos dos bairros camarários, tem já o seu plano de trabalho. Tal como no ano passado, haverá também este ano o «Dia dos Bairros Camarários», desta vez em duas fases. A primeira, com iniciativas desportivas, decorreu já em Setembro com a participação de 400 atletas de mais de 20 organizações populares dos bairros. A segunda fase será realizada em Dezembro, culminando com uma

grande festa de Natal.

Entretanto, nas Freguesias, os eleitos da APU desenvolvem também o seu trabalho. Na Freguesia da Vitória entrou em funcionamento uma creche, obra realizada pela APU, e dentro de dias passará a funcionar uma ludoteca. Na Freguesia da Sé,

igualmente por iniciativa da APU, foram realojadas cinco famílias que habitavam em casas em ruínas. Iniciativas de âmbito desportivo e cultural estão igualmente a desenvolver-se. Também em Miragaia, Junta de maioria APU, foram concluídas obras de melhoramento do edifício sede, realojaram-se duas famílias, uma que tinha sido despejada e outra que vivia em péssimas condições. Entretanto uma velha asfiração vai ser concretizada: está pronto o projecto de obras na cave do «prédio das virtudes» com instalação para ludoteca, 3.ª idade, projecção de filmes, etc.

APU: grande vitória

Realizou-se no último domingo eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Britelo, concelho de Ponte da Barca. Apesar da vitória do PSD, a APU, que nas eleições autárquicas de 1985 apenas tinha obtido 48 votos e nenhum mandato, teve agora 173 votos e 3 mandatos, ficando apenas a 55 votos do PSD.

Nacional

Regionalização em debate no Algarve

Inseridas num plano de actividades elaborado com vista a divulgar e a debater por todo o Algarve o projecto de lei do PCP sobre a instituição das regiões administrativas, realizaram-se no último fim-de-semana em Portimão e em Loulé duas sessões públicas que contaram com a participação dos deputados comunistas Carlos Brito e Margarida Tengarrinha.

Numa região onde o problema da regionalização assume uma grande importância — recorde-se que constitui uma antiga reivindicação da população algarvia —, estas sessões suscitaram um vivo interesse entre as populações nomeadamente entre os numerosos participantes que intervieram no debate sobre as várias questões colocadas pelo projecto do PCP.

Com o intuito de divulgar e discutir o projecto de lei — documento que como se sabe está igualmente em debate nas assembleias municipais — efectuou-se ainda no passado domingo, nas instalações do Hotel Faro, um encontro com a imprensa regional, no qual participaram para além dos referidos deputados o camarada Carlos Luís Figueira, membro do Comité Central.

No decorrer do encontro com os jornalistas o camarada Carlos Brito expôs desenvolvimentos as características e o interesse do projecto de lei do PCP, considerando-o «um acontecimento da maior importância na vida política nacional, com grande significado para todo o País e de particular interesse para o Algarve».

Projecto oportuno

Começando por responder à questão sobre se terá havido ou não precipitação ou excessiva pressa do PCP na elaboração deste projecto, o deputado comunista referiu que no entender do Partido «a resposta é não», por três razões que apontou:

«1.º — O processo de criação das regiões administrativas tem um atraso de dez anos em relação à aprovação do comando que lhe deu consagração constitucional; 2.º — O PCP apresentou o seu projecto em 23 de Abril e só em finais de Julho, isto é, três meses depois, delibrou-se o projecto na Assembleia da República para que o mesmo fosse remetido para audição às Assembleias Municipais; 3.º — Vários partidos com representação parlamentar assumiram o compromisso nas últimas eleições legislativas de apresentarem projectos de lei de regionalização.

Assim, pode-se concluir, que não foi o PCP que andou de pressa de mais foram os outros partidos que andaram depressa de menos e alguns até parece que não querem andar.

O Projecto de Lei apresentado pelo PCP é um projecto para andar e para fazer andar».

Divisão regional

Lembrando depois os grandes traços que caracterizam esta iniciativa do PCP, aspectos que outros partidos têm insistentemente procurado deformar, o camarada Carlos Brito chamou a atenção para quatro questões que importa esclarecer, a saber: primeira, a **divisão regional**; segunda, a **eleição e a composição dos órgãos**; terceira, as **atribuições das regiões e competências dos seus órgãos**; quarta, as **finanças regionais**.

«Em relação à **divisão regional** é particularmente importante salientar em síntese — disse o deputado comunista eleito pelo círculo de Faro — que o Projecto de Lei Quadro apresentado pelo PCP prevê três fases para a concretização:

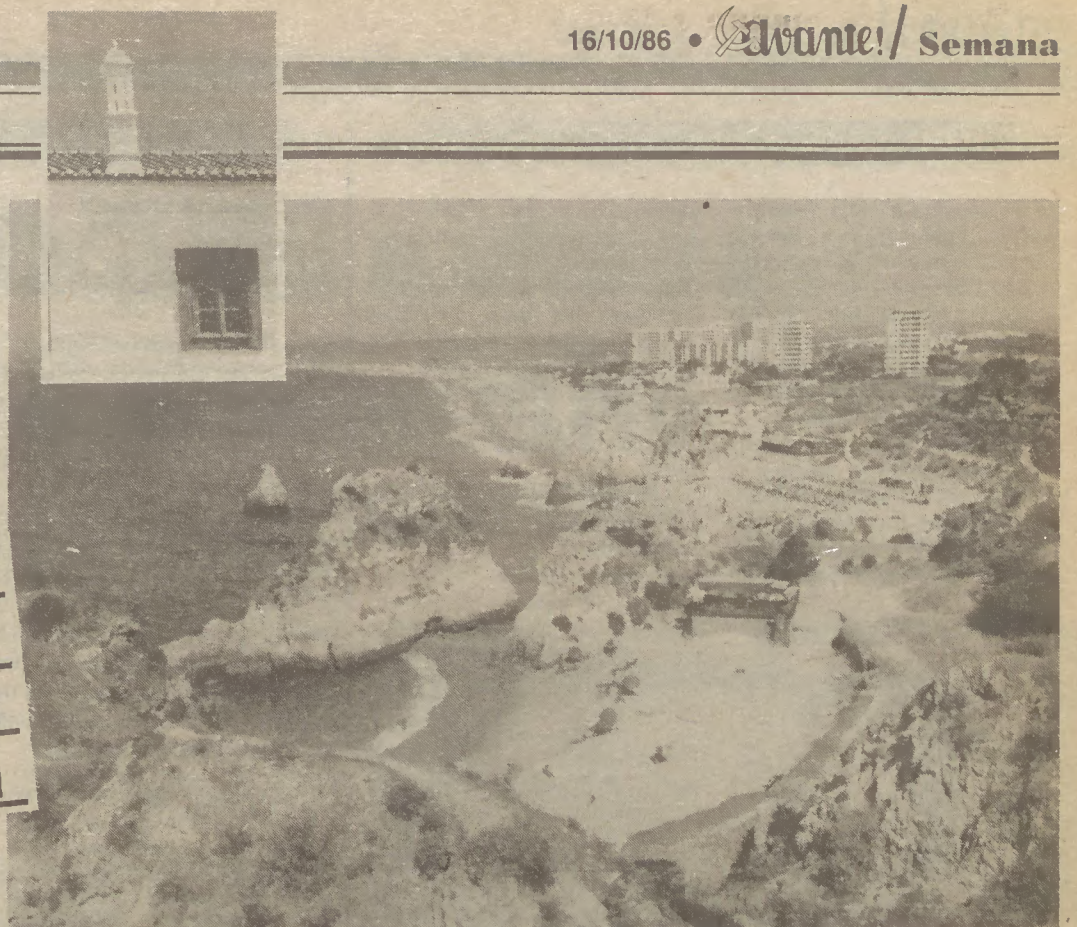
1.º — A Assembleia da República depois de ouvidas as Assembleias Municipais aprova uma divisão primária ou provisória criando 18 regiões administrativas com os limites dos actuais distritos; 2.º — As Assembleias de cada área regional são chamadas a pronunciar-se sobre a instituição concreta da região. São garantidas às Assembleias

• Sessões com Carlos Brito e Margarida Tengarrinha

Municipais a possibilidade de optarem: ou pela confirmação da região primariamente criada; ou pela fusão ou aglomeração com outras regiões; ou ainda pela deslocação de Municípios de uma região para outra. 3.º — A Assembleia da República tendo em conta nos termos constitucionais as deliberações das Assembleias Municipais aprovará a instituição em concreto de cada região, a sua delimitação, denominação, sede ou sedes da região e serviços regionais.

«Como se vê isto não tem nada a ver com a manutenção dos distritos — esclareceu o dirigente comunista — e é falso também que o PCP proponha pura e simplesmente, como dizem alguns, que os distritos se transformem em regiões.

O Projecto do PCP contém os dispositivos que apontam para que a área das futuras regiões corresponda à aglomeração ou à fusão das áreas de dois ou mais dos actuais distritos. Mas o que é mais importante salientar é que o processo que o Projecto do PCP comporta para a instituição das regiões administrativas é um processo de baixo para cima, privilegiando fortemente a



Numa região onde o problema da regionalização tem assumido grande importância, os debates promovidos pelo PCP sobre o seu projecto de lei relativo à instituição das regiões administrativas têm suscitado vivo interesse entre as populações

participação das populações através das Assembleias Municipais».

Órgãos regionais

Quanto à **eleição e à composição dos órgãos**, o orador observou que esta questão é resolvida no projecto do PCP «com a clara consciência de que o carácter electivo dos órgãos regionais é um dos traços determinantes da nova autarquia, o traço que mais a distingue de qualquer outra entidade administrativa anteriormente existente como distrito ou província. Por força da Constituição e por necessidade de representatividade popular o nosso projecto garante rigorosamente o princípio da representação proporcional e assegura a participação nos órgãos regionais de todos os partidos com significativa influência na região».

No que diz respeito às atri-

buções das regiões e às competências dos seus órgãos o projecto do PCP norteia-se pela preocupação, segundo as palavras de Carlos Brito, «de que essas atribuições e competências sejam poderes tirados à Administração Central e em caso nenhum tirados aos Municípios. Assegura também que as regiões administrativas possam responder cabalmente ao importantíssimo papel que lhes está reservado no desenvolvimento regional, na reforma administrativa e na coordenação e apoio aos municípios».

Respeitar a Constituição

Entrando por último no esclarecimento da quarta questão, as **finanças regionais**, o deputado Carlos Brito garantiu que o Projecto do PCP assegura que da parte da Administração Central sejam transferidos meios que permitam às regiões administrati-

vas dar concretização às suas atribuições e competências com plena salvaguarda do princípio constitucional de autonomia financeira. Estabelecendo que as finanças das regiões assentam tanto nos impostos cobrados na região, como nas transferências do Orçamento do Estado, o projecto do PCP comporta dispositivos visando atenuar as desigualdades de desenvolvimento entre regiões.»

E concluiu:

«Tais são os grandes traços mais característicos do Projecto de Lei Quadro apresentado pelo PCP que, como se vê, traduz, concretiza e desenvolve o figurino que a Constituição consagra para a nova autarquia local — as regiões administrativas.

Salienta-se aliás que os opositores do Projecto do PCP não o acusam de não respeitar a Constituição e, certamente ninguém dúvida, que é a circunstância de ele acatar rigorosamente as soluções constitucionais que motiva muitas das oposições que lhe são dirigidas».

Terra

Em defesa da Reforma Agrária

Agrícolas do Sul preparam acções de luta

Na sequência de uma análise detalhada à situação actual nos campos do Alentejo e Ribatejo decorrente da nova ofensiva contra as UCP's/Cooperativas — momento caracterizado por um acentuado «agravamento da política de desestabilização económica e social» — os trabalhadores agrícolas alentejanos e ribatejanos preparam acções de luta em defesa da Reforma Agrária. A decisão, tornada pública no último fim-de-semana, foi tomada após uma reunião conjunta em Évora na qual participaram o Secretariado e Uniões das UCP's/Cooperativas Agrícolas e os Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal.

No decorrer dos trabalhos os

participantes consideraram ter-se agravado consideravelmente a ofensiva contra as suas unidades de produção, designadamente após a visita do Primeiro-Ministro à região, ataques esses que se inserem no quadro de uma política agrícola que não tem em conta a realidade e os interesses nacionais e se submete docilmente aos ditames da Comunidade Económica Europeia.

Somam-se as ilegalidades

Para os trabalhadores, o agravamento desta política desestabilizadora nos campos do Sul,

com «intensificação da usurpação de terras e bens à Reforma Agrária e consequente reconstituição do latifúndio», constitui, deste modo o resultado de uma política arbitrária e violenta que persiste na prática de ilegalidades idênticas ou iguais às que estão a ser alvo de inquérito parlamentar, comportamento revelador do desrespeito do Governo por este órgão de soberania.

Esta atitude não é, aliás, inédita como sublinham os participantes na reunião ao lembrarem os casos de desrespeito e confrontação que o Governo tem mantido com órgãos de poder judicial, ao mesmo tempo que vai aprofundando o boicote e o cerco financeiro e técnico às UCP's/Co-

operativas Agrícolas, agrava o desemprego nos campos, permite as terras e águas abandonadas ou subaproveitadas, tudo isto enquanto se vai acentuando o processo de ruína de muitos pequenos agricultores e as acrescidas dificuldades para as unidades de produção da Reforma Agrária em resultado das condições de adesão à CEE.

Acções de luta

Foi, pois, em face deste panorama que os Secretariados, Uniões e Sindicatos reunidos em Évora entenderam encetar um conjunto de iniciativas e acções de luta com vista a informar o povo português, os trabalhado-

res e os órgãos de soberania «garantes da Constituição e da legalidade democrática», por forma a ser «posto fim definitivo ao prosseguimento da ofensiva contra a Reforma Agrária», a esta política agrícola «que não serve os interesses do País, da agricultura e de quem trabalha a terra».

Entre as medidas aprovadas contam-se a elaboração de um «apelo ao povo português; uma carta dirigida ao movimento sindical nacional e internacional; a realização de uma jornada em defesa da Reforma Agrária; e, por último, solicitar entrevistas aos órgãos de soberania, grupos parlamentares, direcções dos partidos na oposição e à Comissão Executiva da CGTP-IN.

Internacional

chile

Pinochet isolado

O crescente isolamento de Pinochet, tanto interna como externamente, constitui neste décimo terceiro ano de vigência da ditadura no Chile um dos sintomas mais evidentes da inevitável agonia do fascismo chileno.

Quando, após o escândalo internacional provocado pelo crime abominável dos esbirros de Pinochet que queimaram vivo o jovem Rodrigo Rojas, os Estados Unidos se viram forçados a manifestar as suas apreensões pelos excessos do regime que em 1973 a CIA instalou em Santiago, registou-se naquela capital um acontecimento insólito mas esclarecedor. Pinochet recusou-se a receber o enviado de Washington, o sub-secretário de Estado adjunto para as questões interamericanas, Robert Gelbard, declarando não ter conselhos a receber de ninguém.

E no entanto a missão de Gelbard era bem modesta face à gravidade da situação: cabia-lhe pedir às autoridades chilenas a garantia de que «uma transição

democrática» terá lugar em 1989, altura em que segundo a constituição imposta em 1980 terminará o «mandato» de Pinochet.

Compreende-se o gesto. O ditador não só não está disposto a garantir o que não deseja — abandonar o poder — como não compreende que os EUA estejam dispostos a livrar-se dele depois de tantos e tão bons serviços prestados. Como uma sombra negra pairam no seu horizonte os exemplos do Haiti e das Filipinas...

O recurso à repressão, que tão eficiente se revelou no passado, continua a parecer a Pinochet a panaceia para todas as veleidades contra o seu regime, não obstante a sua base de apoio se ter reduzido a dois pequenos partidos de extrema direita e às forças armadas (em cujo seio se fala cada vez com

mais insistência de profundas divisões).

Mais lúcidos são os que compreendem que desde o apelo à desobediência civil lançado em Junho último pela Assembleia Cívica — e cumprido pelas massas populares das mais diversas formas — cada dia que passa sob a ditadura as posições se radicalizam. O que não interessa aos EUA por razões que nada têm de humanitárias; o que não interessa ao povo chileno que diariamente paga com a vida dos seus melhores o direito à liberdade.

Algo que Pinochet não pode entender. Como todos os tiranos «faz planos para dez mil anos».

Parlamento Europeu condena ditadura no Chile

Por iniciativa dos deputados do PCP foi apresentada pelo grupo comunista do Parlamento Europeu, e aprovada por aquele organismo, uma resolução sobre o Chile que transcrevemos na íntegra:

- Considerando que em 11 de Setembro último 13 anos passaram sobre o golpe de estado fascista que brutalmente pôs termo ao regime democrático constitucional do Chile, presidido por Salvador Allende;

- Considerando que durante este longo período o regime fascista de Pinochet fez abater sobre o povo chileno uma repressão cruel expressa na supressão das liberdades democráticas mais elementares, o assassinato

e o «desaparecimento» de muitos milhares de pessoas e no agravamento brutal das condições de vida da população;

- Considerando que nas difíceis condições criadas pela ditadura fascista, as massas populares, os democratas e os antifascistas têm resistido heroicamente, intensificando a sua luta diariamente e exprimindo assim a firme determinação do povo chileno de pôr fim à ditadura e de reconquistar as liberdades democráticas;

- Considerando ainda que sentindo-se isolado e seriamente ameaçado pela luta popular, o regime de Pinochet instaurou o estado de sítio desencadeando

uma nova vaga de repressão com prisões em massa, a ocupação militar de numerosas localidades e bairros populares, o assassinato de democratas, etc.

O Parlamento Europeu exprime uma vez mais a sua firme condenação do regime fascista instaurado no Chile.

Condena a recente instauração do estado de sítio e o criminoso agravamento da repressão daí resultante, exigindo o fim imediato de tais medidas e a libertação imediata de todos os presos políticos.

Manifesta a sua solidariedade para com o povo chileno e as forças democráticas na sua luta pra a reconquista da liberdade.

Apela a todos os Estados democráticos e, em particular, aos membros da CEE que adoptem medidas efectivas visando o isolamento político, diplomático, económico e militar da ditadura fascista do Chile.

Exige o restabelecimento imediato da democracia no Chile de acordo com a livre escolha do povo chileno.

Encarrega o seu presidente de transmitir esta resolução à Comissão, ao Conselho, aos Ministros dos Negócios Estrangeiros no quadro da cooperação política, à ONU e a todas as forças democráticas chilenas.

África Austral

A cimeira dos países da Linha da Frente que no passado domingo teve lugar em Maputo alertou a comunidade internacional para a gravidade da situação que se vive na África Austral e que ameaça deteriorar-se ainda mais se vierem a concretizar-se as notícias que dão como certa a próxima visita de Jonas Savimbi a França e ao Parlamento Europeu, bem como o envolvimento de outros países da região na política de agressão desenvolvida pela África do Sul.

No centro das atenções dos chefes de Estado de Angola, Moçambique, Botswana, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe estiveram as preocupações comuns quanto ao cerco que está a ser feito a Moçambique pelo regime de Pretória, ao que tudo indica com a colaboração do Malawi, cujo território tem servido de base aos bandidos da Renamo para os seus ataques.

De acordo com o presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, que presidiu à cimeira, Moçambique, sob a liderança da Frêlmo, tem tido muita paciência com o Malawi. Tem sido tão paciente — sublinhou — que pediu a colaboração dos seus parceiros da Linha da Frente para um encontro com o presidente Banda, de forma a procu-

rar evitar um conflito que parece iminente.

Esta questão aliada com as ameaças de Pretória de expulsar os trabalhadores moçambicanos da África do Sul e com as implicações políticas da eventual recepção de Savimbi no Parlamento Europeu e em França, coloca com toda a crueza a necessidade de conjugar esforços a nível regional para prosseguir o combate ao *apartheid* e de prosseguir, a nível internacional, a campanha para o isolamento de Pretória.

Não basta a aprovação de sanções pela CEE ou pelos EUA, se as mesmas não são levadas à prática ou se têm como «compensação» um reforço da estratégia de Washington pelo reconhecimento dos fantoches

da Unita e da Renamo que servem de instrumento ao *apartheid* e ao imperialismo norte-americano.

A consciência desta realidade levou de resto os dirigentes dos Países da Linha da Frente a tentar uma aproximação com o Zaire, que tem igualmente prestado auxílio à Unita. O presidente Mobutu chegou a aceitar participar na reunião de Maputo, mas à última hora fez-se substituir pelo primeiro-ministro zairense, Kengo Wa Dondo. As conversações com Wa Dondo foram no entanto consideradas «muito úteis», tendo Kenneth Kaunda anunciado que se realizará um encontro com Mobutu na Zâmbia no próximo domingo.

Como pano de fundo desta cimeira esteve ainda a necessidade de procurar regionalmente alternativas à África do Sul no que respeita ao sistema de transporte e comércio externo. A dependência da África do Sul, herdada do colonialismo, e o fraco empenhamento dos países capitalistas em consertarem a sua acção para a efectiva resolução do problema central da África Austral — o *apartheid* — no respeito pela vontade soberana dos res-

pectivos povos, fazem com que a generalidade das medidas tomadas até à data pelo ocidente sejam pouco mais-do-que demagógicas.

Exemplo acabado disso é a recusa, denunciada há dias por Luanda, do presidente Reagan se encontrar com os seus homólogos da Linha da Frente.

Como foi divulgado a propósito pelo departamento de informação e propaganda do MPLA/PT o governo dos EUA perde assim uma oportunidade que lhe foi oferecida de discutir nas melhores condições com os verdadeiros interlocutores da África livre a solução de um problema que afflige não só os africanos mas toda a humanidade.

Refira-se que o encontro foi rejeitado pela Casa Branca invocando «falta de tempo» e «outros motivos» não especificados. Não é difícil adivinhar entre estes o apoio à Unita e a Jonas Savimbi que os fiéis aliados da CEE parecem dispostos a apadrinhar oficialmente, bem como o interesse em manter na África do Sul o «último bastião» da dita «civilização cristã e ocidental».

União Interparlamentar apela ao desarmamento

Terminou no sábado a 76.ª Conferência da União Interparlamentar Mundial (IPU) que durante uma semana reuniu em Buenos Aires setecentos representantes de uma centena de países. No documento aprovado no final dos trabalhos, defende-se o desarmamento à escala mundial e condena-se o *apartheid* na África do Sul bem como todas as formas de colonialismo.

Se aqueles dois pontos não mereceram controvérsia, o mesmo não sucedeu com a resolução sobre as Malvinas, que viria a ser aprovada com as abstenções dos representantes dos países da CEE e o voto contra da Grã-Bretanha. A resolução reafirma «com força» os direitos da Argentina sobre as Malvinas, apela ao reinício das negociações entre as autoridades britânicas e argentinas sobre esta questão e exige a desmilitarização daquele arquipélago.

Recorda-se que após a guerra da Grã-Bretanha tem vindo a ser acusada de estar a transformar o arquipélago numa base nuclear.

A IPU, que foi fundada em 1889 com o objectivo de promover a paz, a justiça e o respeito pelos direitos humanos em todo o mundo, decidiu escolher — por voto secreto — a Nicarágua para sede da próxima conferência.

Como curiosidade, assinala-se o facto dos EUA não se terem feito representar, o que foi justificado (?) com as próximas eleições para o Congresso e com a realização de uma sessão prolongada deste órgão.

Nos trabalhos participou uma delegação da União Soviética.

Síria rejeita acusações

A Síria rejeitou a semana passada quaisquer responsabilidades nos atentados terroristas que se têm registado na Europa, afirmando que as acusações que lhe têm sido imputadas fazem parte de uma farsa planeada, organizada e promovida pelos serviços secretos israelitas e de outros países.

Segundo um porta-voz oficial de Damasco, essa farsa não poderá modificar o facto de as acusações que tentam imputar à Síria não terem o menor fundamento.

ANC intensifica luta

O Congresso Nacional Africano (ANC), em declaração divulgada em Argel por ocasião do Dia Internacional de Solidariedade com os Presos Políticos da África do Sul, assinalado no passado sábado, reafirmou a sua determinação em intensificar a luta em todas as direcções contra o regime racista de Botha.

A declaração, que exige a libertação imediata e incondicional de Nelson Mandela e dos demais presos políticos, salienta a necessidade de pressionar Pretória a levantar o estado de emergência em vigor na África do Sul e a revogar a proibição das actividades do ANC e de outras organizações anti-*apartheid*.

A data foi igualmente lembrada na sede da ONU, onde o respectivo secretário-geral, Javier Perez de Cuellar, voltou a afirmar que o objectivo da comunidade internacional, expresso em numerosas resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança, é a abolição do sistema de *apartheid*.

Nicarágua não será apêndice dos EUA

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Nicarágua, Miguel D'Escoto, afirmou ao intervir na 41.ª Assembleia Geral da ONU que o seu país não é nem deseja ser inimigo dos EUA, mas que jamais se conformará em ser transformado em seu apêndice.

Acusando Washington de conduzir uma guerra «agressiva, sórdida, ilegítima e amoral» contra a Nicarágua, o ministro chamou a atenção para o facto de quatro dias depois de o «Grupo de Contadora» e o «Grupo de Apoio» terem declarado que a «crise na América Central está a agravar-se cada dia», as forças armadas nicaraguenses terem abatido um avião norte-americano tripulado por americanos e que transportava armamento para a contra-revolução.

Após salientar o contínuo e indelével envolvimento da CIA nas manobras da administração Reagan para derrubar o regime de Manágua, o ministro nicaraguense recordou a deliberação tomada em Junho passado pelo Tribunal Internacional de Haia, que condenou as acções dos EUA como uma violação permanente dos princípios e das normas básicas do direito internacional.

A Nicarágua, disse ainda Miguel D'Escoto, conta com a vontade inquebrável do seu povo e a solidariedade dos Estados e povos da Terra para, apoiada na legalidade, na justiça internacional e na moral, defender o seu inalienável direito à independência e à soberania.

Eleições no Brasil

Vão realizar-se no próximo dia 15 de Novembro eleições parlamentares no Brasil.

Num encontro com os jornalistas recentemente efectuado, o secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, Giocondo Dias, defendeu a necessidade da criação de uma ampla frente democrática com vista às próximas eleições. Nessa frente, disse Giocondo Dias, deverão estar representados todos os que defendem a luta pelo progresso da sociedade e a resolução dos problemas socioeconómicos brasileiros de acordo com o interesse das amplas massas populares.

Internacional

Cimeira Gorbatchov-Reagan

Propostas de Paz e política de guerra

«Chegou o momento de agir. Agir séria e decididamente». Foram estas as palavras do camarada Gorbatchov, secretário-geral do PCUS, à chegada à Islândia, para a Cimeira com o presidente norte-americano Reagan, no passado fim-de-semana. Sublinhando igualmente a disponibilidade da União Soviética para assumir «decisões que eliminem ameaças, afastem o perigo de guerra nuclear e permitam ocuparmo-nos, seriamente, na prática, dos problemas do desarmamento».

A Cimeira, realizada por iniciativa da União Soviética, deveria constituir um novo impulso para a superação dos gravíssimos e vitais problemas que hoje vivemos.

Não foi possível dar esse passo.

Mas ainda na Islândia, à partida para Moscovo, Gorbatchov disse — «Não vamos cair no desespero. Penso que este encontro nos fez avançar para uma etapa extremamente importante da compreensão de onde nos encontramos. Mostrou que os entendimentos são possíveis».

O que aconteceu em Reykjavik?

Depois da avalanche de afirmações e comentários em torno do fim da Cimeira, em que o único elemento concreto que se foi afirmando (aliás decisivo) foi a **responsabilidade da insistência da administração Reagan no projecto norte-americano de militarização do Espaço na suspensão das negociações na Islândia** — uma conferência de imprensa na Embaixada soviética, para divulgação do conteúdo da conferência de imprensa

de Gorbatchov em Reykjavik, veio esclarecer o que se passou de facto.

E o que em síntese aconteceu, foi que a União Soviética apresentou um **importantíssimo conjunto de propostas que «se fossem aceites, poderiam conduzir, rapidamente, a uma reviravolta, em todas as direcções, de luta pela limitação dos armamentos nucleares, afastar efectivamente a ameaça de guerra nuclear e dar início a um avanço rumo a um mundo desnuclearizado»** — são palavras de Gorbatchov.

Na base dessas propostas, e

através de uma tenaz batalha, foi possível chegar a entendimentos concretos (prontos para assinar, digamos).

Os Estados Unidos cortaram a possibilidade de rápida concretização destes importantíssimos entendimentos.

Como concluiria o secretário-geral do PCUS, «estivemos à beira de tomar importantíssimas decisões históricas», mas, «como a administração americana espera obter a superioridade militar através do IDS, (programa de militarização do Cosmos), como ficou claro, acreditando na sua superioridade militar, acabou por sepultar até os entendimentos quase alcançados, que havíamos acordado. Faltava apenas dar ordens para elaborarem os tratados e procedimentos para a sua concretização real, de modo a serem celebrados durante o nosso futuro encontro em Washington. Mas a administração americana fez gorar esta decisão».

As propostas soviéticas

A União Soviética apresentou em Reykjavik três projectos de acordo.

- O primeiro projecto referia-se



«Ninguém poderá doravante agir como agiu antes da Cimeira»

• Gorbatchov ao povo soviético

«De regresso à pátria, considero meu dever relatar como decorreu o encontro e qual a apreciação que fazemos de tudo o que aconteceu em Reykjavik». Com estas palavras, o camarada Gorbatchov abriu a comunicação televisiva ao povo soviético, num primeiro balanço, na URSS, da Cimeira da Islândia. Uma Cimeira que classificou de «grande acontecimento político», cujas consequências «se farão sentir durante muito tempo nas relações internacionais».

Desta comunicação reproduzimos aqui alguns extractos significativos. Uma primeira abordagem de uma questão que se vai manter bem viva.

• «Aos nossos parceiros em Reykjavik falou a amplitude de abordagem e a compreensão de singularidade do momento e, em última análise, a coragem, a responsabilidade e a determinação política indispensáveis para a solução dos problemas mundiais mais complexos e palpitantes. Mantiveram as velhas posições, coroadas pelo tempo, e que já não correspondem às realidades actuais.

• «Antes desta minha intervenção, li a declaração feita pelo presidente dos Estados Unidos (...) É sintomático que o presidente se arvorasse em autor de todas as propostas debatidas. Pois bem, talvez aquelas propostas fossem atractivas para os americanos e os outros

povos do mundo que o presidente achou por bem recorrer a tal truque (...) Mas importa que o mundo saiba a verdade daquilo que se passou.

• «O encontro de Reykjavik foi um acontecimento de grande vulto porque provocou uma revisão dos conceitos e criou uma situação qualitativamente nova. Doravante ninguém poderá agir como antes da Cimeira. O encontro foi útil, porque preparou um eventual passo em frente e abriu caminho a um avanço real, que será possível se os americanos acabarem por adoptar posições realistas e renunciarem a avaliações quiméricas.»



Reykjavik. Aqui se avançou muito no caminho do entendimento e da Paz. Aqui se goraram, porém, acordos decisivos

aos **armamentos estratégicos**. Após alterações introduzidas pelo debate (Gorbatchov afirmaria que Reagan pretendia discutir «todos os níveis e subníveis, em suma, muita aritmética, e tudo com o fim de complicar a essência da questão»), chegou-se a um acordo: reduzir em 50 por cento os armamentos estratégicos (de estacionamento terrestre, instalados em submarinos e em bombardeiros estratégicos), na perspectiva de eliminar por completo estas armas, as mais mortíferas, até ao fim do século.

• A segunda proposta diz respeito aos **misséis de médio alcance**. Trata-se de liquidar, na Europa, todos os misséis norte-americanos e soviéticos de médio alcance. Deixando de parte os arsenais nucleares de dois países da NATO — a França e a Grã-Bretanha —, o que representa um sério esforço da URSS para afastar obstáculos aos acordos.

Avançou-se ainda soluções mutuamente aceitáveis no que respeita aos misséis na Ásia soviética e em território dos Estados Unidos.

• A terceira proposta: reforçar o Tratado sobre a defesa antimissil («DAM»), sem limites do prazo de vigência, através de compromissos de ambas as partes no sentido de não usarem nos próximos dez anos o direito de renunciar a este Tratado. Simultaneamente a União Soviética pronunciou-se a favor «de que todas alíneas do Tratado DAM sejam observadas com rigor nos referidos dez anos, que a elaboração e as experiências com armas espaciais sejam proibidas e que ambas as partes só tenham o direito de realizar pesquisas e experiências de laboratório».

Esta terceira proposta está intimamente ligada às duas primeiras. É evidente que com a entrada numa fase activa de liquidação dos armamentos nucleares, duas questões se colocam: a do controlo reforçado e, ainda nas palavras de Gorbatchov, «**cada uma das partes deve ter uma garantia de que a outra não procurará, neste período, a superioridade militar.**»

Foi esta garantia que Reagan não quis dar. «Foi precisamente aqui — descreve Gorbatchov —

que se iniciou um verdadeiro confronto de duas posições face à política mundial, nomeadamente no que respeita ao fim da corrida armamentista e à proibição dos testes nucleares».

Que fazer?

Esta é uma pergunta que neste momento perpassa por todo o mundo. Porque o que está em causa nos diz respeito a todos.

Para a União Soviética a resposta passa pela consideração objectiva das realidades. E pela acção, reforçada, de todos.

«Que a América considere tudo. Iremos esperar, sem revogar as nossas propostas que tornámos públicas, pois, na realidade, chegamos a entendimentos nestes assuntos, isto em primeiro lugar.

«Em segundo lugar, penso que todas as forças realistas do mundo devem, agora, agir. Todos nós, que neste momento vivemos no mundo socialista, no mundo capitalista ou no mundo em vias de desenvolvimento, temos agora uma oportunidade única: de, finalmente, começar de facto a cessar a corrida aos armamentos, proibir as armas nucleares, destruí-las e afastar da Humanidade a ameaça nuclear».

A resposta de todos os que sabem que a Paz é o único caminho para o futuro (ou não haverá futuro) é lutar mais e mais.

«Chegou a hora das acções e não podemos desperdiçar tempo. Iremos actuar, sem desistirmos da nossa linha virada para a paz e para a luta contra a corrida aos armamentos, pela proibição das armas nucleares, pela liquidação dessas armas e pelo afastamento da ameaça nuclear que pesa sobre o nosso planeta. Penso que não estaremos sozinhos nesta luta.»

Reykjavik poderia ter sido um salto qualitativo na via do desarmamento. Que não foi.

Mas a Cimeira agora realizada ficará como um marco importante.

Porque provou a possibilidade de entendimentos em áreas muito difíceis.

Porque mostrou, com uma clareza que será difícil adular, quem defende a Paz, quem aposta na guerra.

Na feira que periodicamente se realiza na freguesia de Franco (Trás-os-Montes) passou-se há tempos o caso seguinte.

Quando se tinha iniciado a venda ao preço da tabela duma camioneta de batatas, surgiu um cavaleiro que propôs ao dono comprar toda a carga por um preço elevado. Apesar dos protestos das pessoas que, em número elevadíssimo, faziam o seu fornecimento, o negócio foi realizado. Mas, como as reclamações redobrassem de violência, surgiram dois fiscais que apreenderam a batata toda tentando levá-la. Para tal serviram-se de métodos violentos, chegando a ameaçar a multidão com as suas pistolas. Alguns dos presentes, contudo, responderam-lhes no mesmo tom, chegando a ameaçá-los de morte, enquanto o comprador desaparecia prudentemente. Assim, os fiscais viram-se obrigados a deixar toda a carga à disposição do povo, que a dividiu a seu gosto.

Quando, mais tarde, alguns dos presentes regressavam a suas casas, encontraram, já fora da aldeia, o indivíduo que tentara a compra esperando, num automóvel, que os fiscais lhe levassem as batatas. Os autores da descoberta trataram logo de juntar grande número de companheiros e o miserável foi corrido a tiro pela população. (...)

(«A luta pelos géneros» — «Avante!», VI série, n.º 42, 2.ª quinzena de Outubro de 1943)

Avante!
Proletários de todos os países UNÍ-VOS!

A vida dos presos antifascistas do Tarrafal corre sérios riscos (...).

Nestes últimos tempos a sua já precária situação foi agravada por novas medidas de aniquilamento físico e moral aplicadas pelo director-carrasco. Assim, foi proibido o recebimento de mais de duas encomendas de meio quilo, para cada preso, se bem que, com o que lhes era enviado por suas famílias, eles suprissem, em certa medida, as deficiências de alimentação e medicamentos do «Campo». Foi-lhes proibida a compra de frutos e outros géneros frescos. Foi-lhes roubada uma parte importante da remuneração dos trabalhos que eram executados para fora. Foram agravados os castigos chegando, em alguns casos, até 60 dias de «Frigideira» a regime de rancho reduzido, e pão e água em dias alternados e sendo ferozmente espancados os prisioneiros.

Aos protestos apresentados pelos presos por estas novas medidas assassinas, respondeu o director-carrasco com a confiscação de todos os livros e a proibição de escreverem mais que um bilhete postal por cada barco. (...)

(«Salvemos os presos do Tarrafal» — «Avante!», VI série, n.º 42, 2.ª quinzena de Outubro de 1943)

Avante!
Obras Sociais do Partido Comunista Português

(...)

Não é, pois, duma unidade retórica, perfilhada por alguns, que se precisa, mas duma unidade para a acção, baseada na organização das massas em acção pelas suas reivindicações económicas, sociais e políticas, orientada para o derrubamento da ditadura fascista (...).

Infelizmente isto não é compreendido por alguns democratas (...). Falam em unidade, mas praticam a divisão arvorando mesmo com frenesim o espantinho do anticomunismo. (...) Lamentavelmente, não recuam ante a insinuação e a intimidação, para não lhe chamarmos provocação: «Você fica só com os comunistas», «Você não sabe que está rodeado apenas por comunistas».

(«Adiante, para a conquista da liberdade!» — «Avante!», VI série, n.º 408, 2.ª quinzena de Outubro de 1969)

Só num quilómetro de Lisboa



Para lá da fachada, a Baptista Russo esconde 11 400 contos de dívidas por salários aos seus trabalhadores de Lisboa

Na Centrel o patrão, Rocha de Matos, espera a ajuda do Governo para despedir 2000 trabalhadores

QUATRO MIL EMPREGOS EM «TRITURAÇÃO»

■ Albano Lima

Quando o suposto leitor compra uns sapatos novos, se não é rico, se tem poucos sapatos e se estes são ainda por cima caros, preocupa-se naturalmente com a sua duração e, nos primeiros dias — supõe-se — preocupa-se mesmo com o seu aspecto mais evidente, procura mantê-los impecáveis à vista, pelo menos, enfim. É quase um sentimento bem natural — enquanto o tempo não passa sobre a novidade de modo suficiente a fazer esquecê-la. Melhor dito: procura o leitor, para o caso vertente comprador de sapatos novos, evitar a primeira beliscadura e quando não consegue procura disfarçá-la. Não será assim? Pois, mal comparado, é o que se passa com os sapatos do desemprego. É como se usássemos sempre sapatos velhos. A novidade — transformada pelos jornais que ainda do desemprego se ocupam com lugar comum diário, em certa medida desmotivador da leitura, pelo menos da leitura fácil — não pode mudar de sapatos.

O que queremos dizer afinal é que nos habituamos ao desemprego, sobretudo quando não se trata do nosso desemprego ou do de alguém muito chegado para que o seu estado nos aflija directamente.

Mas mais uma vez aqui vamos falar de desemprego em bloco.

Seja ou não motivadora a leitura, a verdade é que nós aqui no «Avante!» conhecemos um por um tantos

casos desses que nos seria impossível — sem um jornal diário só para o efeito — tratar dos dramas individuais e também dos «desenrascamentos», que felizmente os há e continuará a haver, perante a vaga diária que ameaça não os que vão sobrevivendo de um modo ou de outro entre a massa dos desempregados. Não será desses que nos ocuparemos hoje. Trataremos hoje daqueles que ainda não estão desempregados, mas vivem diariamente com o espectro do desemprego ao lado.

É certo que as diferenças individuais são consideráveis. Entre o caso de um contratado a prazo, que se esforça por passar a efectivo, e um efectivo ameaçado com a reforma antecipada, ou com o despedimento colectivo, medeia frequentemente um espaço tão grande que não cabe em calçado nenhum.

É por isso, ou é essa uma das razões por que mais uma vez hoje falamos da questão não em termos de A ou B, mas ao quilómetro. Sem graça nenhuma, porque nem pretendemos tê-la, a verdade é que não apenas o desemprego, os despedimentos, a precaridade do emprego, etc. Alastram quilometricamente, como também alastra na mesma medida aquilo que o europeizante presidente da TAP chama «trituração» dos postos de trabalho. A expressão é bem achada, principalmente para aqueles que olham para o desemprego como mais um entre muitos factores económicos tecnocraticamente encarados a partir de

um figurino que não tem em conta para nada o factor social do desemprego e só vê na frente quadros, quando muito gráficos que variam suavemente mesmo quando, como é o caso de hoje, a suavidade nada tem de reflexo e atinge directamente quatro mil postos de trabalho, numa distância que medeia entre o princípio e o fim de uma avenida da Grande Lisboa, mais exactamente o quilómetro que vai do fim de Moscavide à chamada rotunda do Baptista Russo, aqui na zona oriental da cidade.

Falaremos a seguir de umas quantas empresas dessa zona que actualmente se caracterizam como geradoras do desemprego. A primeira é a **Centrel**. É por ela que começaremos, visto a sua promessa de desemprego em massa atingir um nível entre os outros muito preocupante. Teremos, porém, mais cinco casos e, se escolhermos a **Centrel** para começar, foi porque a posição do patronato e das autoridades, chamemos-lhe assim, neste caso, fazem alarde de um motivo característico: as novas tecnologias e o seu aproveitamento tecnocrático para tapar por completo o factor social, procurando a todo o custo a maneira mais agradável de dourar a pílula e com isso desmotivar os trabalhadores com o posto de trabalho ameaçado, subvalorizando, por exemplo, a luta pela manutenção do nível do emprego e o empenho sindical que essa luta exige.

Na zona oriental de Lisboa Da Centrel à UTIC que querem os patrões?

O «Avante!» dará brevemente uma informação mais pormenorizada sobre algumas das principais empresas de que hoje apresenta dados precisos e suficientes para esclarecer as razões sumárias pelas quais a base da estratégia de muitas das grandes unidades industriais deste País reside única e simplesmente nos despedimentos em massa. O facto de os trabalhadores organizados terem compreendido as linhas gerais dessa ofensiva, a tempo, é seguramente demonstrada pelas acções conjuntas levadas a efeito desde 1976 — o ano em que a contra-revolução legislativa e do começo da recuperação do grande capital financeiro, cuja fase de relançamento continua sob a orientação das agremiações patronais mais influentes e dos governos de direita. Foi deles, aliás, que o actualmente no poder herdou os objectivos mais ameaçadores para a sobrevivência da economia portuguesa e para o desenvolvimento social do País.

Se não fosse essa lucidez demonstrada pelos trabalhadores organizados e designadamente pela sua Central sindical, a CGTP, seria impossível ter evitado até agora grande número de despedimentos de que hoje aqui se trazem exemplos característicos. Essa compreensão das linhas gerais da ofensiva dos detentores da capacidade de investir e dos governos que melhor ou pior lhes fizeram o jogo depa-rou sempre com a resistência organizada e com a luta, quando foi necessária, para evitar um verdadeiro massacre de postos de trabalho na indústria.

Importada de economias muito mais desenvolvidas do que a nossa e com capacidade para minorar, pelo menos, os efeitos mais dramáticos do desemprego, a vaga de despedimentos em massa anunciada por vários gestores — e não é sobre estes que se anuncia a chamada campanha

A ginástica dos gestores e patrões para fazerem crer que valem ainda alguma coisa nessa qualidade é contrariada pela incapacidade instalada para competirem, ou sequer se manterem no mercado, mesmo com um número insignificante de trabalhadores ao seu serviço. Será isso? Ou este Governo terá os patrões e gestores que merece? De qualquer modo, trata-se de novas formas de exploração a que novas formas de luta se terão que contrapor.

contra a má gestão — tem sido contrariada e fortemente pelas organizações representativas (ORT's) dos trabalhadores em empresas e ramos de actividade tradicionalmente importantes fornecedores de emprego.

Mas, deparando com uma legislação que impede o despedimento sem justa causa, os governos de direita, os seus gestores e patrões procuram não só desfazer-se de postos de trabalho, mas utilizar o emprego, que podem continuar a oferecer em muitos ramos da indústria, como iscapara a captação de mão-de-obra a muito baixo preço, admitida a prazo, ou ainda em piores condições, sem as mínimas garantias exigidas por lei.

E entretanto, contrapartidas não há. Isto é, o Governo Cavaco, ao mesmo tempo que estimula o desemprego, em nome de uma miragem liberalizadora, não fornece quaisquer garantias seguras de que as chamadas novas tecnologias, cuja efectivação continua nas nuvens da demagogia, possa, já não se diz suprir mas, pelo menos, minorar os efeitos devastadores do desemprego e do subemprego que anuncia.

Por isso é que os trabalhadores e as suas organizações representativas recusam, exceptuando alguns casos pontuais, a troca do seu posto de trabalho por uma reforma antecipada, ou por uma indemnização que, em regra, transforma o «reformado» em desempregado a tempo inteiro, quando este não dispõe, como é o caso da minoria, de uma reserva que lhe permita

trabalhar por sua conta com alguma garantia de sobreviver.

Os casos de coacção sobre o emprego e principalmente sobre os postos de trabalho, que hoje se apresentam aqui em traços gerais, são os das seguintes empresas da zona oriental de Lisboa:

Centrel — *Toda do capital privado. Emprega actualmente 2900 trabalhadores. Pretende despedir, no total, 1976; 800 até ao final deste ano.*

Utica — *Maioritariamente participada pelo Estado. Emprega 1200 trabalhadores só em Lisboa. Quer despedir 640, acabando com o mesmo número de postos de trabalho a nível nacional. A empresa tem instalações no Porto e noutros locais, incluindo o Zaire.*

Entrepasto (ECA) — *Empresa privada com mais de 1000 trabalhadores. Com 100 despedimentos já autorizados pelo Ministério do Trabalho (despedimento colectivo) projecta acabar com mais 73 em Cabo Ruivo (Entrepasto Industrial).*

Indep (Indústria de Defesa de Portugal) — *Tem 3000 trabalhadores, incluindo instalações de Braço de Prata. Pertence inteiramente ao Estado. Segundo um «plano global» desapareceriam 1500 a 2000 postos de trabalho nesta empresa pública.*

Dialap (Lapidação de Diamantes) — *Muito participada pelo Estado a cujo sector empresarial per-*

tence. Neste momento tenciona acabar com 170 dos seus 300 postos de trabalho.

A estas empresas, todas instaladas no espaço aproximado de um quilómetro na zona oriental de Lisboa, há ainda a acrescentar locais de trabalho tão importantes e conhecidos como A Tabaqueira, a Metalúrgica Luso-Italiana e a Baptista Russo. Mas as preocupações dos trabalhadores e das suas ORT's quanto a estas últimas empresas não são de momento provocadas pelas ameaças de despedimento, a não ser na Tabaqueira onde foram levantados processos disciplinares a quatro dos onze elementos da Comissão de Trabalhadores. Há a assinalar, no entanto, os mais

de 45 mil contos de salários em atraso na Luso-Italiana e a dívida que pelas mesmas razões se acumula na Baptista Russo de Cabo Ruivo: 11 400 contos.

Registe-se quanto à Indep que a sua dívida global atinge mais de dois milhões de contos, que A Tabaqueira comprou ao desbarato empresas falidas, que na Centrel as indemnizações que o patrão Rocha de Matos entende pagar pelas chamadas «rescisões por mútuo acordo» seriam financiadas pelo Governo, que se prepara para atribuir a tão empreendedor patrão um «prémio» da ordem dos dois milhões de contos.

Estes e outros abusos, de que o «Avante!» se ocupará em números seguintes com mais vagar, não se limitam a ilustrar a espécie de divisa do capitalismo avançado, segundo a qual quando um trabalhador se engana seriamente é despedido, mas quando o patrão se engana, mesmo pela rama, são despedidos todos os trabalhadores. O que não seria inédito, aliás, mesmo em Portugal. Só que não é propriamente de «enganos» que se trata e tratará aqui. ■

Gestores envergonhados na Petrogal

Para os desempregados activos não é só o trabalho que está fora de moda. É também, conforme se sabe, o salário e o mais que pertence a essa actividade ultimamente tão caluniada por governantes, gestores e até escribas bem colocados, para os quais o trabalho é uma doença mortal. O Governo Cavaco, por exemplo, tem tanta raiva aos assalariados revistos anualmente e pagos a tempo e horas que sustenta conselhos de gerência como o da Petrogal.

Pois, como fomos dizendo, os gestores desta empresa pública e nacionalizada viram-se obrigados a vir para os jornais com publicidade paga a dizer que afinal o aumento da massa salarial global alcançado este ano através de uma activa intervenção sindical não era de 17,6 por cento; mas (ponderando) acrescentava o CG que essa mesma massa salarial sofreu um «acréscimo» para «uma mesma e estática população laboral... de 14,43 por cento».

Não foi assim. O Governo, designadamente através das Finanças, de facto, nem aos 14,5 por cento queria chegar. Mas foram, na realidade, 17,6 por cento que os sindicatos e os trabalhadores conseguiram à mesa das negociações.

Como se explica então a anomalia, que obriga os gestores, certamente pessoas honestas, a deturpar a verdade?

A Federação sindical da química e farmacêutica (FSTIQF) entra em pormenores sobre o acordo assinado para os quais de momento não temos espaço. Mas o essencial do seu telex de sexta-feira da semana passada assinala que as três tabelas salariais negociadas e em vigor a partir de 1 do corrente são efectivamente para vigorar na íntegra, segundo os documentos assinados pelas partes intervenientes no acordo da Petrogal.

E mais afirma a Federação, sem deixar lugar a dúvidas, que os 17,6 por cento são mesmo para pagar até 30 de Setembro de 1987.

O resto é «tentativa de mistificar o conteúdo do acordo assinado» — acrescenta o secretariado (direcção) daquela estrutura intermediária da CGTP que, depois de repor a verdade dos factos, deixa «publicamente apenas duas perguntas»:

«1.ª Por que não desmentiu ainda o CG (gerência) que o relatório de contas de 1985 não apresenta os prejuízos fantasiosamente apregoados pela tal «imprensa» (atrás citada no telex entre aspas, como sendo *Correio da Manhã, Semanário e Tempo*) mas ao contrário apresenta um lucro de cerca de 280 mil contos» na Petrogal?

«2.ª Por que não desmentiu ainda o CG que os trabalhadores da Petrogal estejam no topo dos mais bem pagos nas empresas do País?»

Ah! Esta vergonha de uma empresa pública dar lucro e pagar bem! ■



Entrevista com elementos da CT da Centrel na próxima semana

■ Carlos Almeida

Autarquias APU e juventude

O exemplo de Vila Franca de Xira

Os jovens são, no discurso de Cavaco Silva e dos seus ministros, um lugar-comum. Para eles dirige este Governo grande parte das suas atenções. Para responder aos seus problemas e necessidades? Nada disso. Apenas e sempre propaganda, a fazer crer que tudo está a mudar quando, em substância, tudo está na mesma.

O Programa OTL 86 — Ocupação dos Tempos Livres — juntamente com os OTJ — Ocupação Temporária de Jovens — foram, aquando do seu lançamento, peças dessa campanha. Caminhos de ataque ao problema do desemprego juvenil, dizia-se.

Pelo nosso lado, escolhemos a prova da realidade. Deslocámo-nos ao município de Vila Franca de Xira. Falámos com José António Carmo, vereador da APU na Câmara, responsável pelo pelouro da Acção Sociocultural que integra as questões da juventude. Contactámos com os jovens que estiveram envolvidos nestas actividades, através da CMVFX.

Do que vimos e ouvimos e de que aqui damos conta, uma ideia nos ficou: a distância que vai da demagogia do Governo ao trabalho sério e honesto das autarquias APU, a diferença entre a passividade e o imobilismo que a direita promove entre os jovens e a disponibilidade destes para a participação, o trabalho e a luta.

O Governo de Cavaco, pela resolução n.º 16/86, relançava o programa OTL suspenso em 1985, dirigido a jovens entre os 16 e os 25 anos de idade e a decorrer durante as férias. A metodologia de funcionamento era a seguinte: as entidades interessadas apresentavam junto de comissões distritais nomeadas pelo Governo os seus projectos de trabalho para os quais os jovens se inscreviam. A selecção de projectos e pessoas era feita por estas comissões em que não participavam as entidades e nomeadamente as autarquias.

«Esta orgânica de funcionamento dos OTL fez com que em Vila Franca, dos 500 jovens que pedimos, o Governo apenas tivesse colocado 200», afirmou-nos José António Carmo.

Os OTL em Vila Franca de Xira

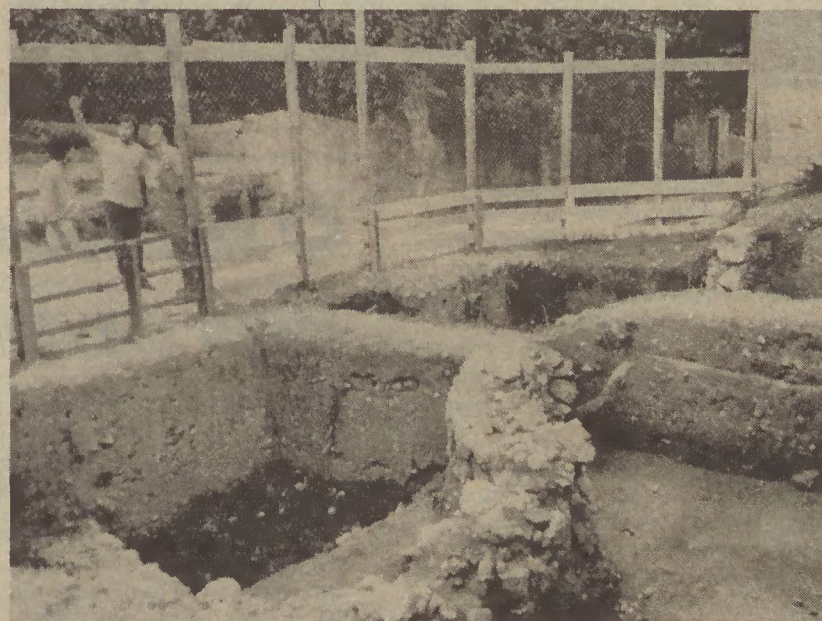
É necessário antes de mais, referir que, apesar de o projecto OTL ter sido suspenso em 1985, a CMVFX não deixou nesse mesmo ano de lançar, um programa similar, denominado «Férias de Trabalho».

«Tratou-se de um programa custeado inteiramente pela Câmara e que, devido ao reduzido número de lugares aberto pelo Governo atendendo às necessidades de trabalho, decidimos de novo manter este ano» — declarou-nos o vereador responsável pela temática da juventude no concelho. «Assim, além dos duzentos jovens colocados pelo Governo e pagos através das verbas do FAOJ, estiveram a trabalhar este ano mais 120 (num total portanto de 320) à responsabilidade da CM.»

José António Carmo chama-nos, entretanto, a atenção para um aspecto curioso. «É que, já o ano passado, no nosso programa «Férias de Trabalho» os jovens receberam 600\$00 por dia. No entanto, o Governo determinou que os jovens dos OTL deveriam receber apenas 500\$00, pelo que, por razões de justiça e igualdade este ano não podíamos admitir qualquer disparidade e assim os jovens do programa «Férias de Trabalho» apenas receberam 500\$00. Parece-nos isto exemplificativo das diferentes vontades e dis-

posições que anima(ram) o Governo por um lado e a autarquia por outro.»

Mas quais as actividades a que se dedicaram estes jovens? Responde-nos José António Carmo. «Em levantamentos de situação vária, a nível histórico, arquitectónico e social, dos quais destaco a recolha de tradições orais nas freguesias rurais do concelho que nos revelou um material muito rico, trabalhos arqueológicos, no apoio a bibliotecas e museus, actividades desportivas para jovens e crianças pro-

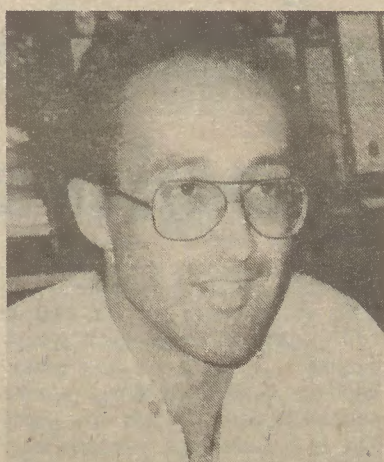


Escavações arqueológicas, uma das actividades que ocuparam os jovens dos OTL

movendo nomeadamente acções de formação de monitores, trabalhos de jardinagem e vindima nas quintas municipais em Suberra e da Piedade e apoio ao funcionamento das piscinas. De referir ainda o trabalho realizado por alguns jovens no apoio ao funcionamento dos serviços administrativos da CMVFX no laboratório da análise das águas, etc.»

«De salientar, continuou José António Carmo, que nos jovens que estiveram a trabalhar no programa por nós promovido procurámos, em primeira instância, enquadrar e desenvolver os seus interesses específicos, aproveitando em particular os seus conhecimentos nas áreas em que estudam.»

O facto de, terminados os OTL, os



José António Carmo, vereador da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

chefes de serviço da autarquia terem feito pedidos para que os mais aptos continuassem, prova, na opinião de José António Carmo, os resultados positivos deste trabalho.

As autarquias APU e os jovens

No final de cada programa dos OTL, realizou-se no Tejo um Cruzeiro da Juventude pela Paz. Quisemos saber mais pormenores.



Vinho de Suberra: a vindima foi feita pelos jovens

sáveis pelo pelouro de juventude, concluímos pela necessidade de desenvolver linhas comuns de uma política de juventude. Consideramos muito positivo que a pressão da juventude e das autarquias tenha obrigado o Governo a retomar os OTL, ainda que depois ele pretendesse apresentar isso como uma benesse sua.»

Pelo que sabemos, já no ano transacto, algumas câmaras do distrito de Lisboa, em concreto além das quatro já referidas, Azambuja (então município de maioria APU) e Mafra, tinham lançado uma iniciativa inédita relacionada com o Ano Internacional da Juventude. Procurámos saber mais pormenores e dos apoios que vieram (ou não) da parte das entidades governamentais. Lembremos, a este propósito, que foram destacadas verbas na ordem dos 450 mil contos distribuídos por várias comissões ministeriais e interministeriais para o apoio das iniciativas no âmbito do AIJ. Vejamos...

«O Inter Municipal Juvenil constituiu a única iniciativa supramunicipal realizada no nosso país no AIJ. Milhares de jovens participaram em diversas iniciativas em cada um destes concelhos. Pois bem, tudo isto foi suportado pelo orçamento das câmaras envolvidas, sem qualquer apoio das muitas comissões do AIJ.»

Não obstante, o resultado é positivo? «Inteiramente. Todas estas actividades, para além do mais, promovem um estreito relacionamento dos jovens com o município, a população, os problemas da autarquia. Pelo nosso lado vamos continuar a desenvolver esta área de actividade. Embora não concordemos por completo com os OTL, vamos continuar a exigir o máximo de lugares para o concelho e a promover nós próprios iniciativas de convívio com os jovens envolvidos.»

O OTJ é um logro

Propositadamente não referimos até agora o programa governamental designado de OTJ. A razão explica-a o vereador de Vila Franca de Xira. «É que, se temos reservas à forma como está organizado o OTL, não concordamos em absoluto com os OTJ. É que, dentro da linha demagógica deste Governo, o OTJ destina-se a jovens desempregados entre os 19 e os 25 anos de idade «em actividades que satisfaçam necessidades colectivas e se revelem como potenciais postos de trabalho». Pensamos que é profundamente incorrecto estar a criar expecta-

Autarquias APU e Juventude



Na Quinta da Suberra em conversa com os jovens dos OTL

tivas de emprego nos jovens que não têm qualquer fundamento. Mesmo que estivéssemos interessados em admitir determinado jovem, depois dos seis meses do OTJ, não podíamos. Para além da questão da verba há ainda, como se sabe aspectos de ordem legal que o impediriam: todos os funcionários são admitidos por concurso. Não são as Câmaras que vão resolver o problema do desemprego juvenil. Em resumo, temos alguns jovens do concelho a trabalhar enquadrados no OTJ mas nós pelo nosso lado, não incentivamos tal programa.»

A CMVFX e os jovens

Estávamos já no final desta curta conversa, a nosso ver elucidativa das diversas «políticas de juventude» em presença. Para terminar pedimos ao vereador José António Carmo que nos dissesse quais as linhas fundamentais com que a Câmara encara o trabalho com os jovens e quais em sua opinião os resultados obtidos.

«A Câmara orienta a sua política com a juventude em três planos: em primeiro lugar cria as condições físicas e materiais necessárias para a participação dos jovens na vida do município e o incentivo ao associativismo juvenil; aqui merece particular relevo o trabalho do Grupo Dinamizador da Juventude, herdeiro da Comissão Municipal de Juventude criada em 1980 e que abarca todas as organizações e associações juvenis existentes no concelho. A um segundo nível, trata-se de dar condições e apoiar a criação de oportunidades de ocupação dos tempos livres; destaque aqui, para além dos já referidos OTL e «Férias de Trabalho», para a Casa da Juventude e Cultura de Alverca com um grande trabalho neste domínio, experiência que pensamos alargar com a abertura em breve de uma Casa da Juventude, nos mesmos moldes, em Vila Franca de Xira. Por fim, o apoio aos jovens nas suas reivindicações; pensamos que a autarquia não pode alhear-se dos problemas das populações e, nesse plano, empenhamo-nos em apoiar as reivindicações dos jovens no sentido da resolução dos seus principais problemas.

«Pensamos que esta política, contrastando fortemente com a prática eleitoralista do Governo está a atingir, gradualmente, os seus objectivos. Estamos a conseguir aproximar mais os jovens das realidades da autarquia e esse despertar dos jovens é positivo tanto mais que se reflecte em trabalho. As experiências que temos tido com jovens permitiram à Câmara utilizar gente capaz, sabedora e com iniciativa, para avançar com trabalhos muito valiosos que de outra forma teríamos dificuldades em fazer. A nosso ver, tendo em conta os resultados, estamos no bom caminho. Basta dizer, já agora, que, por exemplo, o departamento onde eu trabalho, o Departamento de Cultura e Acção Social tornou-se, hoje, um ponto de passagem de muitos jovens que ali vão saber informações sobre actividades em curso, etc.» É sintomático do interesse que conseguimos despertar. ■

Falam os jovens: A vontade de trabalhar e a demagogia do Governo

Foi na Quinta de Suberra, património municipal classificado como imóvel de interesse público que conversámos com alguns jovens dos OTL. Com Vila Franca de Xira espraçando-se ali em baixo até ao Tejo, Vítor Jesus, Paula Pereira, Luís Peixe, a Fátima e o Eurico, contaram-nos da sua experiência, das suas impressões, do tempo em que estiveram ocupados nos OTL da CMVFX. Em primeiro plano, tínhamos a vinha que dá um vinho característico da região, o vinho de Suberra, onde aliás trabalharam jovens dos OTL.

O Vítor Jesus tem 21 anos, estuda à noite e trabalha na Casa da Juventude e Cultura de Alverca. Trabalhou no projecto de divulgação da informática que funcionou na Casa da Juven-

quer coisa como 12 modalidades em todas as freguesias com um total de 2200 pessoas de todas idades a participarem». A Paula diz que gostou bastante desta experiência, «tenho participado desde há três anos neste tipo de actividades e este ano foi o que gostei mais. As pessoas estão cada vez a aparecer mais. Este é um concelho com muita gente, há falta de malta neste tipo de actividade e sempre que posso cá estou a dar uma ajuda».

Precisamos de uma piscina coberta

Aproveitámos a oportunidade para perguntar como estamos de insta-

de História na Faculdade de Letras de Lisboa quem fala. Todos os outros estavam ainda envolvidos em actividades aquando da sua realização. Diz-nos ele «é pena durar tão pouco tempo; todas as iniciativas que fomentem o convívio entre a malta são positivas; para tornar isto ainda melhor, para o ano talvez não fosse má ideia organizar, sei lá, um acampamento num fim-de-semana».

Conversa puxa conversa e eis-nos a falar do OTJ. O Vítor Jesus faz questão de dizer que «este projecto saiu para a rua só para campanha eleitoral». As razões para tal afirmação vêm já de seguida. «A malta trabalha oito horas, recebe 16 875\$00. Na inscrição prometem-nos subsídio

de alimentação e transporte. Mas depois vêm-nos dizer que não senhor, que as entidades onde trabalhamos é que devem dar os subsídios. Assim, a malta daqui, por exemplo, é colocada em Alverca, a malta de Alverca é colocada em Vila Franca e com isto vão-se 1875\$00 para os transportes. Depois é a promessa de emprego que não pode aparecer porque a Câmara não tem dinheiro. Isto mesmo só para propaganda.»

O Eurico manda mais achas para a fogueira. «Nos OTL do Governo, a malta do primeiro turno só recebeu o dinheiro duas ou três semanas depois e a malta que acabou o segundo turno, em 26 de Setembro, ainda não recebeu nada. Além do mais, houve gente que recebeu abaixo do que trabalhou, etc.»

Assim, sem mais entretantos, a verdade da política do Governo Cavaco Silva/PSD para a juventude vem ao de cima. O monte de promessas, de expectativas frustradas. Simultaneamente, revelou-se na conversa a vontade dos jovens em trabalhar, construir, participar. Retemos as palavras da Paula: «Sempre que possa cá estou a dar uma ajuda.» É assim o trabalho da APU com a juventude. ■



Fátima

Luís Peixe

Eurico

Paula Pereira

Vítor Jesus

tude. «Participaram cerca de 50 crianças e jovens dos 12 aos 17 anos. Foi uma experiência muito positiva, mas tivemos alguns problemas com o material, pois apenas tínhamos três computadores e ao 5.º dia já só funcionava um.»

Quisemos saber de apoios e o Vítor disse-nos que «temos um pedido de apoio feito ao FAOJ, mas até agora não tivemos qualquer resposta». Mas o que é afinal a Casa da Cultura e da Juventude de Alverca? «Foi inaugurada em 1985 e neste momento temos duzentos sócios. Ali funcionam cursos de cerâmica e teatro e o Centro Juvenil de Informática. Todos os dias temos lá muitas crianças a brincar com os computadores porque assim é que se começa. A gestão da 'Casa' é feita por uma Comissão em que estão representadas a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia e a Comissão de Jovens de Alverca. É uma experiência muito boa e penso que devia fomentar-se o aparecimento de mais Casas de Cultura e Juventude.» (Lembremos que o vereador José António Carmo revelou-nos o surgimento em breve de uma Casa de Cultura e Juventude em Vila Franca).

A Paula Pereira é estudante do 2.º ano do Instituto Superior de Educação Física. Trabalhou durante os OTL nos serviços de desporto da CMVFX. Com ela trabalhou igualmente o Luís Peixe, estudante do 12.º ano. Colhemos as impressões de ambos sobre esta experiência. Diz-nos o Luís que «trabalhámos na organização de toda a actividade desportiva no concelho; qual-

lações desportivas em Vila Franca de Xira. A opinião unânime é transmitida pelo Luís: «faltam muitas estruturas, a Câmara já fez muito, mas temos ainda muitas carências; faltam-nos pavilhões, nomeadamente, e esperamos ansiosamente a abertura breve de um ginásio, para o apoio às escolas e clubes de nome, cuja responsabilidade de financiamento pertence por inteiro à Câmara».

Aqui a Paula aproveitou a deixa: «precisamos muito de uma piscina coberta (a natação é a modalidade que mais lhe interessa). Estamos na terra da natação, na terra de Baptista Pereira. Há muita gente a participar, mas nos meses de Setembro a Maio estamos bastante condicionados. A natação funciona aqui nas instalações da Escola da Marinha, mas de ano para ano o tempo de ocupação é cada vez mais limitado. Depois para muitas crianças há o problema dos transportes, ainda que aí a CMVFX ajude bastante».

A Fátima tem 19 anos, frequenta o 12.º ano, esteve (e está) a trabalhar no Departamento de Economia e Turismo no apoio às feiras. «Neste momento estou a apoiar a Feira de Outubro e em particular o Salão de Artesanato. É uma experiência muito rica, conhece-se gente de todo o País; não tem nada que ver com o meu curso (o projecto é a enfermagem) mas sinto-me muito bem.»

Sobre o Cruzeiro da Juventude e da Paz, é o Eurico, 24 anos, finalista

O mundo das promessas

Aproveitamos esta reportagem em Vila Franca de Xira para averiguar da situação do ensino no concelho, considerando as afirmações do ministro da Educação de que desta é que é, o ano vai abrir em perfeitas condições e pontualmente. (Decididamente estamos no reino das promessas.)

«Então, o ano lectivo em Vila Franca de Xira abriu mesmo no dia 1.º?» — perguntamos a José António Carmo, vereador da CMVFX. A resposta vem de lá embrulhada num sorriso. «Não. Estive mesmo agora numa reunião com os presidentes dos conselhos directivos e posso-lhe dizer que até hoje (estamos a 6 de Outubro), de sete escolas preparatórias e secundárias existentes no concelho, apenas abriram 2; restam cinco secundárias e uma preparatória.»

Entretanto, quando chegámos à Câmara, chamou-nos a atenção um abaixo-assinado ali afixado exigindo a construção de uma escola mais na zona sul. Interrogamos José António Carmo sobre tal facto. «Esta é uma luta já antiga. É que a zona sul do concelho apenas tem uma escola secundária. O ano passado cerca de 400 jovens tiveram que vir da zona sul para Vila Franca, e este ano vamos ter mais trezentos. O ministério tem estado surdo às exigências da população de Vila Franca no que diz respeito à construção de mais uma escola secundária; a solução que encontrou foi, como sempre, o remendo: reconstruir os pavilhões velhos do ciclo que vai mudar para novas instalações.»

Compreende-se os transtornos e gastos acrescidos para a autarquia e as famílias com esta situação. «Os transportes têm sido custeados pelas famílias e a CMVFX. Só no ano passado, gastámos mais de dez mil contos em transportes para estas crianças.»

Quando por esse país fora deparamos com situações desta gravidade apenas podemos pensar que Cavaco e os seus ministros vivem num outro mundo. Ou, talvez, querem-nos fazer a nós acreditar que vivemos em outro mundo. O mundo das suas promessas e dos discursos ociosos. ■

■ Anabela Fino

Terrorismo engravatado (1)

ou o carácter público da ingerência privada

Numa altura em que se anuncia uma nova onda de atentados terroristas na Europa e se intensifica nos EUA a campanha para fazer crer nas pretensas responsabilidades de certos países árabes em tal flagelo (muito oportunamente os que de forma mais consequente combatem a estratégia imperialista no Médio Oriente, como é o caso da Síria), um acontecimento inesperado veio trazer para o centro das atenções o terrorismo de Estado que é apanágio da administração Reagan. Trata-se do caso do avião norte-americano abatido na Nicarágua e da prisão de um dos seus passageiros, Eugen Hasenfus, cujos documentos o identificam como «conselheiro militar» junto do exército salvadorenho.

Não é necessária grande imaginação para perceber o incómodo que o caso provocou em Washington. Tanto mais que Hasenfus não se coibiu de afirmar que dois dos seus três companheiros (mortos na sequência do derube do avião pelo exército sandinista) trabalhavam sob as ordens da CIA e que as 50 000 munições, granadas e outro armamento que constava da carga «humanitária» se destinavam às forças contra-revolucionárias nicaraguenses.

A confusão provocada no seio da administração Reagan por este incidente é notória: enquanto a Casa Branca afirma nada ter a ver com o caso, remetendo a responsabilidade para os grupos privados que nos EUA se dedicam à «ajuda humanitária» aos «contras», o vice-secretário de Estado Elliot Abrams diz que o governo sabia quem contratara o avião e reconhece que os grupos privados fornecem armas à contra-revolução com o conhecimento da administração Reagan.

Abrams foi mesmo ao ponto de afirmar que tanto ele como outros funcionários se encontram regularmente com os dirigentes desses grupos por quem manifestam grande apreço. É magnífico — disse — que os americanos, cidadãos privados, desejem

contribuir (...), mas os verdadeiros heróis são os que se arriscam a entregar o material necessário.

Uma confissão que pode causar alguns amargos de boca a Elliot Abrams, dado que a Casa Branca

contra-revolução nicaraguense, de que damos uma amostra em separado, não passam de um exemplo do que sucede em larga escala um pouco por todo o mundo. Ligações subterrâneas — mas nem sequer clandestinas na verdadeira acepção do termo — da administração Reagan com os que a tornaram possível com o objectivo expresso de levar a cabo os seus fins: a defesa dos interesses do imperialismo, por qualquer meio e onde quer que seja. Incluindo o recurso ao terrorismo.

dente dos EUA e antigo director da CIA a declarar em 1979 durante um congresso sobre o terrorismo internacional que é necessário convencer a opinião mundial de que o terrorismo tem por origem a revolução bolchevique e de que os soviéticos manipulam todos os terroristas para desestabilizar o Ocidente.

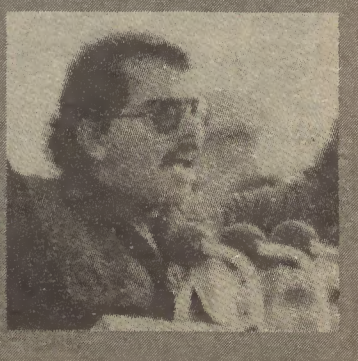
Um despudor quase tão grande como o que leva Reagan (cujas li-

gações com os grupos privados que semeiam a morte na Ásia, na África, na América Latina e no Médio Oriente retomaremos no próximo número) a chamar aos mercenários sem escrúpulos que apoia de «combatentes da liberdade».

Como se os terroristas de fato e gravata que recebe nos salões da Casa Branca deixassem por isso de ser terroristas... ■

Como resultado da política agressiva dos Estados Unidos durante os últimos cinco anos, o povo da Nicarágua pagou um elevado preço: 33 000 pessoas, das quais 1050 crianças com menos de doze anos, foram assassinadas (...). Os prejuízos causados à economia do nosso país são avaliados em 38 milhões de dólares.

(Afirmações do presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, na VIII Cimeira do Movimento dos Não-Alinhados).



costuma negar as suas ligações com os tais grupos privados; uma sinceridade que não pode deixar de fazer pensar nas conexões existentes entre o terrorismo internacional que se diz combater e o terrorismo de Estado que os EUA praticam.

As ligações profundas entre a administração Reagan e os ditos grupos privados que fornecem armas à

O despudor com que um porta-voz da Casa Branca acusou as autoridades sandinistas de aproveitar o caso do avião para a sua campanha contra os EUA «sem respeito pelas vítimas» que daí resultaram, atinge as raias do absurdo. Como se as «vítimas» transportassem flores em vez de armas!!!

Um despudor quase tão grande como o que levou o actual vice-presi-

A confraria

Em Abril de 1985, um relatório elaborado por um grupo de estudo do bloco democrata do Congresso dos EUA identifica alguns dos grupos que ajudam directamente os «contras» da Nicarágua, quer através do fornecimento de material, quer de fundos. Entre eles encontram-se, nomeadamente, a Liga Anticomunista Mundial (World Anti-Communist League, WACL), Air Commando International, Civilian Military Assistance (CMA), os Soldados da Fortuna...

No centro desta complexa rede da «ajuda privada» encontra-se a WACL, cujo ex-presidente, John Singlaub, não tem pejo em garantir ter enviado aos «contras» entre 20 e 30 milhões de dólares.

Os estreitos laços que ligam a rede à administração Reagan tornam por demais evidente que o seu pseudo carácter privado não passa de um artifício para tornar as limitações de ordem legal de tempos a tempos impostas pelo Congresso, bem como para iludir a opinião pública internacional.

Um dos mais destacados artesãos da dita ajuda «humanitária» aos contra-revolucionários nicaraguenses é o tenente-coronel Oliver North, conselheiro do presidente Reagan, adjunto de Robert MacFarlane no tempo em que este era membro do Conselho Nacional da Segurança dos EUA. É conhecida a sua participação num grupo de trabalho sobre a Nicarágua (Inter-Agency Group) juntamente com o general Paul Gorman, o secretário de Estado adjunto Thomas enders e Duane Claridge, chefe da divisão de operações da CIA na América Latina (actualmente colocado na Europa).

A constante colaboração entre Singlaub e North não podia ser mais natural, tantas são as afinidades entre ambos: o general Singlaub, verdadeiro cérebro da estratégia norte-americana no seio da Liga Anticomunista Mundial, foi dirigente da CIA na Coreia, mais tarde chefe dos célebres e tenebrosos «boinas verdes» no Vietname, fazendo actualmente parte da American Security Council — uma das cento e cinquenta organizações ultra-reaccionárias que integram a Coalition for Peace through Strength (Coligação para a Paz).

A sua colaboração estende-se de resto a numerosas organizações, de que vale a pena destacar:

— A «Civilian Military Assistance», uma reconhecida associação de mercenários ao serviço da WACL dirigida a partir do Alabama, nos EUA, por Tom Posey;

— A revista «Soldados da Fortuna», destinada a mercenários e que tem como principal actividade o treino de grupos de guerrilha anticomunista na América Central, dirigida por Robert Brown, um antigo membro das Forças Especiais norte-americanas;

— A «Air Commando Association», com sede na Florida, que agrupa mais de mil e quinhentos antigos membros do exército, da marinha e dos «marines» dos EUA. Sob a direcção do general Harry Aderholt, a organização apresenta-se publicamente com o objectivo de desenvolver um «esforço humanitário em apoio à política do presidente Reagan na América Latina»;

— A «Nicaraguan Refugee Fund», associada da contra-revolucionária Frente Democrática Nicaraguense (FDN), fundada por dois amigos de Reagan: Joseph Coors, da poderosa Heritage Foundation, e Peter Grace, um magnata da finança;

— A «Refugee Relief International», e em cujo conselho de administração figuram os já citados Aderholt e Singlaub.

Uma pequena amostragem, enfim, da grande confraria dos amigos de Ronald Reagan que tanto se empenham na «ajuda humanitária» que alimenta a guerra não declarada à Nicarágua. ■



Sentado ao lado de Reagan, num encontro entre amigos, está Adolfo Colero, chefe de mercenários que actuam nas fronteiras da Nicarágua e membro da Liga Anticomunista Mundial

■ José Paulo Oliveira

Dois escândalos a 80 km de Lisboa

Escola Secundária de Óbidos Uma «história»

Esta é a interessante história de uma escola que tem terreno, instalações, alunos, professores, pessoal administrativo, auxiliar e dos serviços de acção social escolar, guarda para a noite... mas que não conseguiu abrir na data que o sr. ministro queria. Tal como todas as histórias, esta também tem — mas daqui a pouco — o seu «era uma vez».

Por agora, recorde-se que alguns dias antes do «1 de Outubro», o ministro da Educação convocou uma conferência de imprensa para garantir ao País que a esmagadora maioria dos cerca de 343 mil alunos do Preparatório e dos 535 mil do Secundário (estimativas do próprio Ministério) iam mesmo começar as aulas na data oficialmente marcada.

Apenas qualquer coisa como dois por cento (2%) dos estabelecimentos de ensino — segundo previsões do staff de João de Deus Pinheiro — não abririam as suas portas devido a «algumas dificuldades».

Ao mesmo tempo, aproveitando mais uma oportunidade pública para denegrir os trabalhadores do seu sector, o Ministério, através das suas fontes «geralmente bem informadas», atirava nas colunas de certa imprensa boa parte da «batata quente» para os Conselhos Directivos e para os atrasos na elaboração dos horários...

Atenções desviadas para Óbidos

Entretanto, no meio das promessas, das acusações e ameaças (que o digam os Conselhos Directivos!), no meio da pompa e circunstância e de toda a demagogia do Ministério, uma «dura» verdade era confessada à opinião pública, alto e bom som: tudo ia correr sobre rodas a 1 de Outubro (passava-se uma esponja sobre os

graves problemas para que a FEN-PROF vinha alertando), com a excepção da Escola Secundária de Óbidos. Isso mesmo: o sr. ministro desviava as atenções concentradas, por exemplo, na Grande Lisboa (nomeadamente Cacém/Sintra/Amadora/Queluz, distrito de Setúbal) e no próprio Alentejo, para a pacata e bela vila de Óbidos, que na altura viu e ouviu o seu nome com insistência na Comunicação Social.

Desta vez não se acusavam os Conselhos Directivos ou a Federação Nacional de Professores de má vontade... Nem se davam, tão pouco, os pormenores de uma das «poucas dificuldades» — esta de ordem «técnica» — que ia apouquentar a abertura das actividades lectivas.

História mal contada («era uma vez...»)

Para os jornalistas mais atentos às manobras do Ministério da Educação, a «história» de Óbidos desde logo cheirou a esturro... Era, de facto, uma

mal contada

... onde até entra um personagem que diz ser «os olhos e os ouvidos do sr. ministro da Educação»

história muito mal contada. Nós vamos contá-la:

Era uma vez um empreiteiro que aceitou fazer uma escola de ensino oficial. Começou os trabalhos e tratou logo de dar algumas subempreitadas...

As obras começaram a atrasar-se. Os salários deixaram de ser pagos aos trabalhadores da obra. Toda a gente se ia apercebendo que algo ia mal na nova escola de Óbidos.

Só o Ministério — que, como se vê, escolhe sempre empreiteiros idóneos! — parecia nada saber sobre o andamento da construção, entretanto envolvida por alguns episódios dignos

de registo. Como o do subempreiteiro da parte eléctrica da obra, que, face ao atraso no pagamento do seu trabalho, não foi de modas e acabou por arrancar toda a instalação.

Tão desastrosos como o empreiteiro-geral esteve o Ministério nesta história de Óbidos. Com efeito, os seus serviços não informaram oficialmente em devido tempo a Escola Secundária de Caldas para que esta não aceitasse as inscrições dos alunos da vizinha Óbidos, uma vez que neste ano lectivo de 1986/87 (o tal em que tudo seria uma «festa», como disseram os responsáveis do ME) a deslocação daqueles alunos para a cidade de Caldas já não seria necessária com a nova construção.

As ordens ministeriais vieram muito tarde. Mesmo assim, acabaram por ser anuladas as inscrições, perante a estupefacção completa dos alunos e das suas famílias, que, naturalmente, não acreditavam na construção, a tempo e horas, da Escola Secundária de Óbidos... e tinham razão, como se vê ainda hoje.

A situação originou que alguns familiares de jovens alunos de Óbidos tenham avançado para os atestados de residência falsos, tendo em conta que as inscrições para a frequência do ensino secundário em Caldas só funcionavam para alunos deste concelho.

Cabeças a rolar

Tão desastrosos como o empreiteiro-geral, o Ministério de Deus Pinheiro acabou por enviar um dos seus directores a Óbidos, onde garantiu solenemente que era — passamos a citar — «os olhos e os ouvidos do sr. ministro». De dedo em riste, afirmou mesmo que os serviços competentes do Ministério e o próprio ministro não estavam a ser informados com rigor, que havia, portanto, sabotagem e boicote.

Enfim, em Óbidos, os homens de Deus Pinheiro deram o tom: algumas cabeças iam (ou vão) rolar no Ministério da 5 de Outubro.

Já se chamou Audio Magnética. Hoje dá pelo nome de Euroaudio. Instalada em 1972, chegou a ter mais de 800 trabalhadores. Hoje conta apenas 150. Localiza-se no concelho das Caldas da Rainha, na estrada para Óbidos, e podia ser uma florescente unidade industrial na área de produção de cassetes e fita magnética, apontada ao mercado internacional.

Em vez disso tomou a dianteira (a par de outros casos por esse país fora), no escândalo nacional dos salários em atraso: já lá vão 28 meses...

Em passagem pelo distrito de Leiria — e a escassos quilómetros da Escola Secundária de Óbidos, cuja «história» também tentamos descrever nesta edição do «Avante!» — a nossa reportagem colheu alguns elementos sobre a situação da empresa, em contacto estreito com um dos elementos da sua Comissão Sindical, que em comunicado dirigido recentemente aos trabalhadores e à população alertava para «o perigo da Euroaudio vir a ser, a curto prazo, desmantelada e esbulhada de parte importante do seu parque de máquinas, dando origem a novas fábricas fora do concelho das Caldas da Rainha, para proveito somente de alguns e em prejuízo da grande maioria dos seus actuais 150 trabalhadores».

«Quando trabalha dá dinheiro»

Filial de uma multinacional norte-americana com sede em Los Angeles (esta era pelo menos a situação quando arrancou em 1972), a empresa vive uma grande instabilidade desde 1977, tendo então estado parada meio ano, situação que viria a repetir-se em 1979.

Entretanto, a 25 de Novembro de 1980 o administrador americano, William Otsen, abandona a empresa, cujo dono, Isadore PhiloSophie, passará a procuração para a sua venda simbólica ao antigo técnico de finanças, António Marques Pimentel.

Em 1981, a empresa esteve todo o ano sem actividade. Em 1982 e 83 funcionou a meio gás e, após uma melhoria registada em 84/85, voltou a paralisar durante todo este ano de 1986. É à administração e ao Governo que cabe a responsabilidade por todos estes períodos de paragem.

Como nos dizia o delegado sindical que contactámos, a empresa «quando trabalha dá dinheiro». Mas não para pagar os salários dos trabalhadores, dos quais mais de dois terços são mulheres na casa dos 40, 50 anos, para quem a procura de um novo emprego não é fácil.

Governo sacode a água do capote

Como refere a Comissão Sindical, «embora por duas vezes os trabalhadores tenham estado em situação idêntica à actual, e tenham com a sua luta conseguido o recomeço da laboração e do pagamento de salários, a verdade é que o alheamento puro e simples do(s) Governo(s), que não acatou os interesses do Estado,

EUROAUDIO (Caldas da Rainha)

28 meses de salários em atraso!

los sucessivos governos que foram caindo pela exigência da luta popular nos últimos anos, o delegado sindical sublinhou que tem havido apenas um mero «acompanhamento» da situação, sem intervenção. «Os organismos oficiais chegaram a enviar subsídios mas apenas para a administração se livrar de trabalhadores», esclama

rece o activista sindical, que denuncia a cobertura do Banco Totta e Açores às manobras da administração, recordando que em 1984/85 aquela instituição (Banca nacionalizada!) cativava 50 por cento do valor das encomendas, o que provocou um autêntico bloqueio financeiro.

Ainda recentemente, a Comissão



Desde 1977 a viver uma situação de grande instabilidade, a Euroaudio corre o risco de vir a ser a curto prazo desmantelada e esbulhada de parte importante do seu parque de máquinas

A quem serve o desmantelamento da empresa e a venda de máquinas?

Ao progressivo agravamento da situação e bloqueamento financeiro por parte do Banco Totta & Açores, também responsável pela presente situação, acresce agora o perigo da EUROAUDIO vir a ser, a curto prazo, desmantelada e esbulhada de parte importante do seu parque de máquinas, dando origem a «novas» fábricas fora do concelho das Caldas, para proveito somente de alguns e prejuízo da grande maioria dos seus actuais 150 trabalhadores.

Como exemplo, a secção de moldes para plásticos da EUROAUDIO foi desviada no princípio de 1984 para Pataias, argumentando a administração que, aqui, centro fabril de moldes, seria mais fácil a obtenção de encomendas, e assim, maior rentabilidade desta secção o que contribuiria para o saneamento financeiro da EUROAUDIO.

Tal, porém, não veio a suceder, pois embora as máquinas de moldes instaladas em Pataias, continuem a pertencer à EUROAUDIO, e os salários do pessoal de Pataias tenham sido pagos pela EUROAUDIO também, até Setembro de 1985, esta empresa não recebeu de Pataias outra contrapartida que não fossem as

normais reparações de moldes!... Para cúmulo, consta haver agora a provável intenção de passar a propriedade das máquinas para a «nova» empresa SOCINJECTA, abusivamente formada em Pataias, pelos mesmos três sócios da EUROAUDIO, srs. António Marques Pimentel, Jorge Maças e José Filipe.

Como se isto fosse pouco, também as melhores máquinas de injeção de plásticos estão em vias de levar descaminho!

Por processos habilidosos, a primeira máquina vai já à praça a 15 de Outubro, onde poderá ser adquirida por preço muito inferior ao do seu justo valor. Interessados em comprá-la parece já haver... e na EUROAUDIO, alguns mais bem colocados, acreditam em promessas de sociedade dentro dos «arranjinhos» cozinhados há largos meses na obscuridade e em súrdina, à margem do conhecimento da grande maioria dos trabalhadores, que continuam sem saber qual o destino que lhes está reservado. ■

(De um recente comunicado da Comissão Sindical da empresa dirigido aos trabalhadores e à população em geral).



Uma luta que se prolonga há oito anos em defesa da empresa, do direito ao trabalho e ao salário. Na foto, conferência de imprensa da comissão de trabalhadores em 1981

sindical da empresa acusava o Totta e Açores, «principal credor, em cerca de 600 mil contos, e conhecedor do que se passa», de manter «total passividade perante o evoluir da situação».

Também a par da situação está o Governo (Ministérios do Trabalho e das Finanças). Na passada semana, os trabalhadores ainda aguardavam uma resposta oficial ao processo, já concluído, e desencadeado ao abrigo da Lei 17/86 (salários em atraso).

A empresa é rentável

Uma coisa é certa: apesar de todos os boicotes e de todas as manobras, apesar do milhão de contos de dívidas (600 mil ao BTA — dívida e encargos respectivos, e o restante aos trabalhadores e à Previdência), a empresa é rentável e, numa base de seriedade, competência, responsabilidade e dinamismo, «mantendo os vastos recursos que possui para a sua recuperação», poderia constituir

um polo de desenvolvimento no concelho e na região, com repercussões na própria economia nacional.

Retomando recentes declarações da Comissão Sindical da empresa, o Governo, ao não viabilizar a Euroaudio, prejudica a economia nacional «pela prolongada paralisação de uma empresa que ainda o ano passado fazia entrar no País centenas de milhares de contos, em divisas, e que ainda agora possui encomendas, de acordo com informações da administração».

Prejudicada é também a economia local, onde todos os meses os trabalhadores da Euroaudio deixavam milhares de contos, principalmente nos estabelecimentos comerciais de Caldas da Rainha.

Prejudicados são também, naturalmente, os trabalhadores que não recebem salário e que, com a demora na viabilização da Euroaudio, maiores serão os seus sacrifícios para a recuperação e relançar.

Oito anos de luta

Conscientes dos problemas, os trabalhadores da Euroaudio têm uma experiência de luta e de acção que vai já em 8 anos.

E, tal como têm feito ao longo deste duro processo (concentrações, manifestações, deslocação de trabalhadores a organismos oficiais, informação da opinião pública, conferências de imprensa, plenários, reuniões, distribuição de comunicados, etc.), sabem que não vão ter facilmente uma resposta digna e coerente aos seus problemas e aos da empresa.

Mas a luta é justa e tem objectivos muito concretos: direito ao trabalho e ao salário, direito a uma vida digna, defesa de uma empresa contra a acção destruidora de quantos até aqui apenas mostraram «competência» para a afundar, faltando sempre aos compromissos assumidos e que nenhuma credibilidade hoje merecem, como sublinha a C. Sindical.

Pela sua parte, os trabalhadores não cruzam os braços e quinquenalmente reúnem nas instalações da empresa para debater e decidir a sua luta. ■



Quando abrirá a Escola Secundária de Óbidos? (foto obtida na última sexta-feira)

Conferência do PCP

«A Emancipação da Mulher no Portugal de Abril»

Está em distribuição — e já em debate nas organizações do Partido — o Documento-base (1) para a Conferência de âmbito nacional que o PCP vai levar a efeito no dia 15 do próximo mês de Novembro, no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, sobre a Emancipação da Mulher no Portugal de Abril.

Como o próprio nome atribuído à Conferência indica, vai tratar-se de um debate concreto sobre problemas concretos, longe portanto da divagação e da especulação, procurando situar logo à partida as questões a tratar — as da Emancipação da Mulher no Portugal de Abril —, procurando que o resultado desta iniciativa constitua um importante contributo à causa da emancipação da mulher «ultrapassando em muito as fileiras do Partido». Conforme o Documento-base salienta, a Conferência deverá constituir também uma «importante contribuição para a tomada de consciência por todo o Partido dos problemas existentes, da sua importância, da necessidade de lhes dar atenção e de promover a acção correspondente».

Natural será que, sendo esta uma iniciativa do PCP — «nenhum outro partido revelou capacidade e a coragem para discutir com frontalidade e verdade os problemas das mulheres», como sublinha ainda o documento —, a visão do processo de emancipação da mulher seja observado à luz das leis objectivas do desenvolvimento da sociedade: «Para os comunistas, o processo de emancipação da mulher é inseparável da luta de classes e das transformações económicas e sociais que a luta revolucionária introduz na sociedade.»

O documento, em debate nas organizações do Partido põe à discussão uma série de temas, procurando aprofundá-los de modo a que a Conferência possa vir a ser, também, um importante contributo para o reforço da luta em defesa de Portugal de Abril. Logo na introdução, aliás, se chama a atenção para o facto da participação activa e corajosa das mulheres portuguesas na luta reivindicativa, económica e social, na defesa das liberdades, pelo direito ao trabalho, pela Reforma Agrária, pelas nacionalizações — pelas conquistas de Abril que «abriram caminho capaz de levar à liquidação das discriminações que atingem as mulheres».

Começando por traçar na generalidade o quadro histórico da luta pela emancipação da mulher, como parte integrante da luta de libertação dos trabalhadores e dos povos, o documento aborda, no segundo capítulo, o processo de emancipação das mulheres em Portugal e, no terceiro, o papel do PCP, desde a sua fundação nesse processo, não se limitando a apontar perspectivas, antes levando a cabo a luta em defesa dos interesses e direitos das mulheres, fazendo-se seguidamente, de modo geral, a história da luta das mulheres em Portugal antes de Abril.

É com o 25 de Abril que o quadro se altera profundamente, entretanto. Entre as grandes conquistas alcançadas pelo nosso povo com a Revolução do 25 de Abril encontram-se os direitos das mulheres, afirma-se no início do capítulo V que, a dado passo, adverte: «Mas a experiência destes 12 anos demonstra que não basta que a lei estabeleça os direitos da mulher na sociedade, na família, no trabalho, para que de imediato passem a vigorar na vida.»

A situação social ocupa a maior parte dos restantes capítulos, analisando-se nomeadamente as consequências negativas para os direitos da mulher, da ofensiva contra-revolucionária; a mulher e o trabalho; a mulher e a família; a mulher na vida política e social.

A emancipação das mulheres e a mudança das mentalidades é o tema do X capítulo do documento, chamando-se aí a atenção para a luta pelo respeito da dignidade da mulher e contra as ideias e práticas: que a ferem. Luta emancipadora que «terá tanto mais êxito», quanto mais sólidas e coerentes forem as suas bases orgânicas — diz-se no capítulo XI. No seguinte — a mulher no PCP — analisa-se o importante papel que ao longo da história do Partido as mulheres desempenharam, a evolução positiva que os números mostram no que respeita à participação, a todos os níveis, de camaradas mulheres na organização, as insuficiências que ainda se verificam.

O capítulo final encerra com os objectivos e tarefas nos planos da acção política e da actividade de massas; das organizações e movimentos unitários; no plano da organização, quadros e Direcção do Partido e, por fim, no plano ideológico.

Documento-base para debate no Partido, aguarda que os militantes, mulheres e homens, se empenhem na sua discussão, com vista a que a Conferência venha a ser uma importante contribuição para a luta emancipadora da mulher portuguesa. ■

ERRATA

(1) Alguns exemplares impressos do Documento-base da Conferência do PCP sobre «A Emancipação da Mulher no Portugal de Abril», aprovado na reunião do Comité Central realizada em 6 e 7 de Outubro, contêm algumas gralhas que prejudicam a leitura e podem induzir em erro.

Assim, na página 16, na 2.ª coluna, na 4.ª linha a seguir a «que rejeitam a» deve intercalar-se a palavra «própria».

Na mesma página e coluna, na 7.ª linha, em vez de «permanência e instabilidade», deve ler-se «permanente instabilidade».

Na mesma página e coluna, estão várias linhas a mais: deve-se cortar todo o texto desde a 8.ª linha (começando em «fazem parte») até à 18.ª linha (até «sexual»).

Na maior parte dos exemplares impressos estas gralhas foram eliminadas. Chama-se no entanto a atenção dos camaradas para emendarem os erros aqui apontados.

■ **Silva Carvalho**

As novas tecnologias e o emprego

O impacto das novas tecnologias no emprego provoca uma preocupação generalizada entre os trabalhadores. Máquinas aperfeiçoadas podem substituir a actividade de muitos trabalhadores; robots efectuem as funções de operários, inclusivamente com alto grau de qualificação; computadores realizam as tarefas de vários trabalhadores, de forma mais rápida e mais perfeita, quer na gestão das empresas, quer em projectos de engenharia ou mesmo supervisionando instalações industriais complexas.

Ao por-se a questão do impacto das novas tecnologias no emprego devemos contudo considerar que há a questão das novas tecnologias e a questão do emprego; não porque sejam assuntos separados mas porque não estão directamente ligados.

O fundo do problema do emprego, tal como o fundo do problema da tecnologia, são da esfera política. Posto isto digamos que, se queremos abordar a questão do emprego (ou do desemprego) e a questão das novas tecnologias (ou melhor, do desenvolvimento tecnológico), será melhor deixar a tecnocracia de parte.

A primeira vista parece que a questão do emprego não se deveria pôr em Portugal, isto se avaliarmos as necessidades do País, na agricultura, nas pescas, na indústria, em infra-estruturas, etc. Então, porquê a falta de empregos? Bem, pela mesma razão que há ferro em Moncorvo, pirites no Alentejo, um imenso potencial agrícola e energético no Alqueva, minérios não-ferrosos, etc., por aproveitar.

Isto é, o problema do emprego está directamente ligado com a estratégia de desenvolvimento económico e com as medidas que de uma forma planificada forem tomadas para aumentar a produção e a produtividade e criarem postos de trabalho.

Quanto ao papel das novas tecnologias no desenvolvimento económico e na criação de emprego, não há que ser optimista nem pessimista. As novas tecnologias não vão só por si resolver

os problemas da sociedade (ou, se eliminam uns, criam outros talvez mais complexos) nem gerar o caos e desencadear crises insuperáveis.

É claro que as novas tecnologias não eliminam as contradições do modo de produção capitalista e não são garantia contra o desemprego dos que as dominam.

Por exemplo, nos EUA em 1985 houve 40 000 despedimentos só no sector da informática e electrónica.

A direita, ao mesmo tempo que demagogicamente procura mostrar-se como impulsionadora das novas tecnologias sob conceitos nebulosos como a «modernidade», «mudança», «3.ª Revolução Industrial», prometendo (e nunca cumprindo) empregos para os jovens, na prática limita-se a importar de forma inaudita as tecnologias tornadas disponíveis pelas multinacionais e aspira ao investimento estrangeiro para fabricação ou montagem de partes e componentes, sem assimilação tecnológica. Além disto, a direita não esconde a sua admiração pelos (fracassados) modelos económicos de Singapura, Hong-Kong ou Tailândia, que se baseiam na atracção do investimento estrangeiro, para aproveitamento de mão-de-obra barata e praticamente sem direitos.

Indústria nacional não está preparada

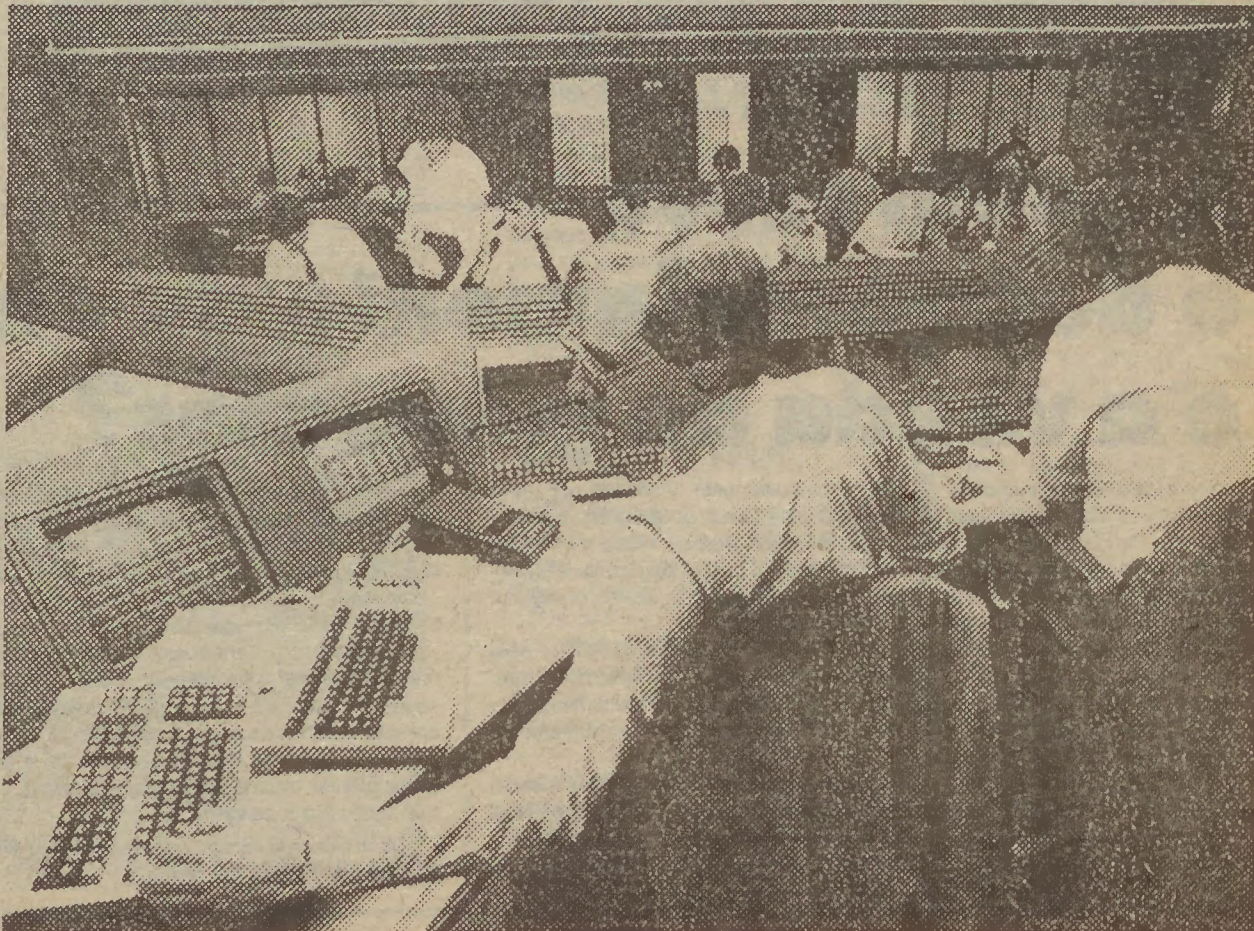
As novas tecnologias são tecnologias actuais. Isto não quer dizer, como

alguns pretendem, que tudo se resume às chamadas novas tecnologias. O problema põe-se, primeiro: entre a necessidade e as potencialidades do nosso país relativamente às tecnologias mais recentes; segundo: na necessidade de dominar tecnologias já divulgadas e mesmo banalizadas, para poder assimilar e desenvolver as novas tecnologias.

Torna-se claro que o desenvolvimento tecnológico deve ter coerentemente o objectivo de dominar as técnicas mais recentes, sem repetir estádios ultrapassados ou apontar para o desenvolvimento de tecnologias tornadas obsoletas. Do mesmo modo, o potencial tecnológico do País tem de ser definido em relação à capacidade de assimilar, adaptar e desenvolver as técnicas e não limitando-nos à apreciação dos equipamentos utilizados que, embora possam ser muito evoluídos, podem ter sido importados sem mesmo se dominar os critérios que levaram à sua escolha.

A adopção de novas tecnologias não dispensa o conhecimento de outras técnicas que não cabem naquela designação. Muito pelo contrário. Por exemplo, a fabricação de um robot implica nomeadamente vastos conhecimentos de electromecânica e a sua utilização necessita antes de mais de um profundo conhecimento do processo produtivo no qual o robot vai ser inserido.

Consideremos, como exemplo, uma instalação de armazenamento de produtos sólidos (por exemplo, cereais, cimento ou carvão). Para realizar este empreendimento, são necessários conhecimentos de construção civil, engenharia mecânica e eléctrica e ainda do processo, ou seja, o modo como a instalação deve funcionar em função das características dos materiais e objectivos pretendidos. A instalação pode ser conduzida com maior ou menor grau de automação, eventualmente utilizando





um computador. Contudo, é necessário conhecer o modo de funcionamento da instalação, sem o que não é possível especificar ao especialista de informática (programador) o que tem de fazer.

Um especialista em *robots* (ou em laser) não será normalmente um especialista em soldadura ou no corte de determinados materiais. Um especialista em biotecnologia necessita que outras especialidades de engenharia (civil, mecânica, electricidade, química) definam as características construtivas do seu projecto, o instalem e ponham a funcionar.

Isto passa-se quer falemos das indústrias químicas, das agro alimentares, das indústrias da floresta, da construção naval, da cerâmica, do vidro, etc. Em qualquer indústria as novas tecnologias têm aplicação, sem contudo dispensarem os conhecimentos de outras áreas.

De uma forma geral as empresas nacionais, e particularmente as PME, não dominam os processos produtivos, o que, em termos de desenvolvimento tecnológico, significa não ser capaz de introduzir melhorias ou inovações nesses mesmos processos.

A modernização destas empresas implica, portanto, que se defina o que deve ser feito e como. Poder-se-á recorrer aos serviços de uma empresa estrangeira e importar os equipamentos necessários, porém, nestas circunstâncias, o aumento da produtividade não conduz a um aumento dos postos de trabalho e da produção nacional e dificilmente se pode falar em desenvolvimento tecnológico dado que a transferência de tecnologia será muito limitada.

Além disto, uma empresa ao adoptar tecnologias actualizadas passa a ter necessidade de trabalhadores altamente qualificados, entre outros aspectos para a programação e condução dos equipamentos, manutenção e controlo da qualidade impecáveis, gestão planificada, etc.

Isto é, a difusão de tecnologias mais actuais na generalidade das empresas nacionais, necessita de um corpo técnico que estas não possuem. De modo idêntico a indústria nacional não está neste momento preparada para fornecer a maior parte dos conhecimentos e equipamentos necessários à adopção de novas tecnologias.

Ora, o facto de ser necessário e urgente o desenvolvimento tecnológico, do qual o domínio das chamadas novas tecnologias é um aspecto, não significa que se deva promover a sua implantação no sistema produtivo de forma acrítica.

Assim, por um lado é necessário que o desenvolvimento tecnológico se faça de forma harmoniosa, isto é, que a melhoria de umas empresas não resulte no desperdício de recursos humanos e materiais, ou seja, em falências e em desemprego. Para este efeito é necessário tomar medidas, no âmbito do Plano Económico para a melhoria do sistema produtivo no seu conjunto. Certamente que as medidas a tomar serão diferentes conforme as empresas, os sectores, as regiões, porém é fundamental assegurar dois objectivos: o máximo de difusão tecnológica e o mínimo de desequilíbrios, que viriam agravar as já complexas distorções existentes.

Há também razões ligadas aos recursos humanos e financeiros que impedem, neste momento, uma implantação generalizada das chamadas novas tecnologias no nosso país, que não possui o potencial técnico e financeiro para um tal objectivo. Note-se ainda que, medidas, concessões especiais, etc., tomadas isoladamente numa ou noutra empresa privilegiando o grande capital e as multinacionais, apenas restringiriam a difusão tecnológica e agravariam as distorções económicas e sociais. É, pois, urgente criar as condições para o desenvolvimento económico e tecnológico (um não existe sem o outro) passando do habitual verbalismo da direita para a mobilização dos trabalhadores em torno destas tarefas.

● aproveitamento dos recursos humanos

Com as novas tecnologias pode dizer-se que algumas profissões têm tendência a desaparecer ou a ter um conteúdo diferente. Já no passado assim foi, como são exemplo algumas profissões que passaram para o campo do artesanato. Assim, os *robots*, as

máquinas de comando numérico, as máquinas programáveis, os computadores aplicados no escritório ou na produção, substituem soldadores, montadores, pintores, serralheiros de precisão, operadores fabris, empregados de escritório, etc.

Para a operação das máquinas mais evoluídas é necessário uma formação equivalente a bacharel; para o controlo e manutenção dos *robots*, máquinas-ferramentas programáveis, para a realização de peças complexas com alto grau de exigências, segundo modelos, planos e instruções rigorosas, para a manutenção de equipamentos sofisticados, para a interpretação de normas e de especificações de qualidade, etc., os operários são cada vez mais técnicos fabris de elevada qualificação, sendo a condução de muitas operações confiada a licenciados.

Os novos conceitos no domínio da produção, a necessidade de aumentar de forma acelerada a produção e a produtividade, obriga a dedicar atenção e a ocupar técnicos especializados no estudo dos métodos de trabalho, dos novos produtos, das novas técnicas, da gestão de qualidade, etc. A melhoria da organização das em-

presas e o próprio mercado, obrigam a que nos serviços de compras e de vendas participem técnicos qualificados; a melhoria da qualidade obriga ao estabelecimento de laboratórios na recepção de materiais, adopção de especificações regulamentares e grande número de ensaios parciais e finais. Do mesmo modo nos situaríamos se abordássemos o sector administrativo e financeiro, em particular a necessidade de reduzir encargos financeiros (volume dos «em curso», armazens, etc.).

O desenvolvimento tecnológico exige não só o substancial aumento do número de técnicos dedicados à I, D & D (Investigação, Desenvolvimento e Demonstração) mas nas empresas novas funções profissionais e um crescente número de trabalhadores com alto grau de qualificação.

Abrem-se assim amplas perspectivas principalmente para os jovens, se a sua formação escolar tiver em conta as necessidades do desenvolvimento do País e se aquela for completada com formação profissional posterior. Embora algumas profissões passem a ter conteúdo diferente, podemos dizer que a experiência é insubstituível e,

pensamos, que o desenvolvimento tecnológico não poderá menosprezar os conhecimentos adquiridos pelos trabalhadores que ocupam os actuais postos de trabalho.

O desenvolvimento tecnológico pode fazer-se (e terá de fazer-se) com o pleno aproveitamento dos recursos humanos ou seja das capacidades dos trabalhadores portugueses.

Sem dúvida que a utilização de novas tecnologias torna disponível parte dos trabalhadores existentes, por exemplo, numa dada empresa. Os que continuam terão de ser sujeitos a cursos de formação profissional adequada por forma a poderem actuar nos novos postos de trabalho.

Dos que ficam disponíveis, uma parte estará próxima da reforma, cuja idade poderá ser antecipada; aos restantes deverão ser oferecidas alternativas, sendo necessário para este efeito a existência de centros de orientação, formação, detecção de oportunidades, apoios, etc. As alternativas ao emprego anterior passam pela formação para outras actividades, reclassificação, transferência para outros sectores ou empresas mantendo os direitos anteriormente adquiridos, apoio para o arranque de nova actividade que o trabalhador pretenda, etc.

Há ainda os jovens que chegam ao primeiro emprego. Neste caso a situação será grave se não possuírem formação actualizada e adequada às necessidades do País.

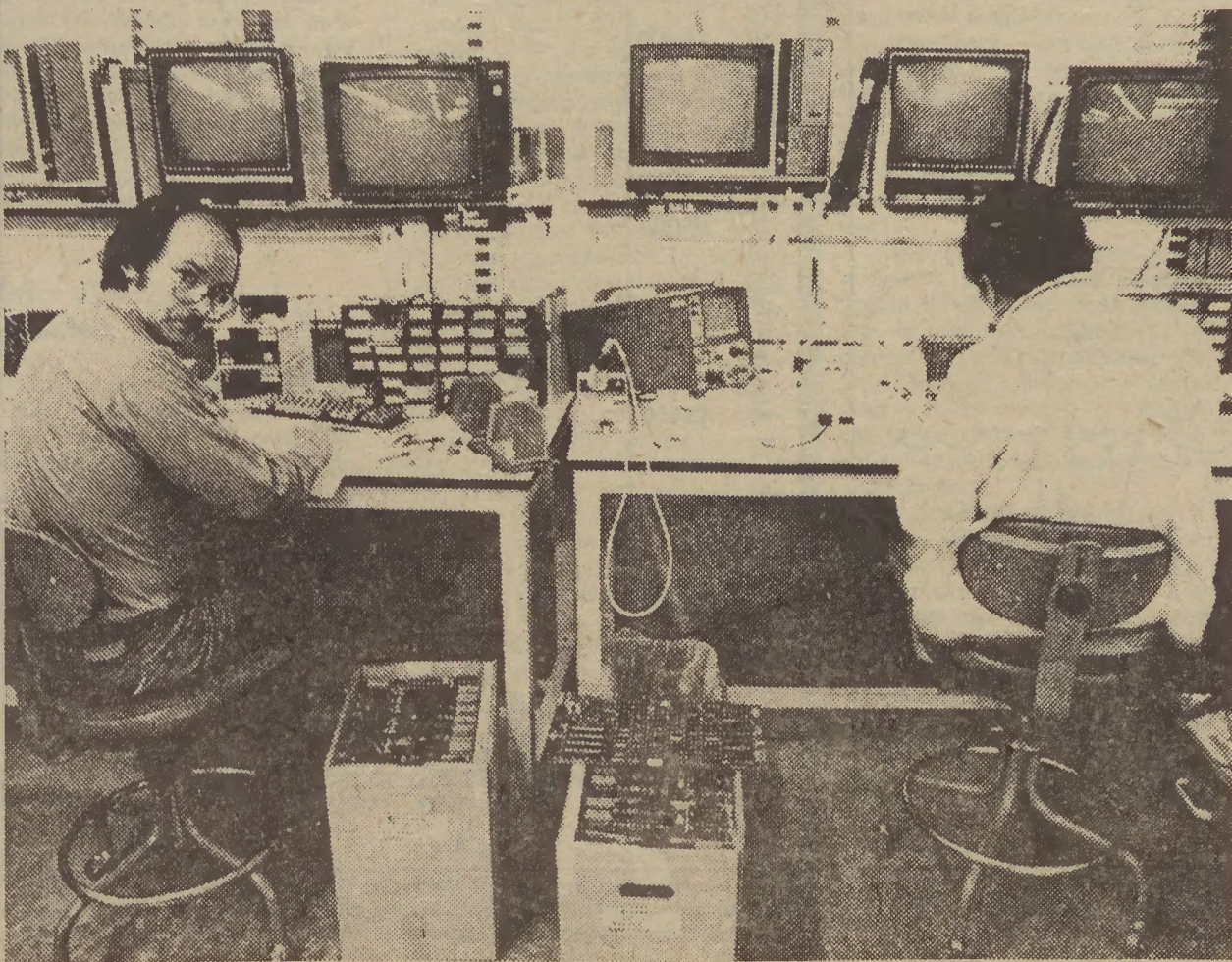
O que é preocupante do ponto de vista do emprego, é não serem tomadas medidas para o desenvolvimento tecnológico do País, é pretender entregar ao patronato a condução do desenvolvimento económico e tecnológico, é pretender pela lei dos despedimentos deixar ao arbítrio e à competência (ou incompetência) do patronato a manutenção dos postos de trabalho, é considerar grave pecado a intervenção do Estado na direcção da economia, salvo se for para a concessão de benesses e entrega de dinheiros públicos.

Finalmente podemos dizer que não é a tecnologia que provoca o desemprego, mas é a política de submissão ao grande capital e a falta de desenvolvimento tecnológico que impede a criação de postos de trabalho.

A difusão das novas tecnologias tem de se integrar numa estratégia de desenvolvimento económico e tecnológico que consagre as seguintes condições: defesa dos interesses nacionais, aumento da produção segundo as necessidades sociais, planificação económica democrática, com a participação dos trabalhadores e garantindo os seus direitos.

Haverá sem dúvida quem considere que não são realistas as medidas e os objectivos atrás propostos. Tal não seria possível por várias razões, primeiro: os ideólogos do chamado «mundo livre» assim o dizem; segundo: os países «nossos amigos» não o conseguem; terceiro: todos eles juntos mais o FMI não deixariam.

Porém, para além do que atrás ficou exposto, refira-se que há outros ideólogos, há outros países que o conseguem e cujos laços de amizade e cooperação deveríamos reforçar e já é tempo de também o nosso país mostrar ao FMI que a soberania nacional é para ser respeitada. ■



POLÍGONO DO NEVADA

UMA HISTÓRIA EXEMPLAR

Há cerca de quinze dias, a 1 de Outubro, Carl Sagan foi preso no deserto do Nevada, com outros manifestantes que protestavam contra mais um ensaio nuclear, na esteira dos muitos que se têm vindo a efectuar neste polígono de ensaios norte-americano.

Carl Sagan, cientista norte-americano, não é um desconhecido. De par da diversificada literatura sua traduzida em português, Sagan ficou conhecido entre nós pelo admirável programa televisivo, *Cosmos*, que nos levou pela mão às profundezas do Universo, também para melhor conhecer e apreciar este pequeno planeta Terra, de que somos os responsáveis. Particularmente no momento em que temos entre mãos o terrível poder de decidir da morte, ou de um novo salto qualitativo da vida.

Um poder que Sagan bem conhece. Como cientista. E como ser humano esclarecido. Que sabe (e esclarece, e divulga) dos grandes perigos que defrontamos. E que por isso participa na grande batalha pela Paz que nos é comum.

A detenção do professor de Astronomia e Ciências Espaciais e director do Laboratório de Estudos Espaciais da Universidade de Cornell, que no seu próprio país foi galardoado com a distinção Joseph Priesley «por uma contribuição distinta para o bem-estar da humanidade» — surge como um símbolo de uma política suicidiária.

Washington recusa ouvir os mais destacados cientistas dos próprios EUA. Pretende ignorar — e vai até à repressão — o que hoje são dados científicos, fruto de profunda investigação, independente das opções ideológicas dos que a este trabalho se dedicam. Como pretende ignorar um crescente movimento de massas e de povos pela opção única — o desarmamento.

Haverá prova mais palpável de como o Pentágono e a Casa Branca andam ao arrepio da realidade objectiva?

Mas deixemos falar Sagan.

A palavra a Sagan

Estamos na véspera do dia de Todos-os-Santos que precede o ano de 1984 e, quem me dera, com toda a sinceridade, que o que lhes vou contar não passasse de uma história de almas penadas, ou de qualquer coisa inventada para meter medo às criancinhas durante o dia. Lamentavelmente não se trata de um conto. A nossa recente investigação pôs a descoberto o facto surpreendente de uma guerra nuclear poder trazer no seu rasto uma catástrofe a que chamámos «Inverno Nuclear» e que não tem precedentes, desde que os homens tomaram conta da Terra.

Foi accidentalmente que tropeçámos com estes resultados, andando às voltas e em virtude de uma daquelas circunstâncias comuns em Ciência, quando, apreciando-se algo apenas pelo seu interesse intelectual, se chega a conclusões de es-

pantosa utilidade prática. Para mim isso começou em 1971, com a exploração, pelo 'Mariner 9', do planeta Marte.

Com estas palavras se inicia a comunicação de Sagan à conferência «O Mundo após uma guerra nuclear, suas consequências biológicas a longo prazo», iniciada em 31 de Outubro de 1983 no Hotel Sheraton de Washington, com a participação directa de 500 pessoas, e que incluiu uma ligação por satélite com Moscovo, ganhando assim a amplitude de um grande encontro científico internacional.

Um grande encontro em que houve significativo consenso, no plano científico, e no plano da necessidade sentida da luta pela paz. Como foi sublinhado então, em Washington, pelo secretário científico da Academia de Ciências da URSS, Skryabin, «por um lado sente-se a imensa preocupação existente a propósito da tragédia que encaramos, que paira sobre todos nós, crianças, velhos, mulheres, toda a vida na Terra. Por outro há ainda algo de muito agradável nesta confe-

rência: o facto de os grandes cientistas aqui, os nossos colegas americanos e os cientistas soviéticos, terem chegado a um consenso. Estão unidos pela ideia de que não deve haver qualquer guerra nuclear, que significaria um desastre e a morte da Humanidade».

A conferência demonstrou que toda a investigação científica — desenvolvida de forma não coordenada — conflui para as mesmas conclusões. Os factos são claros. Terrivelmente claros. Vamos conhecer uma pequena síntese das consequências de uma guerra nuclear, através de extractos da comunicação de Sagan.

Para que mais clara seja a nossa consciência das razões de um combate.

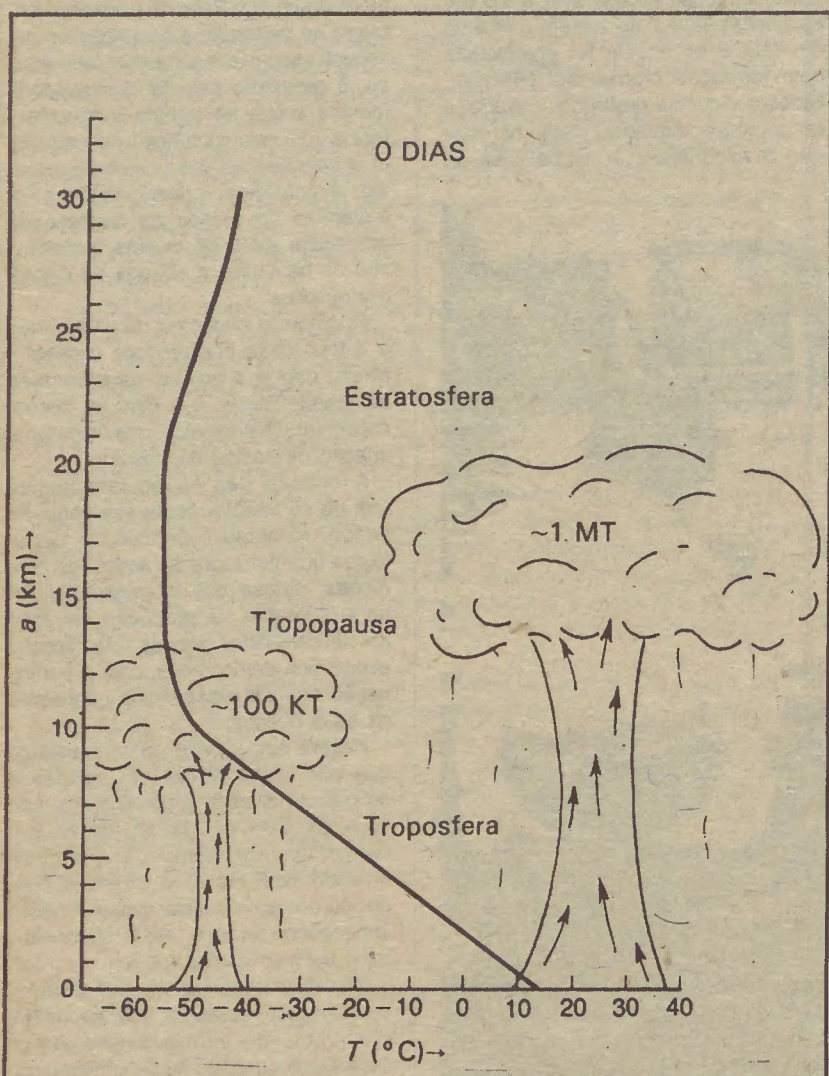
E também mais evidentes os perigos da agressiva política de avestruz dos representantes do complexo militar-industrial, hoje com assento em Washington.

● Inverno nuclear

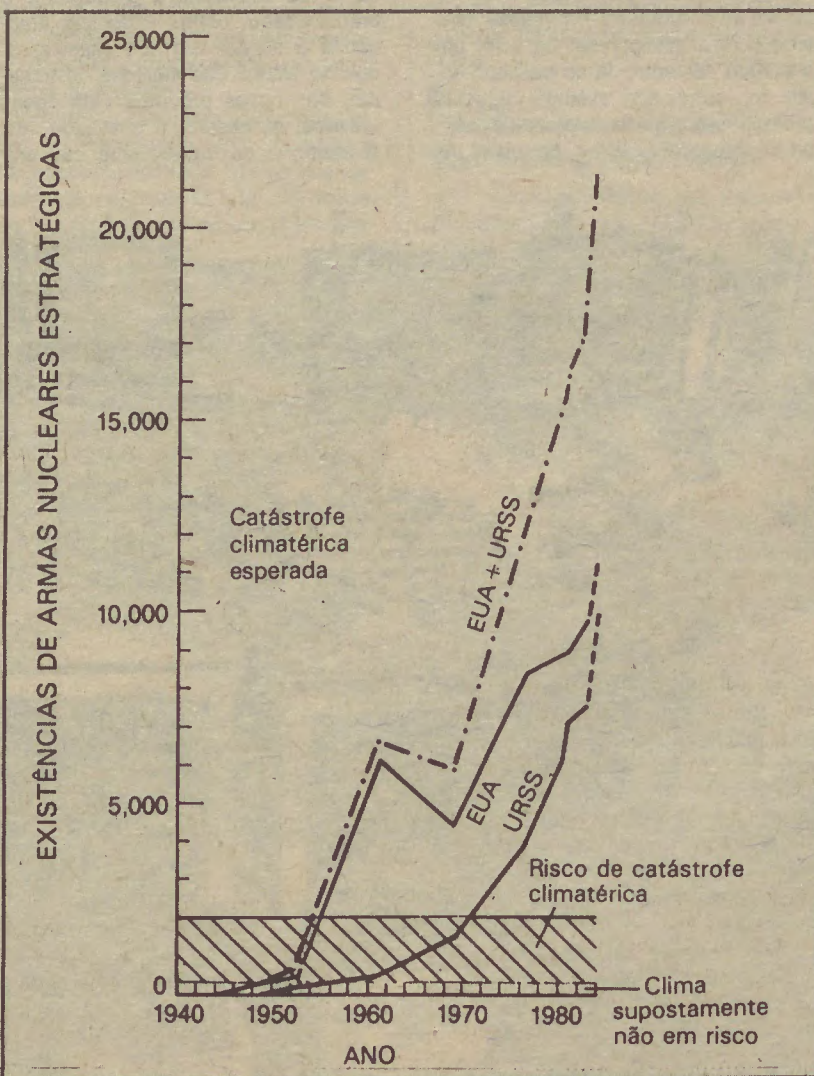
«Estimativas recentes quanto a mortes nos primeiros momentos por explosão, sopro, radiação imediata e incêndios, numa troca de salvos em que grandes cidades não sejam poupadas, falam-nos de algo entre várias centenas de milhões e (em conformidade com um estudo da organização Mundial de Saúde que considerou a não restrição de alvos em todos os países da NATO e do Pacto de Varsóvia) mil e cem milhões de pessoas. É, deste modo, possível que algo próximo de metade da população humana do planeta seja eliminada ou gravemente atingida pelos efeitos directos de uma guerra nuclear. A ruptura social, a falta de electricidade, combustíveis, transportes, abastecimentos, alimentos, comunicações e outros serviços civis, a ausência de serviços médicos, a degradação dos serviços sanitários, o aumento de enfermidades e alterações psíquicas virá, sem dúvida, a produzir um acréscimo significativo do número de vítimas. Mas existe ainda uma gama de efeitos adicionais, alguns inesperados, outros inadequadamente tratados em estudos anteriores, outros ainda só muito recentemente postos a descoberto, tornando o quadro mais sombrio do que ele já é.»

Fumo e poeira

«A destruição de silos de mísseis e complexos de controlo e outros pontos bem protegidos exige, tendo em vista a actual limitação de precisão dos mísseis, engenhos nucleares de bastante grande potência a serem reventados no solo ou um pouco acima dele. As explosões de alta potência no solo vaporizarão, derreterão e pulverizarão, toda a superfície do objectivo, projectando enormes quantidades



A figura representa a temperatura normal da Terra nas latitudes médias e as zonas da camada atmosférica atingidas por explosões nucleares de diferentes potências — de que resultariam efeitos de fumo e poeira obscurecedores, precipitação radioactiva e a destruição da camada protectora de ozono



O gráfico representa um pouco da história da corrida às armas nucleares estratégicas. Mostram-se três regiões: uma inferior, onde o Inverno nuclear não poderia acontecer, outra superior, onde quase certamente aconteceria e uma terceira de transição

de condensados e poeira muito fina para a troposfera superior e estratosfera. As partículas são, sobretudo, arrastadas pela bola de fogo ascendente, subindo outras pelo talo da nuvem em cogumelo. A maioria dos alvos militares, todavia, não são assim tão sólidos. A destruição de cidades pode fazer-se, como ficou demonstrado em Hiroshima e Nagasáqui, com explosões de baixa potência, a menos de 1 quilómetro acima da superfície. Explosões de baixa potência sobre cidades ou florestas próximas têm tendência a originar incêndios de grandes proporções, cobrindo, em alguns casos, uma área total de 1 000 000 Km² ou mais. Os incêndios de cidades provocam enormes quantidades de fumo negro que sobe, pelo menos, até à parte superior da atmosfera inferior ou troposfera. Se ocorrerem tempestades de fogo, o fumo ascenderá vigorosamente, como a corrente de ar numa lareira, podendo (a questão ainda está por resolver) transportar alguma fuligem até à porção inferior da atmosfera superior ou estratosfera. O fumo, originado em florestas e campinas em fogo, ficaria inicialmente limitado à troposfera inferior.»

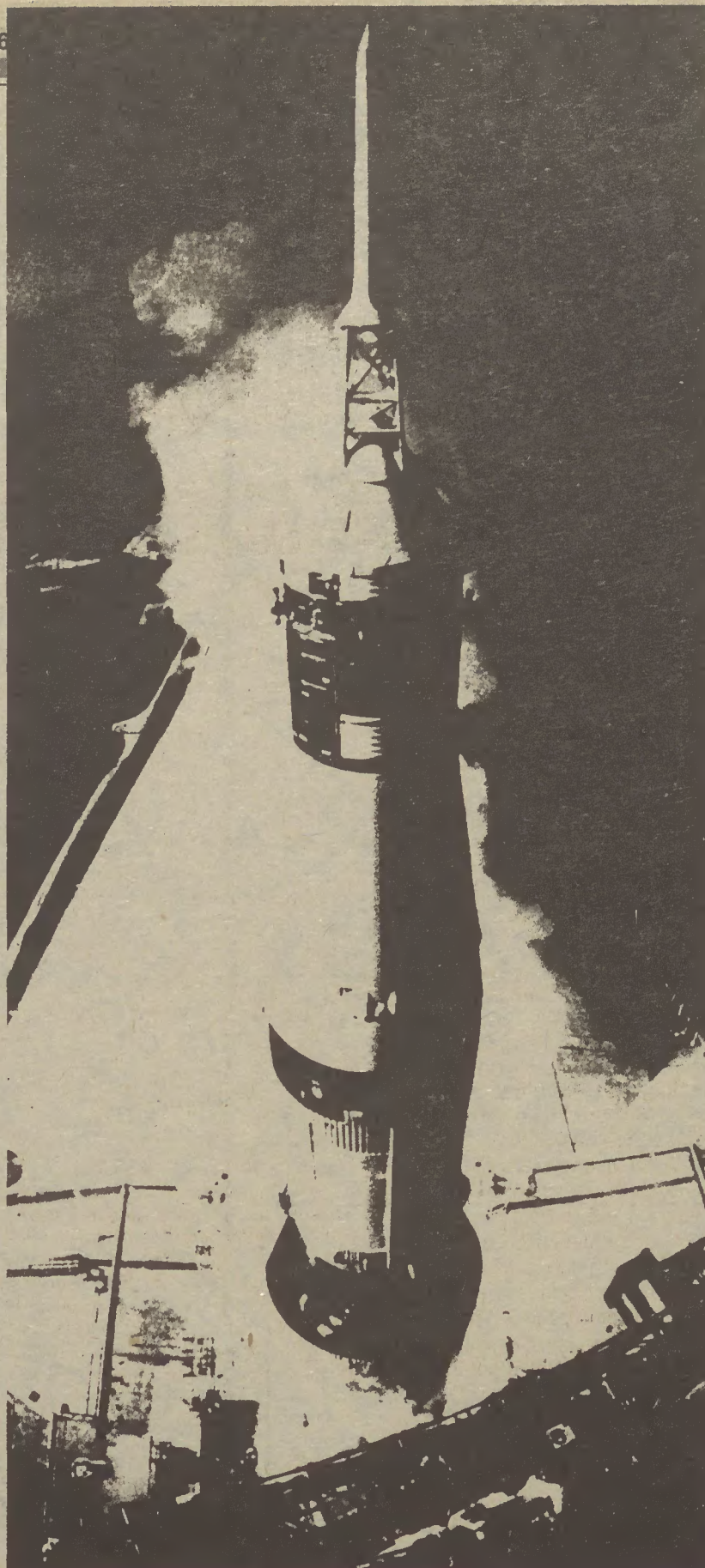
Desperdícios radioactivos e camada de ozono

«A fissão da espoleta (geralmente de plutónio) de todas as armas termo-nucleares e as reacções do revestimento (geralmente de urânio 238), acrescentado como "incrementador" de potência, produz uma poção diabólica de substâncias radioactivas que igualmente são levadas pela nuvem (...)

«Explosões nucleares de mais de uma megatonelada de potência geram uma bola de fogo radiante que sobe através da troposfera até entrar em cheio na estratosfera (...) As elevadas temperaturas das bolas de fogo inflamam quimicamente o azoto do ar, produzindo óxidos de azoto que, por sua vez, atacam quimicamente e destroem o gás de ozono na estratosfera média», o que se saldaria num aumento do fluxo da radiação solar ultravioleta sobre a Terra. «Os ácidos nucleicos e as proteínas, as moléculas fundamentais da vida na Terra, são especialmente sensíveis à radiação ultravioleta, de onde um aumento do fluxo ultravioleta solar sobre a superfície terrestre ser potencialmente perigoso para a vida.»

«Estes quatro efeitos — fumo obscurecedor na troposfera, poeira obscurecedora na estratosfera, a precipitação de desperdícios radioactivos e a destruição parcial da camada de ozono — constituem as quatro principais tendências nocivas ambientais conhecidas que ocorrerão depois de a guerra nuclear ter passado.

Estes os «ingredientes» do «Inverno Nuclear».



E Sagan sublinha — «parece haver acordo unânime quanto às conclusões globais: é provável que, na estelra de uma guerra nuclear, ocorra um período, com uma duração de meses, pelo menos, de frio extremo, num ambiente de escuridão radiactiva seguido, logo após a fuligem e a poeira se terem precipitado, de outro período demorado de aumento de luz ultravioleta que atinge a superfície».

Isto diz respeito a todos

«Há grandes probabilidades, se o país A atacar o país B, com um primeiro ataque efectivo, contra forças apenas, de o A se ter suicidado, mesmo que o B não levante um dedo sequer em retaliação» — foi afirmado por Sagan numa sessão de perguntas e respostas no âmbito da conferência científica de Washington.

Mais ainda — ninguém, nenhuma zona do nosso planeta, seriam poupados.

«Já se sabe não ser verdadeiro que os efeitos da guerra nuclear se restringirão aos países beligerantes. A vida nas latitudes equatoriais, por exemplo, é muito mais vulnerável a baixas temperaturas, mesmo ligeiras, que nas latitudes mais setentrionais e meridionais. A agricultura, sobretudo no hemisfério norte, que produz a parte de leão dos cereais exportáveis do planeta, seria devastada mesmo por

uma guerra nuclear "pequena". As consequências ecológicas que se propagam por sobre toda a Terra parecem dever ser muito severas e se, como se mostra, no nosso e noutros estudos, o frio e a escuridão avançarem para o hemisfério sul, a guerra nuclear arrastará uma catástrofe mundial sem igual. É impossível imaginar países afastados da guerra a verem-na simplesmente passar para, a seguir, herdarem um ambiente pós-bélico isento das maças da política das superpotências. Na verdade parecem não existir, na Terra, seja onde for, santuários para onde se fugir à guerra nuclear. Esta é uma das muitas implicações dos novos estudos quanto a doutrinas, objectivos e política internacionais (...) Se forem bombardeadas cidades vemos que, até uma guerra de cem megatoneladas (mil explosões de cem quilotoneladas sobre cem ou mais cidades maiores) pode provocar um "Inverno Nuclear". Porém cem megatoneladas é menos de 1% dos arsenais estratégicos mundiais.»

Que perspectivas se nos abrem, face a este quadro?

«As armas nucleares são de fabrico humano. A confrontação global estratégica entre os Estados Unidos e a União Soviética tem vindo a ser concebida e levada a cabo por seres humanos. Nada aqui existe de inevitável. Se formos suficientemente motivados, poderemos desembaraçar a raça humana da armadilha que montámos loucamente contra nós mesmos. Só que o tempo urge.» ■

RDA

37 anos



Dia 7 de Outubro passou o 37.º aniversário da formação da RDA. Num processo histórico diferenciado, mas com traços comuns, na Europa central, nasceu então a primeira sociedade socialista, o primeiro «foco de paz» em território alemão.

Os anos da reconstrução, a entrega de casas novas às mulheres que decisivamente contribuíram para a remoção dos escombros das cidades arrasadas, não estão esquecidos. Mas são outras e bem diferentes as tarefas que hoje se colocam, numa realidade totalmente revolucionada e irreconhecível, se cotejada com o que era há quase 40 anos.

A nova realidade e as novas tarefas reflectem-se de forma bem evidente nos objectivos hoje propostos à juventude.

Cada uma das novas gerações que cresceu na RDA e se co-responsabiliza, por vezes de forma decisiva, pelo desenvolvimento da jovem República. Nos primeiros anos eram os projectos que visavam a criação das bases da economia nacional. Actualmente são as novas tecnologias-chave o desafio que se apresenta à juventude. Desafio hoje, que será a realidade quotidiana do futuro.

Nesse sentido a sociedade socialista no seu conjunto, oferece à juventude um apoio multifacetado. No movimento das Feiras dos Mestres de Amanhã, organizadas pela Juventude Livre Alemã e em círculos de trabalho técnico-científico os jovens têm a oportunidade de desenvolver e aplicar as suas capacidades técnico-científicas.

Esta preocupação dominante, não se reduz a uma perspectiva de mero crescimento económico. É o verdadeiro desenvolvimento que está em causa. O que significa a mais estreita unidade entre progresso económico e progresso social — um facto inerente ao socialismo. Por isso as direcções fundamentais do desenvolvimento para o quinquénio de 1986-1990, e até ao ano 2000 que «a direcção fundamental da nossa acção é a unidade da política económica e social».

Neste quadro, os objectivos são ambiciosos. Está em causa a generalização da revolução técnico-científica ao conjunto da produção industrial e agrícola. A automatização, microelectrónica, concepção e fabrico através de computadores, robotização, biotecnologias — estão na ordem do dia e deverão ser desenvolvidos e generalizados.

Os resultados são importantes.

- No período de 1981-85 foram empregues mais de 46 600 robots industriais ultrapassando o plano quinquenal que previa 45 000.

- Através de medidas de carácter técnico-científico, foi possível poupar 570 milhões de horas de trabalho.

- 260 000 postos de trabalho foram modificados, criando-se melhores condições de trabalho. Como resultado da racionalização 77 000 trabalhadores foram transferidos para novos postos de trabalho.

Note-se que estes são factos que no capitalismo se saldaram em verdadeiros dramas para muitos milhares de famílias de trabalhadores. E que

no quadro do socialismo — sem escamotear as dificuldades do avanço por caminhos novos — constituem pelo contrário um benefício para esses mesmos trabalhadores.

No sentido de um aprofundamento contínuo da revolução técnico-científica, algumas medidas têm sido tomadas. Desenvolveram-se mais de cem unidades de investigação entre escolas superiores e a indústria, para um trabalho conjunto. Em 1985, um terço do potencial científico da Academia das Ciências foi ligado pelos acordos de cooperação com os complexos industriais.

O objectivo é um grande desenvolvimento da ciência, a rápida aplicação prática dos seus resultados, para que na vida de cada pessoa, de cada trabalhador estejam presentes, cada vez mais, as imensas potencialidades geradas pela ciência e a técnica, as possibilidades do seu cada vez mais integral aproveitamento nas favoráveis condições do socialismo.

E assim foi possível, no ano de 1985, obter os rendimentos económicos mais altos de toda a História da RDA.

Na vida concreta quotidiana dos trabalhadores da RDA, estes dados traduzem-se noutros, como: os ingressos líquidos em dinheiro da população aumentaram de 4%, o rendimento real *per capita* subiu 5%, um passo mais foi dado no sentido do cumprimento do plano de resolver o problema habitacional, como problema social, até 1990.

Nada disto seria pensável sem a activa participação popular. Os factos indicam que a própria evolução da ciência e da técnica (entrando em contradição com as bases do capitalismo), tal como a evolução da sociedade socialista, impõem um constante aperfeiçoamento da democracia. Sem o que graves problemas — mesmo no quadro do socialismo — podem ser, e são, gerados.

Neste aniversário da RDA importa referir que mais de 2,2 milhões de trabalhadores participaram activamente nas discussões sobre o plano. Enquanto no âmbito da emulação pelo XI Congresso do PSUA, realizado em Abril de 86, se empenharam cerca de 2,3 milhões de trabalhadores, participando, nos complexos industriais e empresas, num movimento para garantir uma maior qualidade de produção. ■

Um crime

Um matutino da capital legendou assim duas fotografias de Winni e Nelson Mandela: «A família de Nelson Mandela, apesar da instabilidade e do cortejo de mortes que tem provocado na África do Sul, é, em bloco, concorrente ao Prémio (Nobel) que geralmente contempla "humanistas" comprometidos».

O sublinhado é nosso. A legenda é de «O Dia». A gravidade da afirmação é de lesa-humanidade. Não é jornalismo. Trata-se de um crime.

Origens...

O presidente do CDS, Adriano Moreira, acusou os órgãos de Comunicação Social de «não darem o devido relevo aos trabalhos elaborados pelo partido», o que, segundo ele, permite ao Governo de Cavaco «aproveitá-los sem citar a sua origem».

Deslocada indignação, a do dr. Adriano Moreira: que se saiba, o PPD também não se afligiu com o facto de o próprio presidente do CDS ter trazido para o seu partido ideias do salazarismo: «aproveitadas sem citar a origem»...

Avalista

João Soares, candidato a secretário-coordenador da FAUL do PS em 1986, deu uma entrevista ao «Semanário» onde,

além de se afirmar socialista desde o berço e partidário da introdução do sistema da «chapelada» na Lei Eleitoral, descreveu assim as conclusões a que chegou após a sua ida a Angola, «a território controlado pela Unita»:

«Sem querer desempenhar o papel de avalista da Unita, não posso, no entanto, deixar de reconhecer que ela é, hoje, uma imensa força em Angola. Nada será possível sem contar com ela. Savimbi é mesmo um grande líder africano (...) O combate dele, o combate da Unita, é um combate de uma coragem, de uma tenacidade singulares que bem merecem ser melhor conhecidas dos portugueses e do mundo».

Sem dúvida que o merecem, (particularmente em Portugal) e material não falta, basta só ir a Angola, não para ver o Savimbi num sítio qualquer, mas qualquer sítio onde as hordas de Savimbi deixaram a marca do «seu combate». E lá se verão aldeias indefesas arrasadas e saqueadas, pontes, escolas e hospitais metralhados, milhares de pessoas indefesas assassinadas, outras tantas estropiadas (experimente qualquer hospital da RPA, senhor João Soares, e lá terá múltiplos exemplos dos «adversários» que a Unita escolhe no «seu combate»: entre crianças, mulheres e velhos, pode escolher o estropiamento que lhe pareça mais significativo da «tenacidade singular» do Savimbi e da Unita). Quanto à necessidade de dar a conhecer

Pontos Cardeais

ao mundo as singularidades de tal gente, é menos urgente que em relação a Portugal: é que lá pelo «mundo» a Comunicação Social não esconde, como alguma por cá, os assassinios de estrangeiros cooperantes, de religiosos, de velhos, mulheres e crianças que têm o azar de estar ao alcance da «imensa força» do «combate» do Savimbi. De quem (é óbvio) João Soares não é «avalista».

Monarcas

Se o PPD é um partido de «barões», o CDS poderá considerar-se um partido de «monarcas». Todos «rigorosamente do centro», é claro, pelo que o seu líder tem de andar sempre mais centrado que os outros. A Freitas do Amaral, o primeiro, centraram-lhe a dentadura para mostrarem «o monarca que ri». A Lucas Pires, o segundo, apresentaram-lhe a barba juvenil à frente de uma biblioteca, para provarem

que tinham um «monarca que lê». A Adriano Moreira, o terceiro, querem agora impingir a silhueta madura rodeada da mulher e dos cinco filhos. Deve ser para mostrarem um monarca que... procria.

Objectividade

As agências ocidentais às vezes descaem-se e lá se vai a «objectividade» pelo cano do ridículo. Um serviço recente da «France-Presse», noticiando os resultados eleitorais autárquicos na Grécia, informava que o Partido Comunista «pró-soviético» descera («novidade» que mais ninguém confirmou) e que o Partido eurocomunista, que **concorrerá pela primeira vez**, «subira quatro pontos». A subir-se assim logo na estreia, é capaz de se ganhar na próxima, mesmo sem se concorrer. Quanto à «France-Presse», a informar assim ainda acaba a trabalhar em exclusivo com o Nuno Rocha.

Gazetilha

por Ignotus Sum

I

Afinal a CEE
não dá a massa, afinal...
... e o plano já não é
um plano piramidal...

Não demorou nem um ano
para ver falhado
o plano
premeditado...

Mas não é fantasia
crime, sim
pois já do princípio se sabia
que era assim.

Agora que tudo se engravou
é preciso atrás voltar:
contas do que se passou
alguém terá de as prestar...

II

Há aí vinho a granel
tonel sobre tonel
porta a porta
no caminho.
Mas que se passa
quando o governo importa
vinho?

Acabe-se a brincadeira
dos vendilhões e pataratas
acabe-se a bebedeira
das negociatas...

III

Pra mostrar que a TV, aqui,
é independente
Cavaco tem sempre ao pé de si
uma câmara atentamente...

Não sou culpado, — respondeu
Cavaco, certo dia —
Eles é que acham que eu
tenho telegenia...

Ouvindo isto a Câmara desesperada
soltou uma gargalhada...

O Cavaco engasgou
a imagem ficou tremida
e a câmara que tal provocou
foi logo substituída...

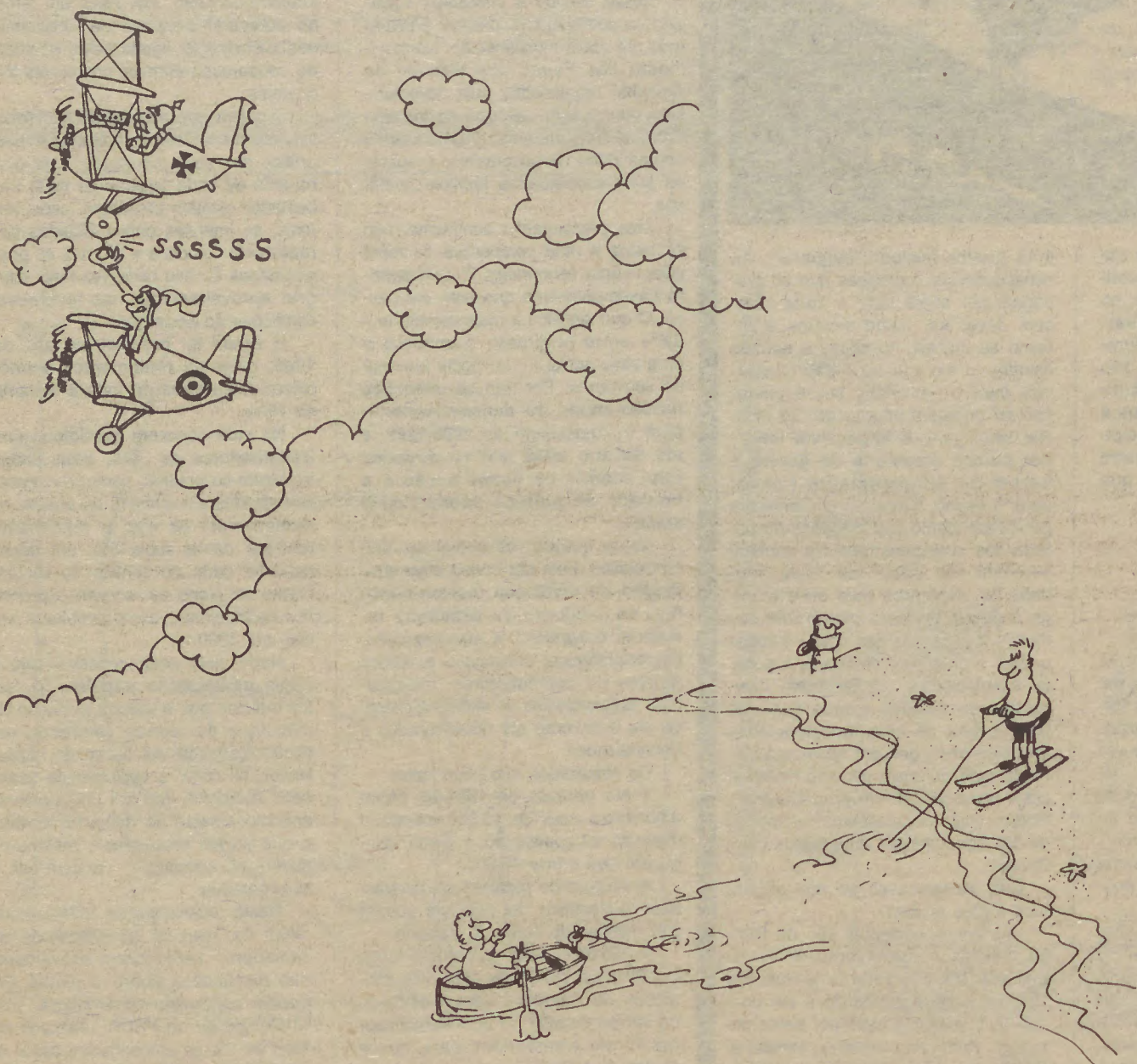
Veio outra mais submissa
e sorridente
pra demonstrar a premissa
da informação independente...

IV

Coisa rara
que a inteligência desafia
é que este governo se compara
com a Dinastia...

Que tem na memória
os rostos dos maraus
sabe que, naquela história,
são todos maus...

Para a comparação se reforçar
esperemos que, como convém,
se a Dinastia vai acabar,
se acabe o governo também...



Agenda

Avante!

Ano 56 — Série VII
N.º 668

16 de Outubro de 1986

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



Sábado, 18 de Outubro

10 horas

**— Reunião
de quadros
do PCP
sobre o trabalho
dos municípios
de maioria APU,
no Cine Plaza,
Amadora**



• Pragal

Apresentação de candidatos à Assembleia de Freguesia. Às 21.30 na Cooperativa Pragalense com José Pedro Soares.

• Cacilhas

Porta-a-porta na Quinta da Alegria.

• Laranjeiro

Sessão de esclarecimento. Às 21.30, no Largo Adriano Correia de Oliveira.

• Póvoa de S. Iria

Sessão de esclarecimento sobre as conclusões da reunião do CC. Às 21.30, no Grémio Dramático.

• Peniche

Reunião de célula dos trabalhadores da Unicoopesca às 21.30.

• Lisboa

Plenário de membros dos Organismos de Direcção da OLL para discussão, troca de experiências e medidas a tomar para o reforço do Partido. Às 20.00 no Centro de Trabalho Vitória.



Sábado, 18 de Outubro

Nas Caldas da Rainha realiza-se uma sessão pública, às 21.20, com João Amaral, deputado do PCP à AR, sobre regionalização, iniciativa que interessa especialmente aos membros dos órgãos autárquicos do distrito de Leiria.

• Vale da Amoreira

Sessão, na Comissão de Moradores, às 15.30.

• Sarilhos Pequenos

Sessão, às 21.30,

no Centro de Trabalho.

• Montijo

Plenário de militantes e outros democratas. Às 16.00 no Centro de Trabalho.

• Esposende

Sessão, às 21.30 na Escola Preparatória.

• Riba D'Ave

Magusto convívio. No Centro de Trabalho, às 21.00.

• Oliveira de S. Mateus

Assembleia de Organização, às 21.00.

• Ribeirão

Assembleia de Organização, às 21.00.

• Amadora

Reunião de quadros do PCP sobre o trabalho dos municípios de maioria APU. Às 10.00, no Cine-Plaza.

• Lisboa

«A actual conjuntura económica e perspectiva para 1986», debate em que se discutirão: «O que o Governo não fez e podia (devia) ter feito», «O balanço da adesão à CEE». Às 21.00, no Centro de Trabalho Vi-

tória, com os camaradas **Carlos Costa, Gorrão Duarte e Octávio Teixeira.**

• Caldas da Rainha

Sessão pública sobre Regionalização, iniciativa aberta a todos os interessados em geral e aos eleitos do distrito de Leiria em particular. Às 18.00 com **João Amaral**, deputado do PCP.

Domingo 19

• Lisboa

A JCP, vai realizar o Encontro Nacional do Ensino Secundário. Às 10.00 no Cine Plaza, da Amadora.

• S. Pedro do Sul

Reunião preparatória da 2.ª Assembleia de Organização. Às 21.00, no Centro de Trabalho.

• Faro

Plenário da DORAL para analisar a situação política e social da

região e definir os objectivos e tarefas. No plenário estará presente o camarada **José Vitoriano.**

• Famalicão

Reunião de mulheres, com magusto e convívio. Às 15.00 no Centro de Trabalho.

Às 10.00, no Centro de Trabalho, Assembleia de Organização das Freguesias de Gavião e Antas.

• Peniche

Reunião da célula do barco «Rumo ao Socialismo». Às 09.30 no Centro de Trabalho.

• Serra d'el Rei

Plenário de militantes, às 10.00.

Terça 21

• Peniche

Visita do camarada **Joaquim Gomes**, ao concelho de Peniche.

Centro de Trabalho Vitória

Dia 16 Outubro - 21 horas

debate

**A CONJUNTURA ECONÓMICA
ACTUAL
E PERSPECTIVAS PARA 1986**

— Carlos Costa, Octávio Teixeira e Gorrão Duarte participam num debate sobre a actual conjuntura económica e perspectivas para 1986, referindo particularmente o que o governo não fez e podia ter feito e o balanço da adesão à CEE.

Sexta

• Braga

Colóquio sobre projecto-lei de regionalização, no salão da Junta de Freguesia de S. Lázaro, às 21.30.

• Vila Franca de Xira

Sessão-debate, promovida pela Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira, para discussão do projecto lei sobre Regionalização. No salão da Misericórdia de Alverca. Às 21.30.

• Óbidos

Plenário de eleitos da APU, para debater a regionalização, às 21.30.

• Alcobaça

Plenário concelhio de militantes. Às 21.30 no Centro de Trabalho.

• Barcelos

Colóquio sobre o projecto de lei quadro das Regiões Administrativas. Às 21.30, na Escola Gonçalo Pereira.

• Viseu

Plenário de Organização concelhio. Às 21.00, no Centro de Trabalho.

• Cacilhas

Apresentação de candidatos à Assembleia de Freguesia. Às 21.30 com o camarada **Joaquim Gomes.**

• Lisboa

Plenário de Quadros da OL Lisboa. Às 15.00 no Centro de Trabalho de Alfama, com os camaradas **Domingos Abrantes e Zita Seabra.**

• Marinha Grande

Plenário de militantes das células de empresa do concelho. Às 21.30, no Centro de Trabalho.

• Pombal

Plenário de militantes. Às 21.30, no Centro de Trabalho.

• Valongo

A Comissão Concelhia da APU promove um encontro sobre o tema: «Problemas do ensino no concelho de Valongo». Às 15.00 na Escola Preparatória de Ermesinde.

• Cova da Piedade

Apresentação de candidatos à Assembleia de Freguesia. Às 21.30 com o camarada **Dias Lourenço** e espectáculo com **Maria Guinot**, na SFUAP.

• Laranjeiro

Encontro da APU com o camarada **Carlos Brito e António Galhordas** do MDP/CDE. Às 14.30, no Clube Recreativo do Feijó.

• Almada

Porta-a-porta

• Feljô

Porta-a-porta

• Charneca

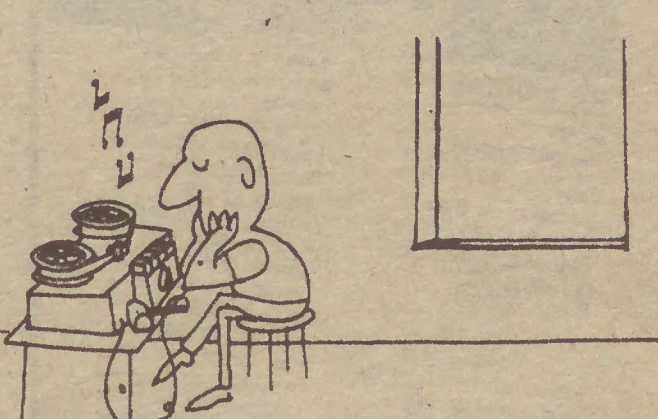
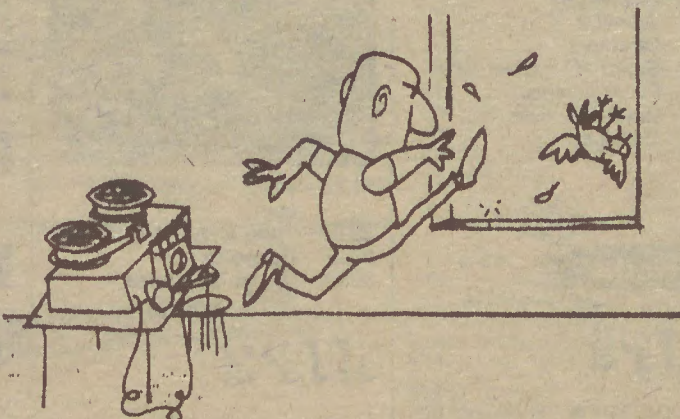
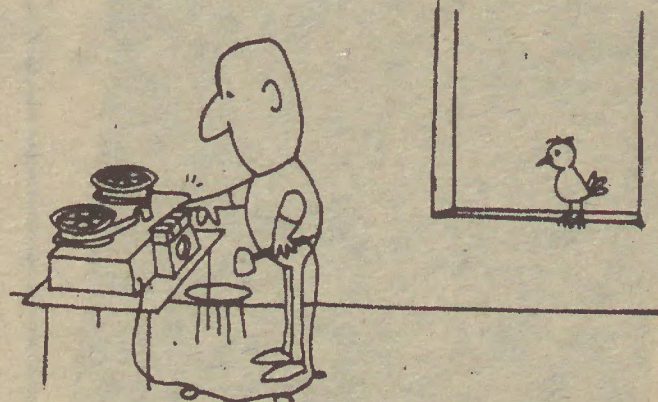
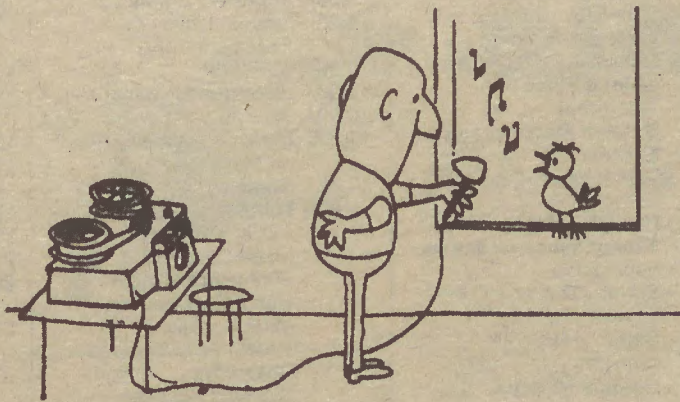
Porta-a-porta

• Sobreda

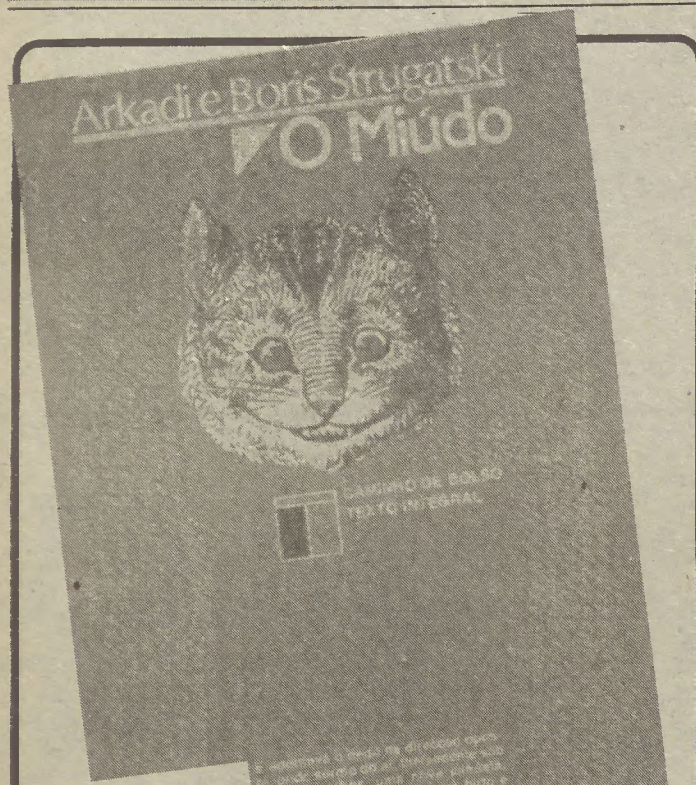
Porta-a-porta

• Vale Figueira

Porta-a-porta



Domingo, 19 de Outubro
10.00 — Encontro Nacional
do Ensino Secundário da JCP,
na Amadora, no Cine Plaza.

**O MIÚDO**

A. e B. Strugatski

Colecção: Caminho de Bolso
Código: 03.21.35
Tiragem: 13 000 exps.
N.º págs: 192
Preço: 200\$00

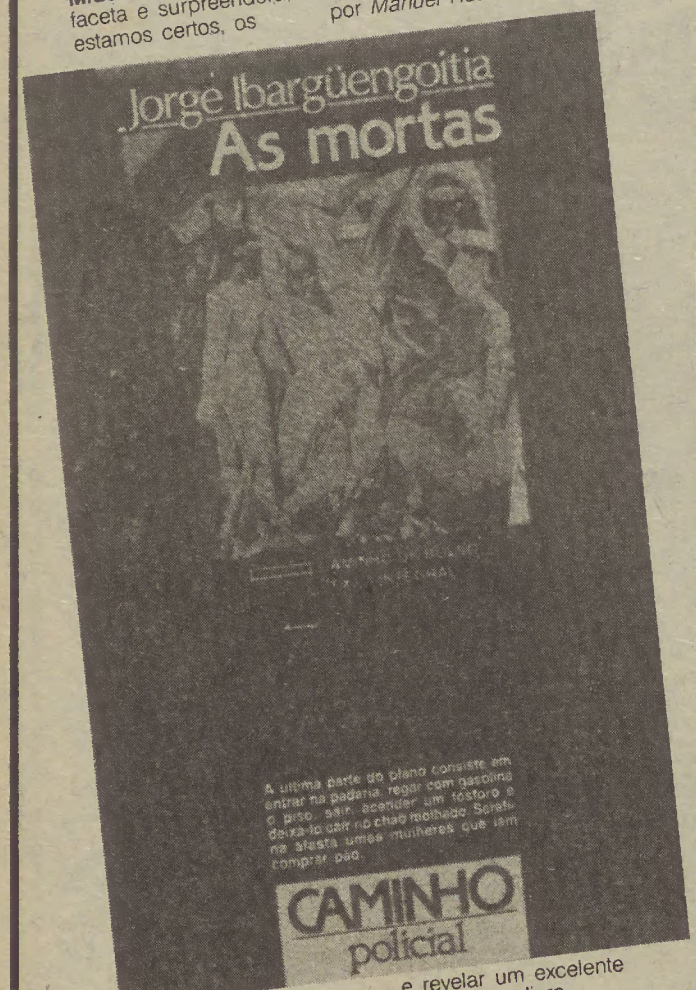
Os leitores portugueses amantes da ficção científica, e não só, já conhecem Arkadi e Boris Strugatski, já sabem que os seus livros são apaixonantes e insólitos.

Na Caminho de Bolso n.º 19 **Stalker**, da sua autoria, provou mais uma vez a sua alta qualidade. Agora, **O Miúdo** mostrará outra faceta e surpreenderá, estamos certos, os

admiradores da obra dos Strugatski. Reminiscências de Lewis Carroll, por exemplo, permeiam este romance, em que num planeta longínquo árido e desértico se descobre uma presença humana: a de um garoto. Bravo e esquivo. É a presença difusa de algo como o gato de Cheshire...

Traduzido do francês por Manuel Ruas.

CAMINHO
ficção científica

**AS MORTAS**

Jorge Ibarquengoitia

Colecção: Caminho de Bolso
Código: 03.21.36
Tiragem: 13 000 exps.
N.º págs: 192
Preço: 200\$00

Do México, mal ou bem, muito se terá falado em Portugal. Da literatura mexicana é que o desconhecimento continua a ser praticamente total. Daí o duplo interesse da publicação deste romance: apresentar um notável autor mexicano

e revelar um excelente e picaresco livro policial. Jorge Ibarquengoitia (recentemente falecido num desastre de viação) foi um consagrado dramaturgo e romancista, que ganhou o Prémio Casa de las Americas e o Prémio Novela México. Em **As Mortas**, o terror e o humor misturam-se e deixam uma marca indelével no leitor. Não perca, portanto, este romance ao mesmo tempo subtil e directo, terrível e hilariante. Tradução de António Sabler.

CAMINHO
policial

TV O Programa**Quinta****RTP1**

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela: «Vereda Tropical», epis. 133.º
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.50 - Concurso: «Show Bis»
- 19.20 - Quim e Filipe
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.05 - Mafalda
- 20.10 - Telenovela: «Corpo a Corpo», epis. 158
- 20.55 - História Infantil
- 21.00 - Face a Face
- 21.30 - Série: «Uns e os Outros», 1.º epis.
- 22.30 - Últimas Notícias

RTP2

- 15.00 - Agora, Escolha!
- 16.30 - Informação
- 16.35 - Europa TV
- 20.00 - Informação
- 20.05 - Twilight Zone
- 20.30 - Profissões
- 21.00 - Jornal 2
- 21.30 - A Quinta do Dois, programa de Carlos Cruz
- 23.05 - Contas Claras
- 23.20 - É de Ler

Sexta**RTP1**

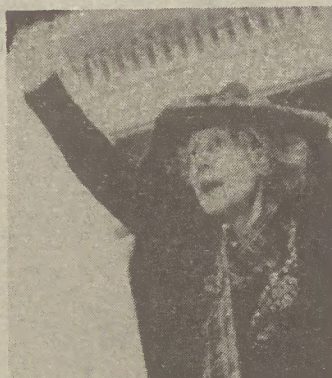
- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela: «Vereda Tropical»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.50 - Concurso: «Show Bis»
- 19.20 - Quim e Filipe
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.05 - Mafalda
- 20.10 - Telenovela: «Corpo a Corpo»
- 20.55 - História Infantil
- 21.00 - Tanegahima: «A Ilha da Espingarda»
- 21.30 - Série: «Duarte & C.ª», 1.º epis.
- 22.30 - Série: «Hitchcock Apresenta», 1.º epis.
- 23.00 - Últimas Notícias

RTP2

- 15.00 - Agora, Escolha!
- 16.30 - Informação
- 16.35 - Europa TV
- 20.00 - Informação
- 20.05 - Twilight Zone
- 20.30 - Profissões
- 21.00 - Jornal 2
- 21.30 - Directo/2
- 22.30 - Série: «O Incrível Mr. Pye», 1.º epis.
- 23.30 - Uma Boa Idela
- 23.40 - É de Ler

Sábado**RTP1**

- 9.00 - Concurso: «A Quinta do Dois»
- 10.45 - Série: «Corpo Humano», 18.º epis.
- 11.15 - Juventude e Família
- 13.00 - Sumário
- 13.10 - Jornalinho
- 14.00 - Parlamento
- 14.30 - ABZ



- 18.15 - Série: «A Super Avozinha», 1.º epis.
- 18.45 - Super Trinta
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.35 - 7 Folhas
- 20.45 - Faz de Conta, programa de Raul Solnado e Fialho Gouveia
- 22.20 - História Infantil
- 22.30 - Série: «Dinastia»
- 23.30 - Pela Noite Dentro

RTP2

- 12.30 - Outros Mundos
- 13.00 - Os Anos Não Contam
- 13.50 - Meu Bicho Meu Amigo
- 14.05 - Os Pratos da Balança
- 14.30 - Novos Horizontes
- 15.00 - Quem Te Viu e Quem TV
- 16.00 - Troféu
- 20.00 - Europa TV
- 22.00 - 01 Magazine de Informática
- 22.15 - Concordo ou Talvez Não: «Triângulo»
- 23.30 - «Os Clips» do Vídeo

Domingo**RTP1**

- 9.00 - Missa de Domingo
- 10.00 - Série: «Linhas de Pesca», 1.º epis.
- 10.30 - TV Rural
- 11.00 - Juventude e Família
- 12.00 - 70 x 7
- 12.30 - Série: «O Almoço Está na Mesa», 1.º epis.
- 13.00 - Sumário
- 13.00 - Milhões de Amigos: «Viva a Música»; «As Irmãs Chadwick»; «Primeira Matinée» - Gente Especial, real. Marc Daniels;
- «Informação Desportiva»; «Amigos Disney»; «Espaço»
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.35 - História de Cidades, programa de José Hermano Saraiva
- 21.05 - História Infantil



- 21.15 - Série: «Coração», 1.º epis.
- 22.00 - Tudo é Espectáculo
- 23.00 - Desporto
- 00.05 - Dizem Os Astros

RTP2

- 12.30 - Magazine: «Madeira»
- 13.00 - Caminhos
- 13.15 - Música na América
- 13.55 - Série: «TVs Censored Bloopers», 1.º epis.
- 14.50 - Automobilismo
- 15.10 - Fantasia e Realidade
- 17.00 - O Mundo à Nossa

**Deixem Passar a Música**

Segunda-feira - RTP-1 22.10 h

- Volta: «O Novo Mundo Selvagem»
- 17.30 - Série: «Hill Street», 13.º epis.
- 18.30 - Série: «As Vagas do Tempo», 1.º epis.
- 19.00 - Automobilismo
- 19.30 - Entrada Livre
- 20.00 - A Arte Nova e Deco no Norte
- 20.30 - Hollywood: «Os Anos Selznick»



- 21.00 - Cine Clube: «Rebecca», real. Alfred Hitchcock (EUA/1940)

Segunda**RTP1**

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela: «Vereda Tropical»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.05 - Concurso: «Show Bis»
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Telenovela: «Corpo a Corpo»
- 21.10 - Sim Sr. 1.º Ministro - «Jogos do Poder
- 22.10 - Deixem Passar a Música - «Simone no Coliseu»
- 23.10 - Últimas Notícias

RTP2

- 14.45 - Agora, Escolha!
- 16.20 - Informação
- 16.25 - Europa TV
- 20.00 - Informação
- 20.05 - 5.ª Dimensão
- 20.30 - Doce e Amargo
- 21.00 - Jornal das 9
- 21.30 - Série: «Resgate»
- 22.25 - 2.ª Volta
- 22.50 - Série: «Reggie»
- 23.20 - É de Ler

Terça**RTP1**

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela: «Vereda Tropical»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.50 - Par ou Ímpar
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico

- 20.10 - Telenovela: «Corpo a Corpo»
- 20.55 - 1.ª Página - Convenção do PRD
- 21.55 - Série: «4.º Andar»
- 22.50 - Últimas Notícias

RTP2

- 15.45 - Agora, Escolha!
- 16.30 - Informação
- 16.35 - Europa TV
- 20.00 - Informação
- 20.05 - 5.ª Dimensão
- 20.30 - Doce e Amargo
- 21.00 - Jornal das 9



- 21.30 - Cinema Dois: «Os Favoritos da Lua», real. Otavio Iosseliani (França/1984)
- 23.10 - É de Ler

Quarta**RTP1**

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela: «Vereda Tropical»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.50 - Par ou Ímpar
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Vamos Jogar no Totobola
- 20.20 - Telenovela: «Corpo a Corpo»
- 21.10 - Lotação Esgotada: «Arabesco», real. Stanley Donen (EUA/1966, 1118 m)
- 23.10 - Últimas Notícias

RTP2

- 14.45 - Agora, Escolha!
- 16.30 - Informação
- 16.35 - Europa TV
- 20.00 - Informação
- 20.05 - 5.ª Dimensão
- 20.30 - Doce e Amargo
- 21.00 - Jornal das 9



- 21.30 - Ballado: «Isadora»
- 23.20 - É de Ler

Cinema

A selecção

Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Ana e as Suas Irmãs	★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★	—
B	O Ano do Dragão	★★★★	★★★	★★★	★★★★	★★
C	A Cor Púrpura	—	★★	★★★	★★★	★★★★
D	Era Uma Vez na América	★★★★	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
E	As Forças do Universo	—	★	★★	—	★★
F	Navio Farol	—	★★★	★★	—	—
G	Nova York Fora de Horas	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
H	Rebeca	★★★★	—	★★★★	—	—
I	Verdade dos Factos	—	★★★	★★★	★★★★	—

A — Real. Woody Allen — Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) Las Vegas/2 (14.00, 16.30, 21.30, 24.00) — Lisboa.
 B — Real. Michael Cimino — Amoreiras/2 (13.45, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Lisboa.
 C — Real. Steven Spielberg — S. Jorge B (15.00, 18.15, 21.30) — Sétima Arte (15.00, 18.15, 21.30, 00.15) — Lisboa; Lumière (21.30) — Porto.
 D — Real. Sérgio Leone — Berna (15.00, 21.00) Lisboa.
 E — Real. Tibe Hooper — Alfa/2 (14.30, 16.30, 19.00, 24.00), — Lisboa.
 F — Real. Jerzy Skolimowski — Quarteto/1 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) Lisboa.
 G — Real. Marlin Scorsese — Estúdio 444 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30), Quarteto/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa; Trindade (21.45) Porto.
 H — Real. Alfred Hitchcock — Quarteto/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 I — Real. Richard Eyre — Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.

Alberto Chissano, escultura. Clube 50, rua de S. Mamede ao Caldas, 9-1.º. De 3.ª a 6.ª das 17.30 às 20.30, 4.ª das 21.30 às 23.30, sáb. das 15.00 às 20.00.

Ana Vieira, «Transbordagem», manequins. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro Mor.

Colchas de Castelo Branco. Gal. Almada Negreiro, Av. República, 16 (até 4/10).

Colectivados alunos da António Arroio 1985/86. Na Escola, R. Cor. Ferreira Amaral. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 10.00 (até 9/10).

Colectiva (Bual, Cargaleiro, Espiga, Hogan, Relógio, outros) Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 a 19.00; sáb./10.00 às 13.00 (até 4/10).

Colectiva de pintura. Gal. A Janela Verde, R. do Olival, 9. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00.

Colectiva de pintura e gravura (Charters de Almeida, Manuel Cargaleiro, etc.). Gal. Multifaces, Centro Comercial Gemini. Das 10.00 às 14.00 e 15.00 a 19.00.

Colectiva: serigrafia e gravuras (João Vieira, Hogan, Rodrigo, José Guimarães, Sá Nogueira, Arpad Szénes e Skapinakis), originais de Manuel Vieira, Rocha Pinto, João Vieira. Atelier de António Inverno, R. da Emenda, 66, 3.ª, das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 18.00.

As Colinas de Lisboa, desenho. Até 30/10, Junta de Freguesia de Santiago

(Castelo de S. Jorge). Enrique Concha, «Gaffitis», fotografia. Gal. Novo Século, R. do Século 23-A. De 2.ª a sáb./14.00 às 20.00 (até 21/10).

Escultura Africana em Portugal, Museu de Etnografia, Av. da Madeira (ao Restelo). De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17 (até Dezembro).

Equipamento para o Ensino - do mobiliário ao equipamento informático. Livr. Barata, Av. Roma, 11-A. De 2.ª a sáb./9.00 às 23.00 (até 31/10).

Evelina Coelho, pintura. Galeria Paulino Ferreira, Rua Nova da Trindade, 18-B. De 2.ª a 6.ª, das 9.00 às 12.30 e das 14.30 às 19.00, sáb. das 9.00 às 13.00 (até 27/10).

Exposição-concurso AICA/Philas, Sociedade Nacional de Belas Artes, diariamente das 14 às 20.00.

Hans Giesen, pintura. Museu Nac. de Arte Contemporânea, R. Serpa Pinto, 6. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00 (até 19/10).

Inês Barahona, «paisagens». Galeria A Janela Verde, Ruado Olival, 9.

José David, pintura. Galeria Ana Isabel, Rua da Emenda, 111, 1.ª. (Até 31/10).

José Pedro Croft, escultura, Luís Camacho, pintura e desenho. Gal. Leo Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30. (Até 25/10).

João Cutileiro, «O Nu e o Vestido». Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro Mor, das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

João Dionísio, pintura e desenho. Palácio dos Coruchéus, R. Alberto Oliveira, de 2.ª a 6.ª, das 14 às 17.30.

Manuel Botelho, pintura e desenho 1984/86. Gal. de Exposições Temporárias da Fund. Gulbenkian, Av. de Berna (a partir de hoje).

Maria Felizol, escultura. Gal. Quadrado, Rua Alberto Oliveira, 52 (Coruchéus). De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00.

Marlene Nancy de Sousa, pintura e desenho. SNBA, Rua Barata Salgueiro, 36.

Pedro Croft e Rui Sanches, escultura, Pedro Cabrita Reis e Pedro Calapez, pintura. Gal. EMI - Valentim de Carvalho, R. da Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a dom./15.00 às 19.00.

Pintura e escultura da col. da «Frederic R. Weisman Foundation» (EUA) — uma exposição itinerante com obras de cerca de uma centena de artistas. Gal. de Exp. Temporárias da Gulbenkian (a partir de amanhã).

Salvador Dali, gravuras. Livraria Barata, Av. de Roma, 11-A.

Trabalhos sobre papel, colectiva internacional de desenho. Gal. Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56, 5.ª. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 20/10).

Alberto Raposo, fotografia «registos». Cooperativa Árvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1. (Até 3/11). PORTO

Carlos Natividade Correia, 40 trabalhos da série «Diários»

executados a tinta da china e têmpera sobre papel, na Cooperativa Árvore. PORTO.

Carmo Vieira, fotografia «diálogo com a memória». Cooperativa Árvore, Rua Azevedo Albuquerque, n.º 1. (Até 3/11). PORTO.

Fotografia Contemporânea Internacional, (Alvarez Bravo, Marilyn Bridges, Brnard Faucon, Molder, Nozolino e outros). Gal. Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 23/10) PORTO.

Instrumentos Musicais Populares. No Centro de Artes Tradicionais do Porto, organizada pelo Museu de Etnologia. De 3.ª a dom./10.30 às 19.00 (até Outubro) PORTO.

Manuela Bronze, desenhos «Cartas do Meu Jardim». EG-Galeria, Rua do Crasto, 210. PORTO.

Júlia Ramalho, Galeria de Arte da «Pop Cave», R. D. Diogo Pinheiro, 24, das 14 às 19.30. BARCELOS.

Anibal Sequeira, fotografia. Casa da Cultura CALDAS DA RAINHA.

Escultura de Pedra, Atelier-Museu, obras realizadas durante o I Simpósio Internacional. Até final do mês de Outubro. CALDAS DA RAINHA.

Música — Manuscritos e Edições do arquivo da Biblioteca Geral da Universidade. COIMBRA.

Artistas/Arquitetos, (Amândio Guedes, Lanhãs, Manuel Graça Dias, Nadir Afonso, Siza Vieira, Taveira Troufa Real e

outros). Casino Estoril. Das 15.00 às 24.00. ESTORIL.

Francisco Bilou, pintura. Palácio D. Manuel. Das 15.00 às 18.00 (até 20/10). EVORA.

Gerrit Van EE, escultura. Museu de Évora. EVORA.

Armando Correia, cerâmica, Galeria d'Arte Convés, Praia de Quiaios, das 15.00 às 20.00. FIGUEIRA DA FOZ.

A Europa na gravura do séc. XVIII (intern.). Até Dezembro, Palácio Nacional. MAFRA.

Eduardo Nery, pintura «Espaço/luiz», Pousada do Castelo. PALMELA (até 11/11).

Trinta Anos de Pintura, de Manuel Cargaleiro. Casino da Póvoa de Varzim. PÓVOA DE VARZIM.

Kiki Lima, pintura. Associação Cabo-Verdiana, R. Duque de Palmela, 2-8.ª. Inaugura sábado. Das 18.00 às 22.00 (até 2/11). QUELUZ.

Álvaro Perdigão, dezassete quadros, na Casa do Bocado/Galeria de Artes Visuais (até 19/10). SETÚBAL.

Bonecas («Revivalismo de Novecentos») de Ana Cassiano. Museu de Arqueologia e Etnografia. SETÚBAL.

Colectiva (tapeçaria, pintura, cerâmica). Ga. Cetária, Pousada S. Filipe. Das 12.00 às 22.00 (até 19/10). SETÚBAL.

Ouvresaria — Colectão do Palácio Nacional da Pena. Palácio da Pena. SINTRA.

Teatro

O Cartaz

• LISBOA

ABC Parque Mayer de 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00 e 20.30. Lisboa, Tejo e Tudo, de César Oliveira, Soldado, Filho Gouveia, enc. César Oliveira.

A Barraca — R. Alexandre Herculano. De 3.ª a sáb./21.30, sáb. e dom. às 16.00. Calamity Jane — Uma Mulher de Armas, enc. Hélder Costa com Maria do Céu Guerra.

Casa da Comédia. R. S. Francisco de Borja, 24, de 3.ª a sáb./21.45. A Bela Portuguesa, de Agustina Bessa Luís, enc. Filipe La Féria.

Comuna, Pç. de Espanha, Sala Nova. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. Touro, de Abel Neves, enc. João Mota, Comuna.

Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00, 20.30 e 22.45. Isto é Maria Vitória, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.

Teatro da Graça, Tv. de S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. As Lágrimas Amargas de Petra Von Kant, de Fassbinder pelo Grupo Teatro Hoje.

Teatro Nacional D. Maria II, de terça a

sáb. às 21.45, dom. às 16.30. O Asfalto dos Infernos, enc. de Manuel Coelho, inter. de Ligia Teles.

Teatro Nacional D. Maria II, às 21.30 e domingo às 16.00, Mãe Coragem, de Bertold Brecht, encen. João Lourenço com Eunice Muñoz.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. Sala 2, de 4.ª a sáb./21.45, dom./18.30. Os Negros, de Jean Genet, enc. Rogério Carvalho. Sala 1, de 5.ª a sáb./18.30. Viagem para a Felicidade, de Franz Xavier Kroetz, enc. Rogério Carvalho, inter. Lucinda Loureiro.

Variedades, Pq. Mayer. De 3.ª a dom./21.45, sáb./16.00. Um Coronel em Dois Actos, adapt. Francisco Nicholson, enc. Varela Silva.

• PORTO

Cooperativa Árvore, todos os dias às 21.30, excepto às terças e aos domingos, às 17.00. «Minha Mãe e Suas Quatro Filhas», pelo Grupo Oficina do Grotesco.

Cooperativa do Povo Portuense, Rua de Camões, 588. A Seiva Trupe, apresenta diariamente às 21.45, Toda a Nudez Será Castigada, de Nelson Rodrigues,

enc. de Angel Facio. Teatro Casa da Comédia, sala do Realengo, Rua dos Mercadores, 132 (à Ribeira), Drácula Júnior, de 4.ª a dom. às 21.30.

• CASCAIS

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto de Figueiredo. De 4.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. Galileu Galilei, de Bertholt Brecht pelo Teatro Experimental de Cascais.

Espaço TEC, Av. Marechal Carmona. Faça uma Cara Inteligente e Depois Volte ao Normal de Marcos Rey e B... em Cadeira de Rodas de Ronald Radde, no Teatro Espaço.

• SETÚBAL

Teatro de Animação de Setúbal, Rua Balneário dr. Paulo Borba. De 5.ª a dom. às 21.30. Alves e Companhia, de Eça de Queiroz.

Para Crianças

• LISBOA

Padrão dos Descobrimentos, Belém, sáb./18.00, dom./11.00. Fecha os Olhos... Entra na História, de Alexandra Solnado, enc. Joselita Alvarenga.

Grupo de Teatro Malzum, Rua dos Poiais de S. Bento, 75,

B;2.ª. Dom. às 16.30, A Rua dos Fantasmas, de Javier Villafañe.

TIL, R. Leão de Oli-

veira, 1. No Reino da Fantasia, Sáb., dom. e feriados, às 16 horas, enc. Agostino Macedo.

• CASCAIS

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto de Figueiredo. De 4.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. Galileu Galilei, de Bertholt Brecht pelo Teatro Experimental de Cascais.

Espaço TEC, Av. Marechal Carmona. Faça uma Cara Inteligente e Depois Volte ao Normal de Marcos Rey e B... em Cadeira de Rodas de Ronald Radde, no Teatro Espaço.

• SETÚBAL

Teatro de Animação de Setúbal, Rua Balneário dr. Paulo Borba. De 5.ª a dom. às 21.30. Alves e Companhia, de Eça de Queiroz.

Para Crianças

Padrão dos Descobrimentos, Belém, sáb./18.00, dom./11.00. Fecha os Olhos... Entra na História, de Alexandra Solnado, enc. Joselita Alvarenga.

Grupo de Teatro Malzum, Rua dos Poiais de S. Bento, 75,

• CASCAIS

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto de Figueiredo. De 4.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. Galileu Galilei, de Bertholt Brecht pelo Teatro Experimental de Cascais.

Espaço TEC, Av. Marechal Carmona. Faça uma Cara Inteligente e Depois Volte ao Normal de Marcos Rey e B... em Cadeira de Rodas de Ronald Radde, no Teatro Espaço.

• SETÚBAL

Teatro de Animação de Setúbal, Rua Balneário dr. Paulo Borba. De 5.ª a dom. às 21.30. Alves e Companhia, de Eça de Queiroz.

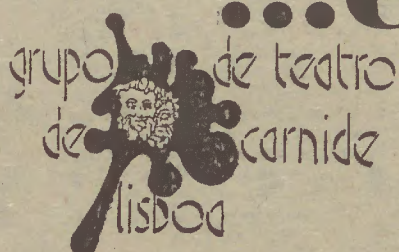
Para Crianças

Padrão dos Descobrimentos, Belém, sáb./18.00, dom./11.00. Fecha os Olhos... Entra na História, de Alexandra Solnado, enc. Joselita Alvarenga.

Grupo de Teatro Malzum, Rua dos Poiais de S. Bento, 75,

...e ainda

Música, debates, etc.



Carnide/86

O Grupo de Teatro de Carnide leva a efeito a VI edição das Jornadas Culturais «Carnide/86», até ao próximo dia 2 de Novembro.

O programa para o próximo fim-de-semana será o seguinte: sexta, às 21.30 pelo

Grupo de Teatro Passagem de Nível, «Ao Xadrez», enc. Gisela Canamêro, sábado, às 21.30, Grupo de Teatro Arte Viva do Barreiro, «O Avejão/O Doido e a Morte», de Raul Brandão, dir. de João Oliveira, domingo, às

10.30, TIL, «Galileu Contador de Histórias», de JJ Letria, enc. de Quim Cachopo. Às 17.00 na Igreja da Luz, concerto pelo Coro da Universidade Técnica de Lisboa, dirigido pelo maestro Pedro Faro. À noite, Rancho Folclórico dos Riachos.

Música na Gulbenkian

Incluída na abertura da actual Temporada Musical de 1986/87, para o período de Outubro-Dezembro, na Fundação

Gulbenkian, vai realizar-se, nos dias 16, 17 e 18 no Grande Auditório da Gulbenkian, «The Joyce Trisler Danscompany» e cujos espectáculos se realizarão respectivamente às 21 e 30, às 18 e 30 e às 16 e às 21 e 30.

Aquela companhia apresentará no dia 16 os bailados «Dance for Six» (Joyce Trisler/Vivaldi); «Journey» (Joyce Trisler/Ives); «Bagatelles» (Milton Myers/Dvorak) e «Koan» (Gray Veredon/Stephan Milcius), programa que será repellido no dia 17; no dia 18 os dois espectáculos referidos incluirão os bailados «Sounds of Sand» (Milton Myers/Philip Glass); «Unseen Light» (Milton Myers/Vaughan Williams) e «Four Temperaments» (Joyce Trisler/Hindemith).

Cinema

No ABC Cine-Clube, prossegue o Ciclo de Cinema Britânico Contemporâneo, no Estúdio 444. Dia 17, às 18.45 exi-



be-se A Companhia dos Lobos (1984) de Neil Jordan.

Na Cinemateca Portuguesa, Rua Barata Salgueiro, 39, filmes em versão original e sem legendas — Blow Up, a História de um Fotógrafo (1966), de Antonioni (dia 16); O Acoissado (1960), de Jean-Luc Godard (dia 18 às 15.30, legendado em português); Os Amores de Uma Loira (1965), de Milos Forman (dia 18, às 18.30, legendado em português); Lolita (1962), de Kubrick (dia 18, às 21.30); Viagens com a Minha Tia (1972), de Cuckor (dia 20, às 21.30, legendado em português); Bela de Dia (1966), de Buñuel (dia 21, às 18.30, legendado em português).

No Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo, 38-C. Às 19.00 e 21.45; sábado, dom. e feriados, às 16.00, 19.00 e 21.45. Ciclo Western. Os Sete Magníficos de John Sturges (dia 16); O Justiciero Solitário (1985), de Clint Eastwood (dias 17 e 18); A Noite Fez-se Para Amar (1971), de Robert Altman (dias 19 e 20); O Bando de Jesse James (1980), de Walter Hill (dia 21).

No Auditório Carlos Alberto, Rua das Oliveiras, Porto. A

15.30 e 21.30. Ciclo Poder e Crime. Cotton Clube (1984), de Francis Ford Coppola (dia 16); Em Nome do Povo Italiano (1972), de Dino Risi (dia 17); A Saudade de Verónica Voss (1981), de Fassbinder (dia 18); O Homem das Pistolas de Ouro (1959), de Edward Dmytryk (dia 19).

Bailado

Dias 17, 20 e 21 de Outubro, às 20.30 e no dia 19 às 16.00, a Companhia Nacional de Bailado do Teatro Nacional de S. Carlos apresenta naquela sala o Lago dos Cisnes de Tchaikovsky numa versão coreográfica de Armando Jorge, com a Orquestra Sinfónica do Teatro Nacional de S. Carlos sob a direcção de Antoine Mitchell.

Interarte/USL 86

Vai decorrer na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa de 16 a 27 de Outubro uma mostra das obras concorrentes nas modalidades de Artes Plásticas e Visuais e de Artesanato organizada pela

marcha da paz

sábado 25 outubro 15 h.

praça da liberdade porto

Todos os contactos, pedidos de informações, apoios, adesões, etc., devem ser encaminhados para:

Comissão Regional do Porto para o AIP

R. Barão de S. Cosme, 28 (Telef. 565065)

4000 PORTO

União dos Sindicatos de Lisboa/CGTP-ILN.

Do programa, para além das mais de 400 obras expostas haverá vídeo em ecrã gigante nos dias 16 e 24; teatro: quinta, às 21.00 pelo Grupo Estelros, «O Princípio ou o Fim?», sábado, às 21.00, Grupo Estelros, «Os Dados Estão Lançados», domingo, às 21.00, Teatro da Sociedade, «Não Mentiras». Dança, segunda, às 21.00, Dança Grupo, «Carmina Burana», «Incerto Exacto» e «Cadência», direcção de Elisa Worm. Cinema: sábado, às 18.00

«Flauta Mágica», de Ingmar Bergman; domingo, às 21.00 «Boudou Querido», de Jean Renoir; terça, às 21.00 «O Sentido da Vida», de Monty Python-Terry Gilliam; quarta, às 21.00 «Giordano Bruno, o Rebelde», de Giuliano Montaldo. Música: quinta, às 20.00 Grupo Cantaril; sábado, às 16.00 «Metaril de Membutal Escola de Sirenes». Marionetas, sábado, às 21.00 Marionetas de S. Lourenço, «D. Quixote de la Mancha», de António José Saraiva; «O Judeu».

Tempo

Fim de Semana



O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica prevê para sábado céu pouco nublado em todo o território, vento fraco a moderado de noroeste. Domingo, aumento da nebulosidade na região norte; a sul, pouco nublado.

a TV

A grande lição: só organizados venceremos!

O Polvo — assim se intitulava a história transmitida pela RTP, durante seis semanas.

Ela provou, acima de tudo, duas coisas: primeiro, que é possível não confundir **divertimento** com **embrutecimento**, e depois que é possível e vantajoso, diversificar as emissões torna-se, de facto, urgente o abandono do monopólio americano.

O Polvo transportou-se ao mundo mafioso do crime organizado, na Itália. Na Itália, mas com a «preciosa» colaboração americana...

Ao vê-la, é a própria realidade que se insinua enquanto a **ficção** organiza a sua teia. A todo o momento nos aflora a memória o ambiente, a história da **Loja P. 2**. Em **O Polvo**, a semelhança não é pura coincidência...

O romance (chamemos-lhe assim) envolve uma lição com duas faces a considerar.

Por uma lado, o sentimento da responsabilidade individual como motor de acção. Catani, o comissário de Polícia, enredado num círculo de corrupção e de cumplicidades, resolve-se a não deixar cair os braços e a agir por conta própria. Um pouco à semelhança desse herói isolado no **Pão da Mentira**, de Horace McCoy.

Por outro lado, o processo revela-se defeituoso pois a luta é francamente desequilibrada. De uma banda, está o homem só; da outra, está uma engrenagem, uma organização, um **polvo** com seus mil (invisíveis...) tentáculos.

Não quero minimizar o valor e o interesse do esforço individual, mas a derrota de uma organização. Esta não é apenas a moral de um romance (como **O Polvo**) é também a moral da própria História.

Só o povo organizado pode derrotar um poder como o da Máfia, na Itália — ou como outras organizações do mundo capitalista. Porque o polvo, por acção individual de um idealista, pode perder um tentáculo — mas ainda lhe ficam muitos...

A falência dos «veterinários ideológicos» e outras histórias

Os últimos dias têm sido marcados por uma avalanche de sinal altamente desfavorável para os Estados Unidos.

Primeiro foi a notícia veiculada pelo **Telejornal** sobre as formas que revestia o **auxílio** americano a Portugal, ou seja, 17 milhões de contos viriam sob a forma de fornecimentos militares e apenas 12 milhões se aplicariam no domínio económico. Faltou esclarecer que não se tratava realmente de um auxílio, mas de uma espécie de retribuição. Por outro lado, estranhando-se a reduzida contribuição para o sector económico, ficou por esclarecer o sentido dessa aplicação. Trata-se de fomentar o desenvolvimento ou satisfazer o consumo?...

Temos, depois, a análise que no próprio **Telejornal** se fez sobre o «mau estado» da economia americana. Perpassa dramaticamente, o fantasma da crise de 1921, que teria agora, consequências **totalmente** imprevisíveis.

Como estamos longe dos cântidos com que, também na Televisão portuguesa se exaltava a formidável «recuperação» da economia americana! E como se devem sentir ridículos os «veterinários ideológicos» que apregoavam a falência de Marx na sua análise dos comportamentos económicos...

Como se tudo isto não bastasse, veio a história do avião americano abatido na Nicarágua, quando procurava prestar ajuda militar aos bandos somozistas. Shultz negara o envolvimento oficial americano — mas a reportagem, vinda de Manágua, era bem esclarecedora: o tripulante americano aprisionado punha tudo em pratos limpos: nomes, patentes, objectivos...

Foi, realmente, uma semana aziaga. De tal modo que nem a RTP teve força para esconder...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

A arte de desinformar

Que o Governo Cavaco vem mostrando grande habilidade em desinformar é inegável. Um dos exemplos mais claros, o do preço dos combustíveis é espantoso: o Governo não só não cumpre a lei como gasta dinheiros públicos fazendo demagogia para combater a razão da oposição e dos consumidores.

Nisto de informar sobre a sua acção Cavaco tem um bom mestre: Reagan. Veja-se o recorte que juntamos sobre o «estilo empresarial de abordar a informação».

Preço dos combustíveis: o Governo não cumpre a lei

• «Os números são do domínio público. O preço do petróleo, que chegou a atingir os 35 dólares o barril e, no triénio 1983/85, oscilou entre os 25 e os 30 dólares o barril, recuando assim aos preços de 78. Claro que, neste como em qualquer outro produto, não é possível prever com segurança se um tal preço se manterá ou não. Mas uma coisa é conhecida: foi com base neste preço que a OCDE fez todas as projecções até final de 87.

Entretanto, como o petróleo é normalmente transaccionado em dólares e este se desvalorizou, a redução real de preço é muito maior do que a simples comparação dos números anteriores poderia fazer supor. A título de exemplo, refira-se que a moeda americana, face às moedas do conjunto dos países da OCDE, caiu cerca de 20% nos últimos doze meses terminados em Junho de 86.

Claro que, sendo o petróleo que consumimos totalmente importado, os benefícios daí resultantes foram espectaculares. O INE deu conta, numa das suas últimas informações, da grandeza destes números: só no primeiro semestre de 86, poupámos 80 milhões de contos. E como tais benefícios não foram repercutidos no preço final, ou só o foram insignificadamente, é óbvio que foi o consumidor a pagar as favas. Os números já divulgados não deixam dúvidas: de Fevereiro a Setembro de 86, o imposto sobre a gasolina super passou de 53\$70 para 70\$00 (+31%); o imposto sobre o gasóleo 38\$30 (+65%); o imposto sobre o fuel passou de \$80 para 10\$90; etc.

Quer dizer: mesmo sem qualquer imperativo legal, mandava a moralidade que os preços de venda dos combustíveis tivessem de há muito sido corrigidos. E não nos venham com a falsa questão de não se saber se, mais cedo ou mais tarde, o petróleo e o dólar não subirão outra vez: esse argumento nunca funcionou, ao contrário, sempre que se tratou de aumentar o preço. (...)

É espantoso como, utilizando a demagogia, se pode ir tão lon-

ge. O Governo, se estivesse de facto interessado em praticar uma política mais justa, teria milhentas formas de o fazer: favorecendo o emprego, dignificando a função trabalho, reduzindo a carga fiscal, apoiando uma melhor distribuição do rendimento... Mas nada disto é importante. O que é importante é manter os preços dos combustíveis — mesmo que isso seja ilegal. É um imperativo dos pobres, dos idosos, dos fracos, dos desprotegidos. Numa palavra: é preciso manter viva a chama — com o combustível dos pobres...

Sejam os razoáveis. Há aqui duas coisas mínimas que carecem de ser feitas, agora que a Assembleia da República vai reabrir. A primeira é impor o cumprimento da lei. A segunda é censurar o Governo pela sua atitude da rebeldia.

PS — *Decididamente, não vemos que o Governo tenha salda. Já depois de escrito este artigo, é a própria Petrolgal a assumir uma posição pública de concordância com as críticas da Oposição: o imposto sobre produtos petrolíferos cobrados em Agosto e Setembro foi superior ao máximo previsto na lei orçamental em mais de 10\$00 por litro na gasolina, em mais de 8\$50 por litro no gasóleo, em mais de 7\$50 por litro no fuel, etc.*

Esperamos que a reacção governamental não seja... demitir os gestores.

(Daniel Amaral, «o Jornal»; 10 Outubro)

Administração Reagan: «Todos os meios são bons»

• «Ao adoptar a «desinformação» como meio de prejudicar o líder líbio, a Administração Reagan não só pôs em risco a sua credibilidade como além disso suscitou dúvidas quanto à sua política global de informação. Por um lado, fomentou certas 'fugas' de informações secretas, algumas pouco credíveis. Mas, simultaneamente, procedia a um esforço concertado para castigar os jornalistas e os jornais que tentavam publicar informações correctas se estas fossem, aos olhos da Administração, sensíveis ou potencialmente embaraçantes.

Esta posição ambígua face aos *media* ficou bem patente quando recentemente a Administração reconheceu que estava a recorrer à «desinformação» para tentar derrubar o dirigente líbio, coronel Muamar Khadafi. Na

mesma altura, foi anunciado que uma equipa de agentes do FBI recentemente formada estava a investigar cerca de uma dúzia de casos de revelações de informações sensíveis aos meios de comunicação social. Esta investigação surge depois de a Administração ter tomado medidas agressivas para demitir funcionários acusados de terem fornecido documentos sensíveis a jornalistas.

Por outro lado, a Administração tentara igualmente pressionar os jornais mais importantes a não publicarem ou a alterarem artigos potencialmente sensíveis, procurando controlar o acesso, a informações e a funcionários, tanto na Casa Branca como noutros centros de poder. Estes acontecimentos revelam uma tendência verificada nos últimos seis anos, ao longo dos quais o Presidente Reagan e os seus colaboradores alteraram substancialmente — e limitaram — o tipo de informação acerca do governo que chega ao público.

A descoberta de que parte das informações sobre a Líbia fornecida à imprensa fora propositalmente falsificada revela as armadilhas de uma política cujo objectivo é a manipulação, com poucas conferências de imprensa de Reagan, raras oportunidades de interrogar o Presidente, e aquilo a que o porta-voz da Casa Branca, Larry Speakes, define como uma abordagem de estilo empresarial à informação.

«Qualquer organização, governamental ou empresarial, tenta apresentar a sua mensagem da forma mais favorável», disse Speakes. «Isso não significa manipular as notícias. Vejam o que se passou com as acções de difamação intentadas contra a *Time* e a *CBS*: escudaram-se em frequentes «sem comentários». No nosso caso, teríamos sido duramente criticados. Esta administração, tal como qualquer outra, tem tentado apresentar a sua mensagem da forma mais eficaz, e isso não significa mentir ou distorcer os factos. Nós não fazemos isso.»

Altos funcionários da Casa Branca dizem em privado que os detalhes de um memorando sobre a Líbia publicado pelo *Washington Post* eram ao mesmo tempo embaraçantes e potencialmente no estrangeiro. O memorando, da autoria do contra-almirante John Poindexter, conselheiro de Segurança Nacional da Casa Branca, preconiza uma campanha contra Khadafi envolvendo «factos reais e ilusórios — através de um programa de desinformação», destinado a debilitar e mais tarde derrubar o líder líbio.

«Internamente não surgirão problemas», disse um funcionário da Casa Branca. «Trata-se de Khadafi. Afinal de contas, para nós, todos os meios são bons para nos livrarmos dele: é esse, na nossa opinião, o sentimento generalizado no nosso país.»

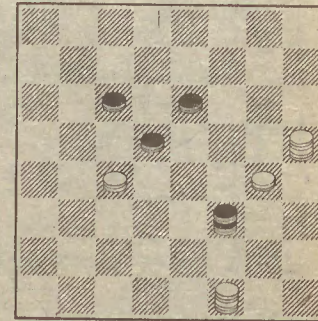
(Bernard Weinraub, «New York Times»/«Diário de Notícias», 13 Outubro)

Damas

LXXIII — 16 de Outubro de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 73

Por: Manuel Duarte — Lisboa
«Vamos Decidir» N.º 199, 7.VI.1952
PR: (10)-19-22-23
Br: (2)-13-15-(17)



Jogam as brancas e ganham
JOGO N.º 73

Br: Carlos Alberto P. Gonçalves
Pr: Luis António David
(3.º jogo do último match de L.A.D.)

1. 10-14,22-18; 2. 5-10,23-20; 3. 1-5, 27-22; 4. 12-15,28-23; 5. 14-19,28-14; 6. 10-19,31-27; 7. 8-12,20-16; 8. 4-8,32-28; 9. 6-10,21-17; 10. 2-6,25-21; 11. 15-20,24-15; 12. 11-20,22-15; 13. 12-19,17-13; 14. 10-17,27-23; 15. 20-27,30-14; 16. 6-11,29-25; 17. 3-6,28-23; 18. 6-10,16-12; 19. 10-28,12-3; 20. 11-15,3-16; 21. 28-32,16-27; 22. 15-19,18-13; 23. 9-18,27-2; 24. 19-23, 2-9; 25. 32-28, 9-18; 26. 28-24,18-14; 27. 23-27,21-18; 28. 27-31,26-22; 29. 24-2,14-23; 30. 2-9,23-30; 31. 31-28,25-21; 32. 17-26,30-17; 33. 28-32,17-30; 34. 9-5,30-16; 35. 5-10,16-3; 36. 10-23,3-6; 37. 8-12,8-12; 38. 6-17,23-20; 39. 22-19,32-25; 40. 17-10. Empate!

GOLPE N.º 73 Por: Rui Jorge Rosa Santos Costa — Lisboa, 14.XI.1983.
1. 10-13,21-18; 2. 5-10,23-19; 3. 11-15,28-23; 4. 1-5,23-20; 5. 12-16,20-11; 6. 7-23,27-20; 7. 6-23,31-27; 8. 8-12,27-20; 9. 12-16,20-15; 10. 13-17,32-28? Perdentel (Br: 2-3-4-5-6-9-10-16-17 PR: 15-18-22-24-25-26-28-29-30) J.Br.G.

SOLUÇÕES DO LXXIII

N.º 73 (MD): 2-9,19-12; 17-30,10-17; 9-3 G.Br.

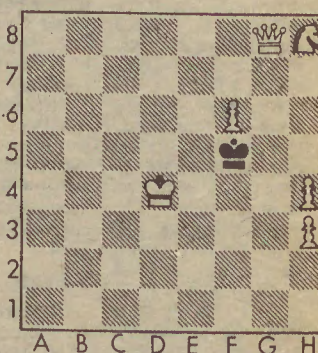
Golpe 73 (RJRS): 11. 9-13,18-9; 12. 6-11,15-6; 13. 2-11,9-2; 14. 11-15,2-20; 15. 16-32 G.Br. A. de M.M.

Xadrez

LXXIII — 16 de Outubro de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 73

Por: J. R. Neukomm
«Pajtas», 1947
Pr.: (Rex Solus): Rf5



Br.: (6): Ps. f6, h3, h4-Ch8-Dg8-Rd4

Mate em 2 lances

Nota: Na proposição n.º 72 falta um Cavalo em h8!

JOGO N.º 73

Monte-Carlo, 1902

Br.: Mieses

Pr.: Maroczy

1. e4, e5; 2. d4, e:d4; 3. c3, d:c3; 4. Bc4, c:b2; 5. Bb2, d6; 6. Cc2, Cc6; 7. 0-0, Bc6; 8. Bd5, Cf6; 9. Db3, Dc8; 10. Cf4, B:d5; 11. e:d5, Cc6; 12. Tc1, Bc7; 13. B:e5, d:e5; 14. T:e5, Dd7; 15. Dg3, 0-0-0; 16. D:g7, Dd6; 17. Dg5, Th6; 18. Cd2, Cd7; 19. T:e7, D:e7; 20. Dg3, Db4; 21. Cf3, Tg8; 22. Dh4, Dc3; 23. Tb1, D:f3 e ganham as pretas!

SOLUÇÃO DO N.º 72

CHAVE: 1. Da2!
1. ..., Rf4; 2. Df2 mate
1. ..., Rf6; 2. Df7 mate
A. de M. M.